



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FERNANDA DA CONCEIÇÃO DE QUEIROZ DOS SANTOS

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NO PROEJA PARA A
PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Rio de Janeiro

2024

FERNANDA DA CONCEIÇÃO DE QUEIROZ DOS SANTOS

**A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NO PROEJA PARA A PROMOÇÃO DE UMA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr^a. Ana Carolina Rigoni Carmo

Rio de Janeiro

2024

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Q3 Queiroz, Fernanda da Conceição de
A literatura afro-brasileira no PROEJA para a promoção de uma
educação antirracista / Fernanda da Conceição de Queiroz dos Santos.
- Rio de Janeiro, 2024.

119 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Ana Carolina Rigoni Carmo.

1. Literatura - Estudo e ensino. 2. Literatura afro-brasileira. 3.
PROEJA. 4. Antirracismo. 5. Cultura afro-brasileira. 6. Educação de
jovens e adultos (EJA). 7. Educação profissional. 8. Educação
tecnológica. I. Carmo, Ana Carolina Rigoni. II. Colégio Pedro II. III.
Título.

CDD 808.07

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



FERNANDA DA CONCEIÇÃO DE QUEIROZ DOS SANTOS

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NO PROEJA PARA A PROMOÇÃO DE UMA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo.

Instituto Colégio Pedro II

Orientadora

Prof. Dra. Joyce Luciane Correia Muzi.

Instituto IFPR

Prof. Dra. Alessandra Pio Silva.

Universidade UFRRJ



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



FERNANDA DA CONCEIÇÃO DE QUEIROZ DOS SANTOS

ENTRE LINHAS NEGRAS: UM OLHAR LITERÁRIO AFRO-BRASILEIRO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 29 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo.

Instituto Colégio Pedro II

Orientadora

Prof. Dra. Joyce Luciane Correia Muzi.

Instituto IFPR

Prof. Dra. Alessandra Pio Silva.

Universidade UFRRJ

Dedico aos meus pais Helena e João Queiroz *in memoriam* e às minhas preciosas filhas Ana Luíza e Helena que me impulsionam a seguir com coragem para acreditar em cada um dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai João Teles de Queiroz (*in memoriam*) que foi o pilar na construção da minha autoestima consolidando em mim a crença de que eu seria capaz de realizar qualquer coisa que eu quisesse. *Papito* você faz muita falta aqui e esse título é para você!

Às minhas queridas e amadas filhas Ana Luíza e Helena que funcionam como combustível para que eu realize movimentos inimagináveis antes da existência delas. Minhas riquezas amo vocês até o universo!

Ao meu marido Rubens dos Santos que me deu suporte para que eu pudesse realizar esse grande sonho de me tornar mestre.

Agradeço especialmente à minha orientadora Dr. Ana Carolina Rigoni Carmo por ter aceitado o desafio de orientar esta pesquisa. Obrigada pela sua sororidade, humanidade e competência intelectual. Você é uma inspiração para mim!

À minha amiga-irmã de infância e mentora intelectual Diana Delgado que humildemente compartilha e debate comigo trocas e saberes. Sem o seu incentivo e apoio não seria possível realizar esse grande sonho!

Aos meus colegas pelas partilhas e apoio contínuo ao longo destes dois anos em especial às minhas queridas companheiras Andrea Chianello, Carolina Couto e Fernanda Nascimento por todo apoio e incentivo, consolo e alegria nos momentos mais difíceis e desafiadores.

Aos professores do Programa sou profundamente grata por me guiarem com sabedoria e por incentivarem o desenvolvimento do meu pensamento crítico.

Muito obrigada!

“As nossas vozes ecoam porque são as vozes de
nossas ancestrais, que insistem em viver em
nós.” (Conceição Evaristo, 2014)

RESUMO

QUEIROZ, Fernanda Conceição dos Santos. **A literatura afro-brasileira no proeja para a promoção de uma educação antirracista**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

A presente pesquisa investigou como a Literatura Afro-brasileira vem sendo abordada no âmbito da Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos no Colégio Pedro II. O objetivo geral deste trabalho analisou como a Literatura Afro-brasileira é abordada nas salas de aula do PROEJA do Colégio Pedro II. Foram consideradas as diretrizes legais e documentais sobre o ensino das relações étnico raciais na escola, identificou a maneira como o(a)s professores(as) propõem atividades Literatura no cotidiano escolar; compreendendo as reflexões propostas pelos professores sobre o ensino da cultura, História e Literatura Afro-brasileira e suas consequências no combate ao racismo; Identificamos quais as fontes de pesquisa dos professores referências ao planejar suas aulas para a construção do produto educacional. As bases teóricas que fundamentaram esse estudo têm como principais autores: Djamila Ribeiro, Eliane Debus, Paulo Freire, Kabengele Munanga, Cida Bento e Clóvis Moura. Como proposta metodológica a pesquisa foi realizada através de entrevistas com questionário semiestruturado com perguntas semiabertas, abertas e fechadas com os docentes de Língua-Portuguesa e Literatura, Artes e História atuantes no PROEJA das unidades, Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II, Realengo II e Tijuca II do Colégio Pedro Segundo. Os dados foram coletados de maneira remota através da plataforma Google forms durante o primeiro e segundo semestre de dois mil e vinte quatro.

Palavras-chave: literatura afro-brasileira; educação; PROEJA; racismo

ABSTRACT

QUEIROZ, Fernanda da Conceição dos Santos. **A literatura afro-brasileira no proeja para a promoção de uma educação antirracista**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

This research investigated how Afro-Brazilian Literature has been addressed in the context of Professional Education Integrated with Basic Education in the Youth and Adult Modality at Colégio Pedro II. The general objective of this work analyzed how Afro-Brazilian Literature is addressed in the PROEJA classrooms of Colégio Pedro II. The legal and documentary guidelines on the teaching of ethnic-racial relations in school were considered, identifying the way in which teachers propose Literature activities in the school routine; understanding the reflections proposed by teachers on the teaching of Afro-Brazilian culture, History and Literature and their consequences in the fight against racism; We identified which research sources the teachers reference when planning their classes for the construction of the educational product. The theoretical bases that supported this study have as main authors: Djamila Ribeiro, Eliane Debus, Paulo Freire, Kabengele Munanga, Cida Bento and Clóvis Moura. As a methodological proposal, the research was conducted through interviews with a semi-structured questionnaire with semi-open, open and closed questions with teachers of Portuguese Language and Literature, Arts and History working in PROEJA at the Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II, Realengo II and Tijuca II units of Colégio Pedro Segundo. The data were collected remotely through the Google forms platform during the first and second semester of two thousand and twenty-four.

Keywords: afro-brazilian literature; education; PROEJA; racism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desigualdade por cor ou raça no Brasil.....	43
Figura 2- Pessoas em ocupações informais (%), Grandes Regiões, IBGE, 2021.....	43
Figura 3 – Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/hora), 2021.....	44
Figura 4 – Estudantes de 6 a 17 anos de idade sem aulas presenciais por disponibilidade e tempo dedicado às atividades escolares (IBGE, 2020)	45
Figura 5 – Percentual de participantes e taxa de comparecimento ao ENEM – 2010-2021.....	46
Figura 6 – Taxa de homicídio por 100 mil habitantes (IBGE -2020)	47
Figura 7 – Taxa de homicídio de homens.....	47
Figura 8 – Segurança no trajeto da escola (13 a 17 anos)	48
Figura 9 – Distribuição de prefeitos e vereadores eleitos e proporção da população, por cor ou raça (%)	49
Figura 10 – Página do NEABI do Colégio Pedro II no Instagram.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Fases políticas e tipos de escravismo.....	36
Tabela 2- Diferença entre migrantes e escravos no período colonial.....	39
Tabela 3 – Professores do PROEJA, e percentual de respondentes por campus.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de matrículas na educação de jovens e adultos – Brasil – 2018-2022.....	67
Gráfico 2 - Número de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo a dependência administrativa e a localização da escola – Brasil – 2022.....	68
Gráfico 3 - Número de matrículas na educação de jovens e adultos, segundo a faixa etária e o sexo – Brasil – 2022.....	68
Gráfico 4 - Percentual de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo a cor/raça – Brasil – 2022.....	69
Gráfico 5 – Disciplina dos respondentes.....	77
Gráfico 6 – Formação dos respondentes.....	78
Gráfico 7 – Cor dos respondentes.....	79
Gráfico 8 – Religião dos respondentes.....	80
Gráfico 9 – Conhecimento dos respondentes sobre a existência da lei 10.639 / 2003.....	81
Gráfico 10 - Precisou pesquisar na internet ou consultar outros meios para lembrar do que se trata a lei 10.639/2003.....	81
Gráfico 11- Aplicabilidade da Lei 10.639/2003.....	82
Gráfico 12 – Participação de alguma Formação Continuada/ capacitação curso que abordasse a temática da História e Cultura Afro-brasileira.....	85
Gráfico 13 - Promotor da ação de formação temática da História e Cultura Afro-brasileira.....	86
Gráfico 14 - Tempo participou da formação temática da História e Cultura Afro-brasileira do qual participou foi promovida.....	87
Gráfico 15 - No Currículo da Instituição existem propostas que promovam ações que levem em consideração a lei 10.639/2003.....	88
Gráfico 16 – Onde realiza pesquisas para preparar suas aulas com enfoque na História e Cultura dos povos africanos.....	89
Gráfico 17 – Experiências com a aplicabilidade da legislação nas unidades.....	90
Gráficos 18 - Recursos que os respondentes consideram relevantes para desenvolver as propostas da lei 10.639/2003 em sala de aula.....	94
Gráfico 19 - Hábito de ler materiais em PDF em seu celular ou Epub em Kindle.....	95
Gráfico 20 – Existência de propostas que promovam ações que levem em consideração a lei 10.639/2003 no Currículo da Instituição.....	97
Gráfico 21 – O que os respondentes consideram importante para fortalecer as ações de execução da lei 10.639/2003 na sua unidade.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL - Academia Brasileira de Letras

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANB - Associação dos Negros Brasileiros

CNE- Conselho Nacional de Educação

CONAE- Conferência Nacional da Educação

CONEB- Conferência Nacional da Educação Básica

CNNB - Convenção Nacional do Negro Brasileiro

CEP- Comitê de Ética e Pesquisa

CP II - Colégio Pedro II

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPT- Educação Profissional Tecnológica

HTML - Linguagem de Marcação de Hiper Texto

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Leis de Diretrizes e Bases

LGBTQIAP-Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, intersexuais, assexuais, pansexuais

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

MUCDR- Movimento Unificado contra a Discriminação Étnico-Racial

NEABI-Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

ONU - Organização das Nações Unidas

PDF - Portable Documente Format

PE - Produto Educacional

PNE- Plano Nacional de Educação

PNS - Pesquisa Nacional de Saúde

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROJOVEM- Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIM- Sistema de Informação sobre Mortalidade

SME-RJ - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

SOEP- Setor de Orientação e Supervisão Pedagógica

SEPPIR -Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TEN - Teatro Experimental Negro

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. A LITERATURA E SUA FUNÇÃO SOCIAL	23
2.1 O negro e a literatura	26
3. REVISITANDO A HISTÓRIA DO BRASIL – ARGUMENTOS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO POVO NEGRO	34
3.1 Trajetória e conquistas do Movimento Negro brasileiro - a pauta da educação como inclusão social e política	50
4. SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	56
3.1 Caracterização do Público do EJA.....	60
5. METODOLOGIA.....	65
6. ANÁLISE DOS DADOS	70
7. PRODUTO EDUCACIONAL	95
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
9. REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO	113
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	116
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	118

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do programa Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II.

O tema de uma pesquisa é sempre uma escolha permeada de acúmulos de leituras, experiências acadêmicas, profissionais e perspectivas ideológicas que são construídas ao longo de nossa trajetória. A motivação para este estudo surgiu há alguns anos ao ingressar na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e concomitantemente no movimento de mulheres negras Aqualtune, pois neste período passei a refletir e indagar-me sobre as dificuldades e anseios sobre o que é ser uma mulher parda em nosso país, compreendendo quais os caminhos precisariam ser atravessados para conquistar o eu que almejava. Desde a minha infância recebia “nãos” como respostas sem entender os *porquês* e a partir do momento em que me dei conta que minhas características fenotípicas eram elementos de exclusão em nossa sociedade por conta da questão racial, comecei a compreender o porquê das coisas sempre se apresentarem de uma maneira mais difícil. Percebi a grande responsabilidade aglutinada à minha formação de professora diretamente ligada ao chão da escola, pois teria como incumbência de combater o racismo e promover esse diálogo dentro do espaço escolar. Dei início a uma busca sobre a importância dos negros e negras para a construção de nossa sociedade, desvelando a cada descoberta o apagamento histórico afro-brasileiro nos foi negado e apagado e apostando na Literatura como ferramenta de transformação social, pois ela pode levar a construção de senso crítico de um indivíduo devido a sua facilidade para debater sobre diversos assuntos e temas. Assim tive a convicção de que ela seria meu ponto de partida na luta antirracista. Ao ingressar na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) como professora estatutária de Educação Infantil, identifiquei a não realização de atividades que priorizassem a temática Afro-brasileira na escola. Foi neste período que percebi a grande necessidade de pesquisar e trabalhar esta temática dentro da sala de aula.

Ao compreender a contínua luta do Movimento Negro na busca por uma educação que contribuísse para a *recontação* da História do Brasil a partir das perspectivas dos povos afro-brasileiros, e com isso a realização de uma reavaliação histórica que não *vela*, mas *revela* todas as contribuições fundamentais que geraram transformações econômicas, sociais e culturais ainda que estas favoreciam apenas os brancos esta necessidade se tornou urgente.

Ao pesquisar sobre o quanto o período da escravidão foi criminoso, cruel e desumano com os povos escravizados, pois a História do Brasil é contada a partir do ponto de vista eurocêntrico em que os negros eram retratados como animais, objetos, mercadorias e toda a violência sofrida por eles eram justificadas por conta da rebeldia e nesta investigação foi possível ampliar a nossa leitura da sociedade contemporânea.

A criação da lei 10.639/03, ao incluir conteúdos de Histórias e Culturas africanas e Afro-brasileiras no currículo escolar, nos traz a possibilidade de recontar e valorizar toda a produção histórica, artística e cultural produzidas em nosso país que sofreu e ainda sofre apagamento até os dias de hoje.

Reconhecemos que essa lei se aplicada de maneira efetiva poderá expressar ganhos significativos para a nossa sociedade referente a construção de nossa identidade e ao combate à intolerância racial principalmente no espaço escolar.

A partir de minhas observações na prática cotidiana e considerando as produções teórico-críticas sobre a relevância do negro na História do Brasil, esta dissertação tem como objeto a investigação da aplicabilidade da legislação citada nas unidades do Colégio Pedro II, especificamente no segmento de educação de jovens e adultos.

Acreditamos que a aplicabilidade da lei 10.639/03 no PROEJA pode disseminar conteúdos sobre o surgimento de novas narrativas sobre a História brasileira e o lugar do negro, assim como contribuir para o debate sobre as relações raciais no Brasil e as relações históricas e culturais entre África e Brasil. A inclusão de conteúdos nos Projetos Políticos Pedagógicos Institucionais (PPPI) pode viabilizar para as os estudantes a afirmação identitária e cultural, representando um grande ganho no processo de escolarização, podendo ainda fortalecer ações antirracistas.

Porém apesar dos ganhos da aprovação da lei 10.639/03, temos a hipótese de que sua aplicabilidade nas unidades escolares ainda sofre grandes dificuldades de implementação.

Sendo assim o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a Literatura Afro-brasileira é abordada em sala de aula com os alunos do PROEJA do Colégio Pedro II nos Campus de Realengo II, Duque de Caxias, Engenho Novo II, Centro, Tijuca II.

Como objetivos específicos esta dissertação buscou estudar as diretrizes legais e documentais sobre o ensino das relações étnico-raciais na escola, identificar a maneira como o (a)s educadores propõem atividades Literatura no cotidiano escolar; compreender as reflexões propostas pelos professores sobre o ensino da cultura, História e Literatura Afro-brasileira e suas consequências no combate ao racismo; e, identificar quais as fontes de pesquisa dos

professores ao buscar referências para planejar suas aulas; e a partir da pesquisa realizada, estruturar o produto educacional proposto.

Para a fundamentação teórica desta investigação foram utilizados autores que debatem História, Cultura e Literatura Afro-brasileira e seus processos educativos que constituem a Educação Profissional Tecnológica no contexto educacional brasileiro. Ainda tivemos reflexões que nos possibilitaram entender o racismo como um processo histórico que se perpetua até os dias de hoje e ainda refletir de maneira crítica as práticas que produzem o racismo cotidianamente em nossa sociedade.

Sendo assim foram priorizados teóricos que abordam as temáticas que dialogam com o tema desta pesquisa e promovam a valorização uma educação de qualidade, uma sociedade mais igualitária e antirracista.

A análise teve como principais autores: Michel Petit, Cida Bento, Djamila Ribeiro, Lelia Gonzáles, Edmea Santos, Eliane Debus, Kabengele Munanga, Paulo Freire e Clóvis Moura.

Recorremos a autora Cida Bento para a fundamentação deste estudo trazendo reflexões sobre o racismo estrutural nos dando a possibilidade de realizar analogias sobre a discussão que ela traz em sua obra *O Pacto da Branquitude* no mundo corporativo refletindo sobre suas estruturas, lugares de poder e privilégios em nossa sociedade. A autora que atuou por longos anos no meio corporativo propõe reflexões sobre os *espaços* de poder. Na perspectiva dialógica sobre o que acontece com a *Literatura canônica* e a Literatura Afro-brasileira nos possibilitará realizar uma analogia sobre a ótica histórica e cultural que contribuíram para que a Literatura Afro-brasileira não acesse os lugares já ocupados pela Literatura canônica majoritariamente branca.

Djamila Ribeiro fala sobre o conceito de “lugar de fala” que neste trabalho será primeiramente abordado de maneira crítica, pois trará reflexões sobre um silencioso regime de autorização discursiva em que algumas narrativas estão sempre em voga e outras permanecem subalternizadas. Ainda abordaremos esse conceito na visão da Literatura Afro-brasileira refletindo que o sujeito que se expressa a partir deste lugar traz marcas de existências carregadas de anseios e inquietações. Será que esse sujeito que “pode” falar pensando em uma perspectiva do discurso?

Refletiremos sobre a temática do racismo estrutural na ótica de Lelia González antropóloga e intelectual brasileira que analisa o racismo estrutural a partir das interseções de raça, gênero e classe social destacando como sistema de opressão que está profundamente enraizado nas estruturas sociais e culturais do Brasil. Suas reflexões serão fundamentais para

a compreensão de como essas práticas permeiam o mundo editorial que ainda hoje privilegia um grupo seleto de escritores majoritariamente brancos.

Fundamentamos a importância da Literatura Afro-brasileira nas discussões da professora da UFSC Eliane Debus, que discorre sobre a importância desta Literatura no contexto educacional.

A professora Edmea Santos nos trouxe reflexões sobre a ação dos professores no mundo digital a partir do conceito de *Cibercultura*, ou seja, conjunto de práticas, valores comportamentos e expressões culturais e forma de interação social que surgiram a partir do uso das tecnologias digitais, especialmente a *internet*. Esse conceito inspirou a proposta da escolha do produto educacional visto que atualmente a rede é um *lócus* que nos oferta diversas possibilidades de interação social, aprendizagens e troca de saberes. Sendo um espaço de pesquisa favorável ao contribuir para formação e construção de saberes de diversos profissionais de educação permitindo que ele tenha fácil acesso e em qualquer lugar qualquer conteúdo para estudo.

Em Cartas a Guiné Bissau, Freire em suas cartas expressou suas ideias sobre educação, libertação e pedagogia destacando a importância de uma abordagem educacional que esteja enraizada na realidade da cultura local. Nesta pesquisa a obra de Freire contribuiu fundamentando o papel das vozes negras nos veios da Literatura, Arte e História são fundamentais para estimular valorização das produções Afro-brasileiras principalmente no contexto educacional.

Moura nos propõe o pensamento crítico sobre a história da população negra no nosso país, abordando o racismo estrutural e a resistência negra desde o período colonial. O autor nos mostra uma visão dialética das relações raciais destacando a luta do negro contra a opressão desafiando as narrativas de submissão e passividade.

A pesquisa apresentada foi classificada como explicativa, considerando que de acordo com Gil (2002, p.41) esta “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

Foi realizada pesquisa bibliográfica em material disponível sobre o tema principal da pesquisa e os que tangentes, utilizando como fontes livros, artigos, dissertações e teses. O levantamento bibliográfico nesta pesquisa teve a função de levantar as produções teóricas e resultados já alcançados no campo do acesso à Literatura, produção histórica e cultural Afro-brasileira e seus usos na educação de jovens e adultos relacionado à implementação da lei 10.639/2003. Sendo assim, as produções pesquisadas serão relativas aos últimos vinte anos.

Considerando que a proposta de investigação parte da aprovação de uma legislação e sua aplicação, esta pesquisa também propõe uma intervenção no campo, pois o produto educacional construído a partir deste estudo pode ser considerado como uma ferramenta pedagógica que poderá contribuir para as demandas do corpo docente do Colégio Pedro II.

A pesquisa teve como público-alvo docentes do PROEJA, sabendo que estes têm uma relação direta com discentes. Ao abordar os professores a pesquisa não pretende apontar responsabilizações individuais, mas investigar as diversas razões que produzem as dificuldades de implementação da lei nas unidades escolares. Chegamos a alguns apontamentos que poderão contribuir para alteração da realidade observada em campo. No total obtivemos 10 respondentes o que corresponde a 38% do público previsto da pesquisa

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas (Anexo 1) aplicada de forma remota através da plataforma *Googleforms*, disponibilizado para todos os docentes de Literatura, História e Artes do PROEJA das unidades do Colégio Pedro II das seguintes unidades: Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II, Realengo II e Tijuca II. É importante ressaltar que antes deste procedimento foi encaminhado um e-mail às direções e Setores de Orientação e Supervisão Pedagógica (SOEP) apresentando esta pesquisa e seus objetivos à cada um dos campuses aqui mencionados solicitando a autorização para a pesquisa de campo e quantitativo de professores do PROEJA das disciplinas investigadas junto às solicitações foi apresentando o Parecer favorável da mesma.

As respostas apresentadas pelos docentes foram analisadas à luz da interpretação do método crítico-dialético, partindo do pressuposto que fazem parte da classe trabalhadora, submetida às mesmas opressões dos discentes.

Os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p. 25)

A escolha por este referencial analítico justificou-se em razão de entender que a implementação de uma legislação é um fenômeno multicausal, não sendo possível ser explicado somente pela indisposição dos docentes. Podendo ser compreendida a partir de elementos objetivos (materiais) e subjetivos (internalização dos valores pelos docentes) que estão vinculados a nossa formação histórica e cultural.

Foi explorado o conceito de racismo estrutural como construção social que mantém a naturalização da subalternidade da população negra, apagamento de sua História e não

reconhecimento dos seus saberes na formação de nossa sociedade. Utilizamos como caminho de interpretação do fenômeno, os conceitos freirianos de Pedagogia da Autonomia e Pedagogia como Prática da Liberdade.

A partir desses conceitos e sua relação com o tema da pesquisa que pretendemos contribuir com a compreensão o uso da Literatura como uma importante ferramenta para produção de novas possibilidades. Ao ouvir pessoas de várias partes do mundo sobre suas leituras, Petit (2019) apreendeu que esses movimentos de leituras e seus usos mais que úteis, se tornam essenciais.

Ao escutá-los, ao estudar também muitas lembranças de leitura, ao observar oficinas em que essa prática ocupa atualmente um papel essencial, desenvolvidas em contextos críticos e em diferentes partes do mundo, surge a hipótese de que nestes tempos em que cabe a cada pessoa, muito mais do que no passado, construir o sentido de sua vida e sua identidade, ler talvez sirva antes de tudo para elaborar um sentido, dar forma a sua experiência, ou a seu lado escuro, sua verdade interior, secreta; para criar uma margem de manobra, consertar algo que se quebrou na relação com essa História ou na relação com o outro; para abrir um caminho até os territórios do devaneio, sem os quais não existe pensamento nem criatividade (PETIT, 2019, p.43).

Esta dissertação foi organizada com a intenção de uma abordagem descritiva e explicativa do fenômeno investigado. Apresentaremos ao longo do texto discussões fundamentais para a compreensão do tema fizemos considerações sobre: A Literatura e sua função social no intuito de refletir sobre sua funcionalidade como ferramenta de transformação. Neste trecho foi discutido como a Literatura pode refletir influências em questões sociais, políticas e culturais. Foi dada a ênfase na Literatura Afro-brasileira e na presença do negro neste contexto tema discutido neste capítulo.

Em seguida revisitamos a História do Brasil argumentamos sobre as contribuições dos negros na construção da sociedade brasileira e apresentamos aspectos importantes na subseção deste capítulo denominada trajetória e conquistas do Movimento Negro brasileiro compreendia a educação como ferramenta de inclusão social e política. A reflexão se encerra apresentando os debates contemporâneos sobre as cotas raciais que alteram significativamente o acesso ao nível superior e finalmente a defesa da Lei 10.639/03 como um avanço que possibilite transformações estruturais no sistema educacional.

Estudamos a educação de jovens e adultos no intuito de compreender suas especificidades, origens e desafios que foram fundamentados com dados estatísticos no intuito de evidenciar as dificuldades sociais e institucionais enfrentadas pelos estudantes negros desta modalidade de ensino.

Os processos metodológicos explicam os procedimentos adotados para a realização da pesquisa e a abordagem utilizada nesta pesquisa, os procedimentos, tipo de instrumento utilizado para a realização das coletas de dados e propostas de análise crítica desta investigação apoiadas no materialismo histórico-dialético e nos outros autores apresentados na fundamentação teórica desta dissertação.

Apresentamos como foi realizado o processo de análise de dados ao longo desta investigação com base nas devolutivas dos questionários e as observações pontuadas pelos sujeitos nas respostas abertas da pesquisa. As análises dos resultados foram realizadas de maneira crítica conforme as perspectivas dos autores que baseiam este estudo.

Foi proposto como produto educacional o *e-book: Entre Linhas Negras: um olhar literário Afro-brasileiro* trazendo diversas indicações de materiais apoiada na reflexão de Roland Barthes (1953) compreende que a Literatura pode ter intersecções com outras formas de Artes viabilizando diversas possibilidades que poderão ser utilizadas pelos professores. O material foi desenvolvido durante a pesquisa e sofreu ajustes de acordo com as devolutivas dos professores através do questionário.

Por fim nas considerações finais apresentamos reflexões sobre os resultados obtidos e identificamos as lacunas que precisam de mais atenção por parte da instituição e sugestão de possíveis desdobramentos para estudos futuros.

2. A LITERATURA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Partimos da ideia da literatura enquanto essencial para a leitura de si mesmo, do outro e do mundo e de que é necessário ter uma compreensão mais ampla sobre a sua importância e suas diversas possibilidades na formação social. Destacamos aqui alguns deles: entretenimento, informação, provocar reflexões e transmitir experiências humanas. Além disso, a Literatura muitas vezes pode servir como meio de expressão artística, explorando a linguagem de maneiras criativas. Ela pode proporcionar insights sobre diferentes culturas, períodos históricos e perspectivas de vida. Em resumo, a Literatura é uma forma de comunicação que enriquece a compreensão do mundo ao nosso redor.

A Literatura desempenha um papel social significativo e pode ser uma forma de expressar e transmitir valores culturais, além de contribuir para a construção da identidade de uma sociedade. Através de histórias e personagens, o texto literário muitas vezes aborda questões sociais, políticas e éticas, estimulando a reflexão, o diálogo e ainda pode funcionar como uma ferramenta de promoção de empatia, permitindo que as pessoas tenham perspectivas diferentes e cultivem uma compreensão mais profunda da diversidade humana e atravesse e seja atravessada por elementos da História de cada nação.

Cuti (2010) explica que a partir do século XIX com a Independência, Abolição e a Proclamação da República marcam o início da nacionalidade brasileira e juntamente com esse início a crítica literária não poderia ignorar esse movimento, pois compreendia sua importância para as relações sociais.

Durante a construção de cada período literário buscou trazer propostas que contrariasse ideias identitárias atravessando os diversos processos literários brasileiros.

Além da temática (o bom selvagem, os amores arrebatados, a vida social urbana, a saga da escravização), o Romantismo investe na cor local, buscando na geografia brasileira os elementos que caracterizassem um traço identitário. Flora e fauna serão abundantemente exploradas para demarcar a brasilidade. A constituição populacional será, entretanto, o fator predominante. É o período em que temática e ideologia aliam-se explicitamente à forma de escrever dos movimentos artísticos transplantados da Europa. O tom estava dado. Realismo, Naturalismo e Parnasianismo, cada um ao seu modo, também vão enfatizar a nacionalidade, empregando elementos locais. O Simbolismo, que mais se afastou desse processo, acabou, também, dando sua contribuição nessa mesma linha. (CUTI, 2010. p.15)

Por desempenhar uma função tão representativa em nossa sociedade é importante conhecer as fases de nossa Literatura-Brasileira, que ao abordar a temática da nacionalidade apresentava a natureza como elemento principal, enfatizando sua diversidade e beleza no intuito de retratar a brasilidade. Neste período os escravizados eram mencionados com

preconceito, pois o período de escravidão inviabilizou a transição de suas Histórias em heranças para suas descendências.

Desconstruir essa perspectiva de objetificação do negro em nossa sociedade é fundamental para que possamos valorizar a nossa cultura respeitando as diversidades, a partir das contribuições que os povos escravizados para a construção de nossa História e a valorização da Cultura e Literatura Afro-brasileira.

Ao refletirmos sobre a proposta de Cida Bento ao mencionar o racismo estrutural, podemos associar essa negação à produção literária Afro-brasileira como um dos sustentáculos do racismo estrutural, pois se observarmos com cuidado, permeia os campos da História e Cultura. Temos uma Literatura identificada como Cânone que ocupa o lugar de poder, ditando quem pode profanar os discursos, suas regras, normas que atuam de maneira sistêmica na transmissão de heranças. Este fenômeno é representado pelo *pacto narcísico*, ou seja, um pacto não verbalizado em que existe um grupo que ocupa a posição de privilégio nas produções literárias que produz de maneira igual com o objetivo de excluir todas as produções que não são construídas por eles.

Essa herança tem também sua dimensão simbólica, fazendo com que o perfil daqueles que lideram as organizações, que é majoritariamente masculino e branco, esteja sempre bem representado nos meios de comunicação, o que mantém um imaginário que favorece a permanência em lugares da sociedade considerando mais prestigiados, bem como propicia a neutralização de outros grupos em posição de subordinação e desqualificação. (BENTO, 2022, p.77)

Dar visibilidade às produções Afro-brasileiras é uma maneira de trazer à tona a nossa História, Cultura e saberes nos devolvendo o que é nosso de direito e nos humaniza durante os processos históricos e culturais, promovendo as possibilidades propostas de maneira teórica em algum momento se transforme em uma realidade. (Candido, 2011, p.172)

Antônio Candido reflete sobre o direito à Literatura estando este direito diretamente ligado ao direito humano.

Se as possibilidades existem, a luta ganha maior cabimento e se torna mais esperançosa, apesar de tudo que o nosso tempo apresenta de negativo. Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma à outra. Inversamente, um traço sinistro do nosso tempo é saber que é possível a solução de tantos problemas e, no entanto, não se empenhar nela. Mas de qualquer modo, no meio da situação atroz em que vivemos há perspectivas animadoras. (CANDIDO, 2011. p.172)

O autor ainda reflete sobre a contribuição da Literatura para o processo de humanização da sociedade, pois possibilita a experimentação de diversas vivências,

experiências, dramas, medos e anseios através do texto literário. Trazer essa visão da Literatura aglutinada aos direitos humanos faz com que reflitamos sobre a racionalidade humana imposta pela Sociedade de Consumo em que estamos imersos, que valoriza coisas e objetifica seres humanos, que cria uma bomba atômica, mas não se inclina para combater a fome e outras mazelas do mundo.

Dentre todas estas características que compõem o contexto literário, neste estudo o enfoque será direcionado para a construção de reflexões e compreensões mais ampla do mundo em que vivemos e da diversidade humana.

Compreendendo a importância do papel social da Literatura em nossa sociedade, pois ela pode funcionar como uma ferramenta de transformação social e viabilizar que os sujeitos possam apreender o mundo como um lugar repleto de diversidade e pluralidade e a partir dele identificar o seu lugar, Antônio Candido descreve o papel transformador da Literatura:

A Literatura é um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vivem na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. [...] A obra de Arte só está acabada no momento em que se repercute e atua, por quê sociologicamente, a Arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana. Ora, todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do seu processo, isto é, o seu efeito. (CÂNDIDO, 2000, p.36).

Ao refletir sobre a Literatura que grande parte da população teve acesso em sala de aula é a que podemos denominar de canônica e eurocêntrica, que valoriza a História, Cultura e Literatura de uma sociedade branca, negando as significativas contribuições trazidas pelos povos africanos, desprezando sua cultura.

É necessário que possamos fazer com que a Literatura ao promover reflexões impostas durante a constituição de nossa sociedade também seja uma ferramenta de mudança política rasgando as estruturas que nos impede de acessar as diversas possibilidades que nos são ofertadas, no entanto ainda de maneira tímida, que muitas vezes permanece emoldurada em determinados nichos, que não permite que ela conquiste a mesma visibilidade que o textos ditos canônicos ou *Best sellers* têm alcançado. Exemplificamos com o caso de a autora Conceição Evaristo ser publicada em mais de três idiomas e ser reconhecida internacionalmente e não ter a mesma visibilidade no Brasil.

2.1 O negro e a literatura

Considerando as especificidades sobre a formação social brasileira e o lugar ocupado pela população negra, não é difícil imaginar as dificuldades de inclusão em uma área dominada por ideais da classe dominante majoritariamente branca. Podemos começar sob dois aspectos, o negro enquanto objeto da literatura e o negro como criador da literatura, ambos desafiadores nas análises de Moura (2021).

O negro na Literatura Brasileira nunca foi herói. Não temos praticamente - salvo algumas tentativas residuais - nenhum livro que mostre o negro como herói, a não ser os anti-heróis de *Moleque Ricardo* de José Lins do Rego, do *Jubiabá* de Jorge Amado e do próprio *O bom Crioulo* de Adolfo Caminha. Nestes, o negro entra sempre como anti-herói, no sentido em que os padrões da Literatura Brasileira o entendem. Isto não acontece por acaso, evidentemente. Há todo um processo de barragem estético-ideológico impedindo que os criadores da Literatura Brasileira se voltem para o negro e procurem nele aqueles elementos que permitam transformá-lo em herói literário. (MOURA, 2021, p. 240)

O autor aponta que o indianismo, lido muitas vezes como resultado da influência do romantismo francês, desvia o olhar do negro escravizado para eleger o indígena como um tipo de herói nacional, mantendo os negros no lugar de mercadoria. Quando o negro é retratado, geralmente é estereotipado. “Quando entra como personagem é a personagem boçal, engraçada, o que dá a conotação de que ele é inferior, exatamente para a exaltação do herói.” (MOURA, 2021, p. 241). Destaca-se ainda nesta análise do autor que quando se pretende criar uma Literatura Brasileira esta é racista, citando nomes como Oliveira Viana, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Tobias Barreto, Graça Aranha e Júlio Ribeiro. Para Moura o pensamento desses autores expressa a ideia de embranquecimento da população brasileira como caminho para o desenvolvimento, responsabilizando a população negra pelo atraso e não os séculos de escravização.

No que se refere ao negro como criador Moura (2021) cita os jornais que circularam (1915-1963), especialmente *A voz da raça* e *O Clarim da Alvorada* como espaços para a produção literária que não era aceita nos meios de comunicação convencionais. Levanta um debate sobre o não estudo deste material e a sua não inclusão nos debates sobre Literatura Brasileira, sendo classificados como *subliteratura* ou *subcultura*. Isso se dá segundo o autor por conta dos critérios de análise sobre o que é literatura, importados de outra realidade que pouco alcança as especificidades do Brasil e sua diversidade étnica e cultural. Afirma assim que o espaço literário no Brasil é também um espaço de privilégio. (2021, p. 244)

Esse espaço de privilégio talvez explique que Maria Firmina Reis e Luís Gama¹, tenham utilizados pseudônimos (*Uma Maranhense* e *Getulino*) ao publicarem em 1859² os livros *Ursula* e *Trovas Burlescas*. Talvez uma justificativa também para a ideia que o autor tem de autores que “*branquearam-se*” como Gonçalves Dias, Bilac, Alberto de Oliveira, Artur Sales e Machado de Assis. Moura (2021) fala de uma literatura feita por negros com a temática para negros, neste sentido faz a crítica ao poeta Cruz e Souza, que com exceção do poema emparedado parte da publicação póstuma, não aborda sua condição e a do seu povo.

Cesco (2011) compartilha esta ideia de afastamento das origens de Cruz e Souza quando faz sua análise do poema e suas referências a Baudelaire e Edgar Allan Poe.

Cruz e Sousa admite que essa arte o faz romper, por várias vezes, com as suas origens, e assim se angustia, mas põe também o culto da beleza acima de tudo. Ele sentia claramente que a arte era um meio de abolir a fronteira que a sociedade colocava entre os filhos de escravos africanos e os filhos dos brancos livres; então acaba indo ao Parnasianismo, que lhe pareceu o estilo mais europeu de todos, expressão da raça mais supostamente pura. (CESCO, 2011, p. 3)

Moura (2021) chama atenção também para o fato de os autores negros apesar de sentirem o racismo, podem expressar sua indignação por meio de uma estética tradicional.

O intelectual negro tem assim um painel de dinamismo individual muito contraditório, pois tem de se expressar na linguagem erudita, com uma temática quase sempre escolhida da problemática que não é afro-brasileira, e, ao mesmo tempo, tem de submeter a sua obra ao julgamento de leitores e críticos que a consideram apenas por intermédio dos seus valores estéticos convencionais, vale dizer, dos padrões brancos que dominam a cultura brasileira. (MOURA, 2021, p.251)

Até quando escreve sobre uma temática que lhe é próxima, esse julgamento da literatura negra é marcado pelo racismo, exotismo ou indiferença. O autor cita o exemplo da obra *Quarto de Despejo* (*Diário de uma favelada*), que foi promovido pela elite branca em determinado período, mas não teve seu reconhecimento como Literatura Brasileira, incluindo o reconhecimento de seu código linguístico único, nem mesmo por outros escritores negros. Tal exemplo, ressalta que os valores estéticos e a referência ainda são brancas, portanto, racista. Atualmente existem movimentos de retomada da obra da autora por um viés literário, promovido pelas autoras contemporâneas como Conceição Evaristo, Eliane Alves Cruz e outras.

Segundo Pontes (1988), a Literatura exerce um lugar fundamental para a formação da consciência nacional, e assim, interessa a autora observar o surgimento de uma nova ideia de

¹ Gregório de Matos é anterior a Luís Gama.

² Em 1763 Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz escreveu *Sagrada Teologia do Amor Divino das almas peregrinas*, porém seu texto não foi publicado, sendo assim os estudiosos consideram a obra *Ursula* de Firmina Reis a primeira obra escrita por uma mulher negra no Brasil.

nação a partir da veiculação de novos discursos em torno da identidade negra. A relevância de implicar a Literatura nesse estudo, se dá pela necessária análise da representação da Literatura Afro-brasileira após a promulgação da Lei 10.639/2003 nas unidades escolares.

Cuti (2010) A proposta de escrita em uma percepção afrodescendente abarca uma série de elementos estéticos, temas, formas, presença de subjetividades e coletividade apoiadas nas narrativas étnicas, mudança de paradigmas crítico literário, conceituação das obras de narrativa e ficção.

De acordo com Kabengele Munanga (2005, p. 11), "Para qualquer pessoa se afirmar como ser humano ela tem de conhecer um pouco da sua identidade, das suas origens, da sua História". A intenção é contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias por meio de práticas pedagógicas de qualidade, que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional, porém as dificuldades encontradas pelos professores para trabalhar essa temática em sala de aula, justificam este estudo, pois realizar a busca por materiais pode ser comparada a um verdadeiro *garimpo*.

Segundo Pereira (2022) a Literatura Afro-brasileira nos traz a perspectiva de um texto produzido por um sujeito que em sua escrita abarca todas as suas percepções, dilemas, vivências experienciadas de uma pessoa negra no mundo. A partir do lugar de fala desse indivíduo o leitor consegue compreender o papel deste no mundo.

Segundo o autor a Literatura Afro-brasileira ganhou mais notoriedade no Brasil com as publicações de dois grandes autores Luiz Gama e Maria Firmina dos Reis no Século XIX, mas somente no Século XX que ela surge com um pouco mais de representatividade resultado das lutas dos movimentos negros e seus anseios na maneira de enxergar o mundo.

Mesmo após a criação da lei 10.639/03 que recentemente completou vinte anos, a Literatura Afro-brasileira ainda hoje é marginalizada, pois ainda não é prestigiada da mesma maneira que as consideradas canônicas para os intelectuais de nossa sociedade. Esta percepção nos dá a noção do quanto é grandioso o desafio de desconstrução desses *paradigmas literários* que ditam e reproduzem ao longo da nossa História quais são os textos literários que não podem deixar de ser apresentados aos estudantes em nossas escolas.

A escritora negra Conceição Evaristo, reconhecida internacionalmente com obras publicadas em espanhol, árabe, inglês e francês, em uma entrevista concedida ao Programa Roda Viva no dia 6 de setembro no ano de 2021 relatou as dificuldades encontradas por ser uma autora negra no Brasil e no quanto a Literatura Afro-brasileira enfrenta dificuldades para acessar diferentes espaços. Ela reflete sobre as dificuldades que encontrou quando se

candidatou a Academia Brasileira de Letras (ABL) no ano de 2018 e recebeu apenas um único voto. A escritora faz a seguinte reflexão sobre a Academia Brasileira de Letras:

Eu vejo a academia como uma instituição que é realmente uma instituição brasileira, vários espaços brasileiros são espaços que vedados ao sujeito negro, vedados ao sujeito gay, vedados às mulheres. Então, a academia ela é um reflexo da sociedade brasileira, infelizmente apesar de termos pessoas lá conscientes, mas a academia é um reflexo da sociedade brasileira né, infelizmente ela representa uma Literatura é que ainda não dá conta da identidade brasileira enquanto a academia não for múltipla nós não temos uma Literatura que dê conta de uma identidade brasileira. (Programa Roda Viva, setembro 2021)

O relato da escritora evidencia a dificuldade de acessar determinados espaços e o quanto a Literatura que prioriza a cultura negra ainda não é reconhecida no Brasil. Podemos identificar neste desabafo da autora o quanto a ABL e a História do nosso país ainda hoje não reconhecem as contribuições da população negra para a sociedade.

É importante lembrar que a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1897, teve como um de seus fundadores Machado de Assis, o autor mestiço e neto de escravos sendo o primeiro patrono da instituição com objetivo de trazer notoriedade a língua portuguesa e a Literatura nacional. Este fato é emblemático, pois se a poesia e Literatura negra não consegue permear os espaços que dita as regras para a identificação das personalidades que promovem cultura, Arte e Literatura em nosso país, podemos imaginar os desafios encontrados para que elas permeiem o contexto escolar. Um dos objetivos deste trabalho é favorecer o acesso a materiais que viabilizem o trabalho do professor pesquisador permitindo que ele tenha acesso a um conglomerado de informações relacionada à cultura, Arte, História e Literatura que viabilizem e favoreçam a sua prática em sala de aula.

Moura (2021) ressalta a importância do acesso à cultura, inclusive a Literária, considerando que este é parte das relações de poder que se estabeleceram no país.

O monopólio da cultura no Brasil, o monopólio do saber, é também o monopólio do poder. É preciso, então, na medida em que democratizemos esta sociedade, tenhamos condições de abrir os leques democráticos, não apenas econômicos e políticos, mas também culturais, nós incorporemos essa produção de imprensa negra, ...Essa produção precisa ser também considerada pluralisticamente como pluralista; é a cultura brasileira e não mediante o critério monopolístico imposto pela cultura do dominador colonizador, sem alternativas de outras formas de expressão que reflitam exatamente as grandes diversidades da nação brasileira. (MOURA, 2021, p. 245)

Entre esses materiais, incluímos a Literatura, que tem um papel social fundamental para a nossa sociedade, pois a partir dela podemos visitar diversos espaços sejam ele de lugar ou de tempo, mergulhar em outras culturas, tradições. Ela pode assumir diversas funções em

nossa vida cotidiana, mas não podemos nos esquecer de sua força no que diz respeito a sua função social.

Ofertar a produção literária Afro-brasileira ao público do PROEJA é dar o direito para que esses sujeitos conheçam e se reconheçam nas Histórias, pois a valorização do legado dos Africanos e Afro-brasileiros viabilizará a possibilidade de romper com o racismo e outras práticas discriminatórias. Além disso, trazer para o campo da Literatura tradicional a Literatura Afro-brasileira sólida e disposta a resistir ao que propõe a perspectiva canônica, para contribuir e incluir o negro e sua trajetória no imaginário da formação da cultura brasileira.

Na Literatura e na História do Brasil, a inferiorização do negro diante de uma suposta superioridade europeia causou entraves ao desenvolvimento da identidade do povo negro como sujeito. Mas, se essa conscientização trouxe a perplexidade, por outro lado, aguçou o desejo de ver revertida tal situação. Isso só se tornou possível quando o Movimento Negro com a produção literária dos meados do século XX, notadamente, na década de 1980, quando ocorreu um “boom” de uma Literatura verdadeiramente interessada em mobilizar o senso não só estético, mas também reflexivo das crianças e jovens leitores para questões da realidade brasileira, como o são as relações raciais.

A publicação da Lei nº 10.639/2003 aconteceu num contexto educacional abrangente, determinado por conta de transformações oriundas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 1996, a qual afirma modificações educacionais importantes, como flexibilidade curricular, conscientização e valor da inclusão e diversidade na educação, afirmando também a autonomia do docente. O resultado dessa junção resultou na criação de vários programas municipais e regionais que se destacam a temática das relações étnico-raciais nas escolas.

Tem-se consciência que um longo caminho ainda deve ser percorrido a fim de que a escola seja um instrumento de afirmação em relação a uma identidade pluricultural. O ensino de História, priorizando a construção da identidade nacional, tem sido um tanto omisso em relação à valorização das culturas de minorias étnicas. De acordo com Fernandes (2005), que a falta do conhecimento das peculiaridades e especificidades regionais, em um país de proporções continentais, assim como dos elementos referenciais das culturas silenciadas de indígenas, de negros e de imigrantes em currículos escolares têm somado fatores para a formação de preconceitos e de estereótipos por parte dos próprios brasileiros. Isso impede a construção de uma sociedade democrática em que todos almejam, lugar onde as diferenças raciais e culturais não se constituam no motivo de discriminação social, mas sim no

instrumento possibilitador da construção de uma nova identidade nacional, baseada no pluralismo cultural.

De acordo com Patricia Hill Collins “O racismo estrutural opera de forma a institucionalizar a discriminação racial, perpetuando sistemas de desigualdade que afetam diferentes aspectos da vida dos grupos racializados” (COLLINS, 2019, p. 47).

Permitir aos sujeitos da educação a reflexão sobre a História do Brasil sempre nos foi negada e velada colocando o negro para representar a figura dos rebeldes ou subalternos. Fazer com que os alunos compreendam que essa “História” que ainda nos é contada atualmente esconde aspectos de crueldade, exploração e desumanização do corpo negro. Compreender o processo de construção da sociedade brasileira de maneira crítica é fundamental no combate ao racismo.

Refletir sobre as práticas hegemônicas desconstruindo o imaginário de que um indivíduo branco é a figura que representa a sociedade brasileira é fundamental para proporcionar a esses alunos que a pluralidade existente em nossa sociedade tem origem em uma grande mistura de povos.

O processo de colonização deixou cicatrizes tão profundas que até hoje a população negra vem sofrendo com o racismo em diversas esferas de nossa sociedade. A autora Cida Bento explica como os lugares de comando interferem na vida da população negra.

Em uma sociedade desfiguradas pela herança do racismo, preferência de um mesmo perfil de pessoas para lugares de comando e de decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição da vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial. (BENTO, 2022, p.76)

A fim de compreender a estrutura do racismo, precisamos considerar diversos elementos. A autora Collins descreve que a interseccionalidade pode ser compreendida como uma maneira de entender e explicar as complexidades do mundo, das pessoas e experiência humanas.

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, bem em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (COLLINS, 2021, p.16)

A perspectiva da interseccionalidade também nos auxilia como forma de investigação crítica nos possibilitando investigar as estruturas interseccionais a fim de identificar os fenômenos sociais. Que dentro desta pesquisa fará com que identifiquemos na práxis, o ensino de cultura, História, Artes e Literatura Afro-brasileira para os Alunos do PROEJA no Colégio Pedro II.

A efetividade da práxis do professor na transformação social reside na sua capacidade de ir além do simples repasse de informações. Conforme destaca Gadotti (1996, p. 98), "a educação não é um ato neutro; ela é um ato político." A prática educativa, quando impulsionada pela práxis, torna-se um instrumento para a conscientização, emancipação e participação cidadã.

Essa abordagem ativa e engajada do professor, aliada à reflexão crítica, cria um ambiente propício para a formação de cidadãos conscientes, capazes de contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A práxis, assim entendida, transcende o espaço da sala de aula, estendendo-se para além dos limites da escola, influenciando positivamente a comunidade e a sociedade como um todo.

Um panorama da Literatura negra no Brasil atual compreende-se por um espaço de disputa, A Lei 10.639/2003 é uma importante legislação que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas. Embora não seja diretamente relacionada ao mercado editorial, ela influenciou positivamente no crescimento de produção e publicações com a temática da Literatura Afro-brasileira.

Essa lei funcionou como incentivo para diversificação do cenário editorial, incentivando a criação e a divulgação de obras que abordam a rica herança cultural afro-brasileira-brasileira. Editores e autores, ao reconhecerem a importância da diversidade cultural, têm impulsionado a publicação de livros que refletem as diferentes perspectivas da sociedade brasileira. Ela desempenha um papel fundamental ao estimular uma representação mais inclusiva e plural na Literatura brasileira, promovendo a valorização da cultura Afro-brasileira através das publicações.

Apesar dos avanços, ainda existem alguns desafios e barreiras para a ampla inserção de publicações com a temática da Literatura Afro-brasileira no mercado editorial. São elas: estereótipos e preconceitos que podem influenciar a percepção de determinados temas. Isso pode impactar a aceitação de obras que fogem dos padrões tradicionais. O acesso limitado a recursos de autores e editoras, especialmente os menos estabelecidos, podem enfrentar dificuldades para obter financiamento e visibilidade, o que afeta a produção e distribuição dessas publicações. A curadoria e representatividade, expressa na falta de diversidade entre os

profissionais do mercado editorial, como editores e agentes literários, pode influenciar nas decisões de publicação, resultando em menor representatividade de obras Afro-brasileiras das publicações.

Vale ressaltar que o mercado editorial no Brasil seja responsável em produzir cultura, no entanto essa produção está diretamente associada a questões mercadológicas e como toda instituição comercial visa o lucro a venda de livros pode ser considerada como um dos principais fatores no momento da escolha de uma publicação.

A falta de investimento e o processo de comercialização de obras que promovam a cultura e a diversidade do nosso país podem ser desafiadoras, muitas vezes devido a estereótipos que precisam ser desconstruídos e pelo fato desta Literatura não ter acessado os mercados editoriais em larga escala, pois possui eleitores mais específicos que se interessam pela temática. As estratégias de marketing e a alocação de recursos financeiros influenciam significativamente na visibilidade dessas publicações.

3. REVISITANDO A HISTÓRIA DO BRASIL – ARGUMENTOS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO POVO NEGRO

A construção da sociedade brasileira ocorreu através das mãos de uma diversidade de população e entre essas a população negra, escravizada e explorada durante um longo período da economia nacional. No entanto, todo o trabalho e a História do negro no Brasil sofreram um apagamento, que somente nas últimas décadas vem se alterando com revisões de materiais didáticos e outros debates que buscam a superação de estigmas e estereótipos

Buscamos resgatar análises da história do país, especialmente do período escravista que nos permitiu análises menos ingênuas sobre o tema e suas consequências em curso e consequentemente na implementação de ações proposta pela legislação pesquisada. O autor Clóvis Moura é a leitura primordial para este objetivo. Seu jornalismo militante e suas pesquisas minuciosas, resultaram em obras de referência, infelizmente pouco utilizadas nos programas que estudam a formação do Estado brasileiro. Entre elas podemos citar, *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (1976), *Os quilombos e a rebelião negra* (1981), *Brasil: raízes do protesto negro* (1983), *Sociologia do negro brasileiro* (1988), *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990), *Dialética radical do Brasil negro* (1994) e *Dicionário da escravidão no Brasil* (2004).

Nesta pesquisa adotamos o uso da obra *Dialética radical do Brasil negro* (1994)³ em razão desta apresentar a maturidade de análise do autor e principalmente as análises sobre a escravidão como ponto chave da acumulação primitiva de capital do Brasil e da Europa, incluindo as dinâmicas raciais na organização social das classes, o que altera a visão deste período como apenas uma etapa isolada e sem consequências para a adoção entre nós do sistema capitalista e a perpetuação das desigualdades sociais no país.

O autor destaca uma divisão deste período em duas etapas, sendo elas, o escravismo pleno e o escravismo tardio. A primeira etapa data da colonização até a proibição do tráfico em 1850. A segunda etapa vai até a abolição em 1888, ano da abolição.

A esses dois períodos que se articulam, reestruturam e se desarticulam de acordo com a dinâmica específica de cada um chamamos respectivamente, de escravismo pleno e escravismo tardio. Na primeira fase (e devemos considerar aqui, também, a contribuição demográfica e econômica do escravismo indígena tão importante no início da colonização), estrutura-se em toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista), a qual irá configurar praticamente o comportamento das

³ Utilizamos a 3ª edição as obras, reimpressa em 2021 da editora Anita Garibaldi.

classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos. Isto levará a que as demais camadas, segmentos ou grupos, direta ou indiretamente, também tenham sua conduta e seleção de valores sociais subordinadas a essa dicotomia básica. (MOURA, 2021, p.31).

As relações antagônicas estabelecidas neste período são fundantes das relações entre as classes no Brasil e principalmente da relação de trabalho que pressupunha a subordinação total do trabalhador ao dono da terra e dos meios de produção, uma subordinação que incluía a posse do corpo e do tempo integral do explorado. Esta contradição fundamental é trabalhada pelo autor como legítima expressão da luta de classes, discordando assim de autores que privilegiam análises focadas na passividade, conformismo e adaptação dos escravizados⁴. Defende então que os conflitos eram contantes considerando os objetivos antagônicos das duas classes, ressaltando que a administração da colônia contava com mecanismos de repressão para manutenção dos interesses da Coroa portuguesa que visava o controle da produção.

Para se compreender a racionalidade que se desenvolve através da dominação econômica e extraeconômica no modo de produção escravista temos de dirigir a nossa ótica não para o comportamento bom ou mau dos seus agentes principais – senhores e escravos -, mas para a totalidade do comportamento dos componentes da sua estrutura, isto é, valores sociais e instrumentos materiais que garantiam seu equilíbrio através da coerção extraeconômica como: o tronco, a gargalheira, o anjinho, o açoite, a prostituição forçada, a desarticulação familiar, a cristianização compulsória, a etiqueta escrava em relação ao senhor, o homossexualismo imposto, a tortura nas suas diversas modalidades; e, por outro lado, os fatores extralegais de desequilíbrio dessa racionalidade como: a desobediência do escravo, a malandragem, o assassinio de senhores e feitores, a fuga individual, a fuga coletiva, a guerrilha nas estradas, o roubo, o quilombo, a insurreição urbana, o aborto provocado pela mãe escrava, o infanticídio do recém-nascido, os métodos anticoncepcionais empíricos e a participação do escravo em movimentos da plebe rebelde. (MOURA, 2021, p. 42)

O autor apresenta a *racionalidade* do sistema, evitando julgamento de valor, ou seja, não se trata de determinar quem é bom ou mal, e, sim compreender as relações, enquanto uma *estrutura*, uma *racionalidade* e uma *totalidade*, para assim utilizar os conceitos marxistas de apreensão da realidade. Os antagonismos são mais bem explicitados na divisão temporal proposta por Moura, sendo assim, considerando os limites dessa dissertação, acrescidos da intenção didática deste subtítulo, a seguir apresentaremos a síntese produzida a partir da leitura do capítulo um da obra citada que em nossa análise complementa a análise de subalternização do povo negro incluindo os alunos da educação de jovens e adultos, em sua

⁴ Crítica direta a Eduardo Silva. “Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia.” Parte da obra escrita com João Reis, *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*, de 1989 publicada pela Companhia das Letras.

maior parte formado por pessoas negras em situação socioeconômica desfavorecida na lógica da acumulação capitalista e das desigualdades produzidas e reproduzidas.

Tabela 1- Fases políticas e tipos de escravidão

O ESCRAVISMO PLENO 1550 - 1850				
Reinados	Regime de trabalho	Governança	Economia	Judiciário
D. João VI 52,5% da população escravizada.	Duas classes fundamentais: senhores e escravos. Maquinistas, ferreiros, artesãos subordinados aos senhores de terras.	Governadores e vice-reis subordinados a Portugal. Governador geral – centralização do poder local (manter a ordem, administrar relações, prover cargos públicos, construir defesas).	Provedor – mor organizar a arrecadação da colônia, organizar a alfandega e fisco, fiscalizar os funcionários e serviços da Fazenda.	Ouvidor- Geral medidas de respeito a crimes e morte <i>natural</i> .
D. Pedro I 30.000 escravizados vendidos.				
D. Pedro II				
Modo de produção escravista tendo o mercado mundial como dinamizador em uma relação de interdependência. “Se quase toda produção ia para o mercado externo, por outro lado, eram os senhores obrigados a investir na compra do escravo.” (p.63)				
Tipos de relações escravista				
Escravos de eito	Escravos de mineração	Escravos domésticos	Escravos de ganhos	Outros tipos
Agropecuária. Extrativistas (borracha, algodão, fumo). Agroindústrias (Engenhos de açúcar). Fazendas (Café e algodão). Pecuária (Rio Grande do Sul)	Doméstico. De eito (minas de ouro e extratores de diamantes). Urbano doméstico: ouvires, ferreiros, mestre de oficinas, pedreiros, taverneiros, carpinteiro, barbeiro, calafates, parteiras, correios, carregadores em geral.	Carregadores de liteiras, caçadores, mucamas, amas de leite, cozinheira, cocheiro,	Barbeiros. Médicos. Vendedores ambulantes. Carregadores de pianos, pipas e outros. Músicos; Prostitutas de ganho. Mendigos de ganho.	Dos cantos. Soldados. Do Estado. De conventos e igrejas. Reprodutores. De aluguel.
Características fundamentais do período: Monopólio comercial da Metrópole (1808); Produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial; Tráfico de escravizados da África;				

Subordinação total da economia colonial à Metrópole; Latifúndio escravista; Legislação repressora e violenta contra escravizados;

Fonte: Elaboração própria inspirada em Moura (2021, p. 59 – 81), 2024.

Neste longo processo histórico surgiram avanços tecnológicos que mudavam as relações em todos os territórios, especialmente as relações sociais na Europa e parte da América. No Brasil as inovações não alteraram as relações sociais, mantendo a dicotomia senhor e escravo, “esses novos recursos tecnológicos e científicos eram aplicados em um país ainda escravista” (2021, p. 82)

No campo econômico, Capitais externos, principalmente ingleses⁵, ocuparam o espaço de uma possível burguesia interna, impedindo o desenvolvimento de um capitalismo nacional, resultando em uma dependência e uma subordinação econômica, política e cultural.

O processo de industrialização foi também estrangulado, pois os ingleses faziam empréstimos em condições escorchantes às poucas iniciativas nacionais e, posteriormente, partiram para investir diretamente nesse setor. Em todas as áreas favoráveis de investimento, esse fato se verificará. Estradas de ferro, portos, agroindústria nordestina (açúcar), companhias de gás, iluminação, moinhos, cabos submarinos, companhias de seguro, navegação fluvial, transportes coletivos e outras formas de investimento econômico ou de modernização tecnológicas eram controladas pelo capital britânico. O comércio interno e o externo também não fugiram a regra, controlando os ingleses, quase totalmente os setores de importação e exportação, tendo investido também na mineração. (MOURA, 2021, p. 84)

Documentos históricos⁶ provam que a mão de obra utilizada em todos as frentes de exploração inglesa era a de escravizados. As exportações e importações britânicas acarretou dificuldades para a produção nacional, sendo substituída gradativamente por produtos importados “até as roupas para escravos, antes feita por tecidos nacionais através da indústria artesã, foram substituídas por tecidos importados, pois, segundo os fazendeiros, saiam mais baratos” (2021, p. 88). É importante compreender que a intervenção Inglesa não estava voltada somente para o abastecimento próprio, também era destinada a expansão de outros mercados, o que corrobora a tese de que grande parte da riqueza do velho mundo, tem como base o trabalho escravo.

Embora a metade da colheita do café do Brasil fosse comprada pela Inglaterra, somente um quinto da mesma era consumido nas Ilhas Britânicas. O restante era renegociado com o mercado europeu e norte-americano. Tanto os oligarcas do Nordeste como os da área de café, conscientes dessa situação, procuraram manipular

⁵ Primeiramente em áreas do Nordeste e depois se deslocando para São Paulo e Rio de Janeiro dominando as áreas de produção de bem e consumo, nos setores bancário, ferroviário e industrial.

⁶ LIBBY, Douglas Cole. Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.

uma tática de compromissos, tendo como perspectiva o fim do trabalho escravo e a conciliação dos seus interesses. (MOURA, 2021, p. 90)

Observa-se neste período as mudanças de modernização em diversos meios de produção, mas sempre mantendo a mão de obra escrava. Porém, esta situação não se sustentaria por mais tempo. O preço da mão de obra escrava sobe após a proibição do tráfico internacional (Lei Eusébio de Queirós, 1850), alterando também as formas de negociação de venda desta “mercadoria”, a exemplo das casas de comissão instaladas no Rio de Janeiro. Além do processo de modernização que manteve o trabalho escravo e permitiu a acumulação de capital este período também se caracteriza pelo endividamento externo e a dependência do capital estrangeiro.

A progressiva lenta passagem do período do escravismo pleno para o escravismo tardio, definido por Moura (2021) teve medidas modulares para sua conclusão, entre os principais cita a Tarifa Alves Branco (1844), Lei da Terra (1850), Lei Eusébio de Queirós (1850), Guerra do Paraguai (1865-1870) e política imigrantista.

A Tarifa Alves Branco, que substituiu a Tarifa Bernardo Vasconcelos⁷, com objetivo fiscal e protecionista da industrialização ainda incipiente, baseada em uma sociedade de trabalho livre e não escravista como era a realidade do período.

A intenção de abrir novos mercados de trabalho através da criação de indústrias significaria, como se pode concluir sem muito esforço, a criação de um setor de trabalhadores *livres* nas brechas da economia escravista. No caso particular do Brasil, a política de desvalorização do trabalhador nacional, especialmente do negro e do não branco para esse tipo de atividade, significava estimular a vinda de trabalhadores estrangeiros brancos, capazes de dominar “técnicas mais avançadas de produção” e branquear a nossa população, segundo a ideologia predominante. Os escravos, como fica muito claro, estavam excluídos desse processo de mobilidade social, bloqueados pela sua condição de cor e de classe e por isto mesmo impossibilitados de competir nesse processo de *modernização* na área do trabalho. (MOURA, 202, p. 102).

Vemos assim, a chamada modernização que desconsidera as condições objetivas, modernizar mantendo o escravismo era uma expectativa comum aos ideólogos deste período.

Diante da possibilidade de fim da escravidão, outros mecanismos de manutenção do poder foram sendo pensados e legislados, entre eles a Lei da Terra. Esta legislação transformou o que antes era uma concessão do Estado como mercadoria a ser adquirida por quem pudesse pagar, o que obviamente deixou de fora todos aqueles que trabalhavam, porém

⁷ Fixação de taxa de 15% de produtos importados.

não recebiam qualquer tipo de salário. A lei impossibilitou qualquer esperança de aquisição de Terras após a abolição como uma indenização por gerações de trabalhos forçados.

A lei da Terra tinha, no fundo, conteúdo político. Ela deu um cunho liberal à aquisição de terras no Brasil, mas visava a, de um lado, impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse a doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos e, de outro, estimular o imigrante que via, a partir daí, a possibilidade de transformar-se em pequeno proprietário, aqui chegando. (MOURA, 2021, p. 107)

O autor enfatiza que não se trata de afirmar que os imigrantes tenham tido uma vida fácil, mas para esses existiam possibilidades e para a população negra era impensável, o que nos permite compreender como o espaço social brasileiro se organizou espacialmente como excludente desde seus primórdios e que a existência de áreas periféricas hoje com a maior parte da população preta tem raízes históricas e não podem de forma alguma serem explicadas pelo viés meritocrático. Para exemplificar essas diferenças Moura propõe uma tabela, reproduzida a seguir, que expressam essas diferenças.

Tabela 2- Diferença entre migrantes e escravos no período colonial

SITUAÇÃO	IMIGRANTE	ESCRAVO
CULTURAL	Conservação do grupo de família que se transferiu como unidade para o país receptor.	Destruição dos grupos familiares e linhagens, com o tráfico limitando a sua ancestralidade inclusive com o esquecimento dos seus nomes de origem.
	Conservação nesses grupos familiares da língua originária, possibilitando a interação em nível de unidade de comunicação.	Destruição das diversas línguas africanas e a sua substituição através da submissão pela língua do senhor. Desarticulação do aparelho de comunicação do escravo através de suas próprias línguas.
	Coincidência da religião dos imigrantes com a da área receptora.	Suas religiões eram identificadas como bárbaras, animistas e inferiores e combatidas como transgressoras aos padrões religiosos oficiais e dominantes.
ECONÔMICA	Cidadão.	Semovente.
	Trabalhadores.	Trabalhadores, Escravos.
	Interação em uma sociedade aberta de competição social no processo de mobilidade.	Permanência compulsória em um espaço social fechado, na interação com os demais grupos e segmentos, no processo de mobilidade, somente passando para a sociedade aberta, com restrições na qualidade de liberto através da alforria. Impossibilidade total de direito à posse da terra.
POLÍTICA	Possibilidade de aquisição de terras através da poupança individual, familiar ou de financiamento.	Locomoção tutelada pelo senhor.
	Direito de locomoção livre.	

SITUAÇÃO	IMIGRANTE	ESCRAVO
	Apoio embora não satisfatório das embaixadas dos países de origem e das suas famílias, que agiam como grupos de pressão junto a essas embaixadas e ao governo brasileiro.	Nenhum apoio político das regiões de origem das suas famílias, que se fragmentaram com tráfico, ou de governos independentes que não existiam.
	Propaganda imigrantista na imprensa mostrando os imigrantes como trabalhadores superiores.	Propaganda racista mostrando à escravidão como superada e o negro como biológica, psicológica e culturalmente inferior para ingressar no trabalho livre.
	Possibilidade de regressar ao país de origem ou ir a outros países que estivessem insatisfeitos com as suas condições de trabalho.	Impossibilidade absoluta de regressar a suas regiões de origem. Nem mesmo os africanos livres foram repatriados.
SOCIAL	Direitos regidos pelo código do Império ao nível do estrangeiro.	Nenhum direito, nem como estrangeiro, nem como cidadão.
	Proibição jurídica de ser punido com castigos corporais.	Direito do senhor e do estado de puni-lo, inclusive com diversas formas de tortura: açoites, tronco, anjinhos, gargalheiras, etc.
	Liberdade de se organizarem em associações culturais e de auxílio mútuo.	Impossibilidade de se organizar de forma independente, a não ser de forma ilegal, que sempre despertava o temor.

Fonte: MOURA, 2021, p. 118

Observamos aqui as diferenças pouco trabalhadas nos programas escolares do ensino fundamental e médio e que se devidamente trabalhados poderia contribuir significativamente para desmistificação de que as oportunidades eram para todos. No caso do Brasil as oportunidades nunca se aplicaram a maior parte da população. Ao observar essas categorizações propostas por MOURA (2021) é possível relacionar que parte se refere a oportunidades desiguais que se expressam também no acesso e permanência na educação e consequentemente na inserção no mundo do trabalho em espaços mais ou menos subalternizados.

Voltando as legislações como ferramenta de legitimação das desigualdades, mas também como possibilidades de proteção, ainda que sem controle de sua aplicabilidade. Se em 1850 foi aprovada a Lei das Terras, vinte anos depois foi aprovada a Lei do Ventre Livre (1871), seguida quatorze anos depois da Lei dos Sexagenários (1885), Lei que extingue a pena de açoite (1886), Lei que proíbe a venda separada de escravos casados (1869). Gradativamente alguns estados vão se antecipando ao fim da escravidão, exemplo de 1884 no Amazonas, Ceará e Porto Alegre. A partir daí diversidades regionais da escravidão poderão ser observadas, com regiões como Rio de Janeiro e São Paulo mantendo a maior parte do trabalho escravo, um aumento no tráfico de escravos interno e no aumento de seu valor comercial. A influência do capital monopolista foi visível nesta fase do escravismo tardio.

Conforme já dissemos em parte, a grande duração do escravismo brasileiro, levou-o a encontrar-se com aquelas forças econômicas exógenas de dominação que não tinham mais interesse em exportar mercadoria, mas capitais. Nesse processo longo e permanente de dominação, preparam-se as premissas para abolição se processar de tal forma que tanto essas forças externas quanto os antigos membros da classe senhorial encontrem no trabalho livre a continuidade e a manutenção dos seus privilégios existentes durante o escravismo. Essa conclusão que teve uma longa história, foi determinada por um processo contínuo de dominação que foi confundido como sendo progresso e modernização. (MOURA, 2021, p. 124)

A guerra do Paraguai também é um elemento distintivo do escravismo tardio brasileiro.

O escravo não tinha alternativas a não ser lutar, mesmo contra a sua vontade. Os filhos dos senhores de escravos ficavam em casa, enquanto os senhores, no seu absentismo cívico e patriótico assistiam confortavelmente o desenrolar do conflito. Por tudo isto, não é de se espantar o grande número de óbitos entre os escravos e os negros durante os anos que durou a guerra. J.J. Chiavenatto⁸ escreve, nesse sentido, que “o governo comprou milhares de negros escravos para lutarem no Paraguai(...) não se sabe precisamente quantos negros do governo comprou das suas próprias senzalas, mas se sabe com segurança o número de negros que voltaram livres da Guerra do Paraguai, voltaram 20 mil negros depois de cinco anos de lutas, e morreram na guerra entre 60 e 100 mil - este número consegue se burilando as estimativas mais sérias, que aliás merecem melhor crédito que as estatísticas oficiais, omissas ou intencionalmente mentirosas (e não raro desaparecidos. Muitos documentos da época). (MOURA, 2021, p.136)

Além da compra de escravos, da substituição dos senhores de terra e sua prole⁹ e do recrutamento compulsório para a Guerra, também constam nos registros a fuga de escravos de seus senhores para alistamento voluntário, em razão da prometida liberdade pós-guerra. Uma das consequências destacadas pelo autor após a guerra foi a alteração de consciência dos que voltaram, tendo os ex-combatentes da guerra contribuído para as insurreições contra o sistema escravista, além das dificuldades econômicas internas pelas dívidas contraídas na guerra, o que tornava o cenário político tenso.

O autor chama atenção ainda para as mudanças no campo da ética e da solidariedade entre os senhores de terras, sendo comum nesta fase final do escravismo a contratação por salário de escravos fugidos de outras fazendas, o que era impossível no período do escravismo pleno, sendo assim estava em prática “uma nova ética: a ética do capitalismo” (2021, p. 146). Deste período também conta o discurso e ações mais contundentes de grupos abolicionistas.

Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica deste processo, ficando como borra, sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração, e o moderno foi absorvido

⁸ CHIAVENATTO, Julio José. Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai. São Paulo, Brasiliense, 1979.

⁹ A lei nº 1.101 de 20/09/1865 e o Decreto nº 3.513 de 12/09/1865 permitiam a substituição de pessoas convocadas ou o pagamento de uma indenização.

pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação. (MOURA, 2021, p. 149)

Por fim, é preciso compreender a abolição como um processo que não permitiu a absorção da população preta nos fluxos de troca da economia moderna do trabalho livre. Compreender este fato é analisar as desigualdades atuais sob uma ótica histórica e, portanto, possível e necessária ser debatida.

As continuidades das desigualdades podem ser observadas na contemporaneidade e as consequências da nossa formação histórica cultural não podem ser dissociadas dos dados atuais.

Para esta pesquisa é importante que esta relação seja objetiva, porque a estrutura da sociedade brasileira teve esta fundação e perpetuação em diferentes períodos da história, que justificou práticas de segregação desta população, hoje temos um conceito que se aplica. O racismo estrutural.

A autora Lélia Gonzalez nos apresenta uma reflexão sobre o racismo explicando: O racismo, ao invés de ser apenas um preconceito, é uma estrutura de dominação e exploração que se manifesta em todos os níveis da sociedade brasileira. (GONZALEZ, 2020, p.85)

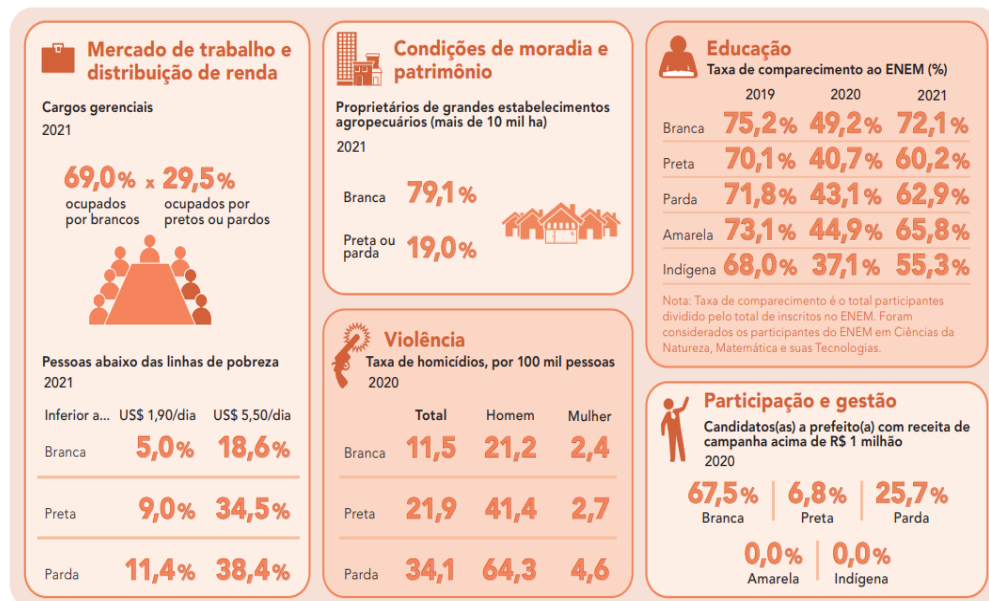
Promover o debate sobre o racismo nos permitirá identificar e enfrentar as desigualdades históricas e estruturais presentes em nossa sociedade. Neste aspecto não queremos separar o subjetivo do objetivo como fases ou consequências, mas tratá-los dialeticamente como parte de um todo. Podemos fazê-lo apresentando dados atuais, coletados e analisados cento e trinta e seis anos depois.

Segundo o IBGE, na pesquisa *Desigualdade por cor ou raça no Brasil*¹⁰ em sua segunda edição (2022) elencou temas como mercado de trabalho, distribuição de rendimento, condições de moradia e patrimônio, educação, vitimização por violência, além de representação e ambiente político. A figura 1 apresenta os resultados gerais da pesquisa.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raça.html>

Os indicadores selecionados para tal foram extraídos de bases de dados do IBGE, como as da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, Pesquisa Nacional de Saúde - PNS e Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic. Também foram utilizados registros administrativos provenientes de outras instituições, como Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Ministério da Saúde e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, os quais permitiram a produção de alguns indicadores para as populações de cor ou raça amarela e indígena. (sobre a publicação, IBGE, 2022)

Figura 1 - Desigualdade por cor ou raça no Brasil



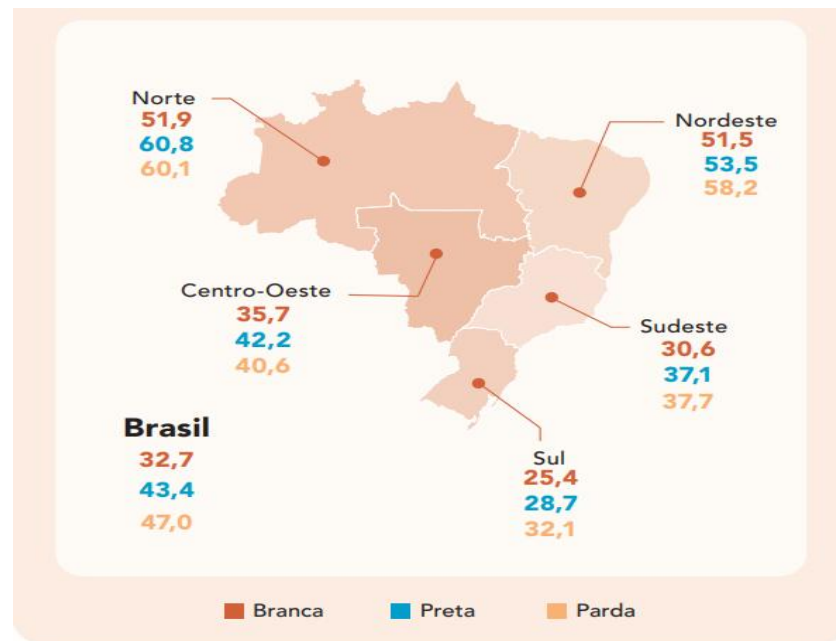
Fonte: IBGE, 2022

Como podemos observar os dados demonstram que as pessoas pretas e pardas continuam em desvantagens em relação a população branca. A pesquisa aponta que em 2021, apontam que os cargos gerenciais são ocupados duas vezes mais por pessoas brancas. Na concentração de Condições de moradia e patrimônio encontram-se sobre o domínio de pessoas brancas. Os índices de violência são significativamente maiores na população parda e negra. Podemos perceber que na taxa de comparecimento ao ENEM os pardos e pretos não conseguem ter o mesmo alcance que os estudantes brancos.

Na participação política dos candidatos à prefeito a população branca equivale a 67,5%, a preta 6,8% e a parda 25,7% o que mais uma vez traz de maneira objetiva a reflexão sobre as estruturas de nosso contexto social referente a marginalização da população negra quando comparamos a branca.

Esta análise nos mostra através dos dados que o racismo estrutural é uma realidade do nosso país e que precisa ser debatido nos espaços educativos para que diretores, professores e estudantes possam ter a compreensão da necessidade de práticas que possam debater temas como: racismo, meritocracia e diversidade apoiados em fundamentação teórica, pesquisas e dados como estes para que possamos promover uma sociedade que respeite a diversidade e práticas antirracistas.

Figura 2- Pessoas em ocupações informais (%), Grandes Regiões, IBGE,2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua, 2021

A figura acima informa que independente da região do país, os percentuais de ocupação informais sempre se apresentam maiores na população preta ou parda, o que tem um grande impacto na proteção social desses brasileiros. Se considerarmos que esses postos informais não têm garantia de salários fixos, acesso a seguros acidentes, auxílio desemprego, concluímos que aumenta a vulnerabilidade desta parcela da população. Sem contar os menores rendimentos, o que acabam impactando o poder de compra e acesso a bens e serviços. Outro elemento em relação ao trabalho são os lugares ocupados nos espaços de empregos formais.

A população ocupada preta ou parda apesar de estimada como maioria em 2021, 53,8%, estava presente apenas em 29,5% dos cargos gerenciais ocupados em 2021. Já a população ocupada branca, 45,2% do total, estava presente em 69,0% desses cargos. Esse fenômeno foi observado nas cinco Grandes Regiões do País. A divisão em ordem crescente de rendimentos nos cargos de gestão indica ainda que, quanto mais alto o rendimento, menor é a proporção de pessoas pretas ou pardas. Em 2021, na classe de rendimento mais elevada, somente 14,6% das pessoas ocupadas em cargos gerenciais eram pretas ou pardas, ao passo que, entre as brancas, tal proporção atingiu 84,4%. (IBGE, 2022, p. 3)

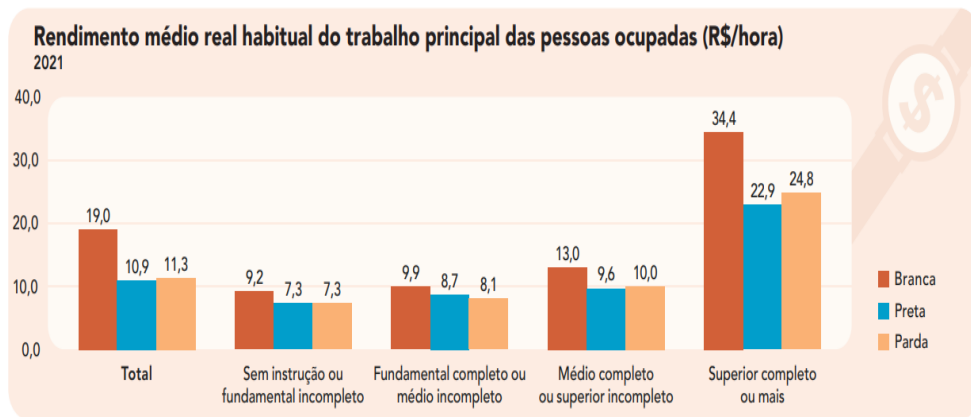
A autora Cida Bento explica como os *lugares* de comando interferem na vida da população negra.

Em uma sociedade desfigurada pela herança do racismo, preferência de um mesmo perfil de pessoas para lugares de comando e de decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição da vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobre representação da população negra em

situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial. (BENTO, 2022, p. 76)

Ainda quando os níveis de escolaridade são os mesmos, os rendimentos da população parda e preta são menores, conforme expressa a figura 3.

Figura 3 – Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/hora), 2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua, 2021

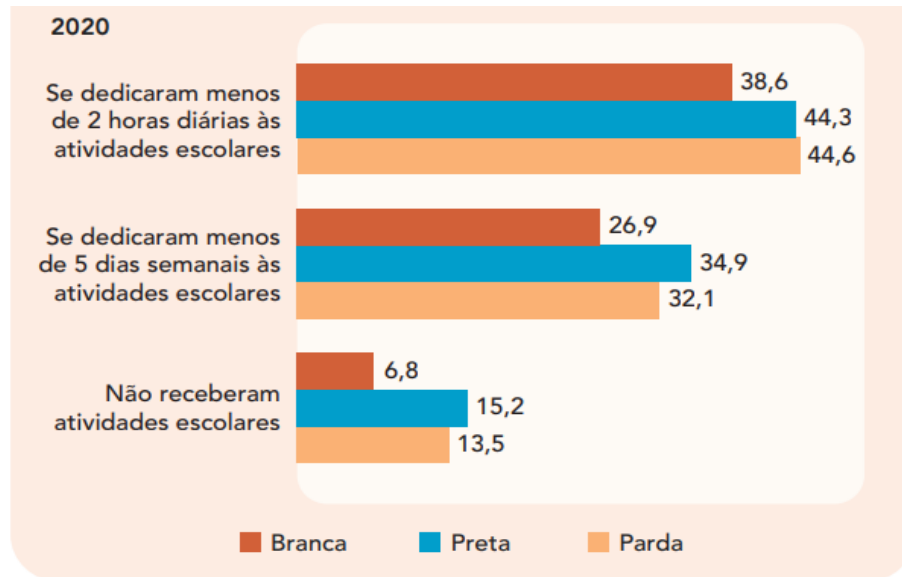
Podemos identificar no gráfico acima que independente do nível de escolaridade dos participantes desta análise a cor de pele branca favorece para que o sujeito que a possui obtém maiores ganhos se compararmos aos pretos e pardos.

A renda tem relação direta com a aquisição de patrimônio e condições de moradia e a pesquisa revela as disparidades deste indicador.

Em domicílios sem documentação da propriedade, enquanto a proporção encontrada entre as pessoas brancas era cerca de metade desse valor (10,1%). 27,8% das pessoas de cor ou raça branca residiam, em 2019, em domicílios sem esgotamento por rede coletora ou pluvial. Entre as pessoas pardas, a proporção era consideravelmente maior (45,9%) e, entre a população de cor ou raça preta, a proporção foi de 36,0%. Registram-se desigualdades semelhantes em relação ao acesso à rede de abastecimento de água e à coleta de lixo. (IBGE, 2022, p. 7)

Sobre acesso à educação, a publicação do IBGE teve foco nas análises sobre o impacto do COVID-19 e sua relação com dedicação de tempo aos estudos e a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Figura 4 – Estudantes de 6 a 17 anos de idade sem aulas presenciais por disponibilidade e tempo dedicado às atividades escolares (IBGE,2020).



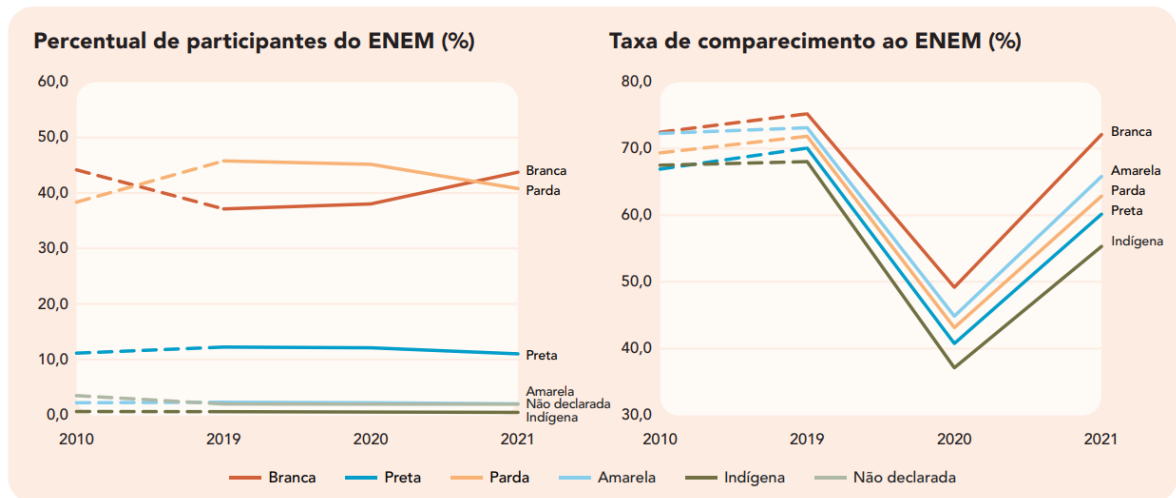
Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua, 2021 COVID-19 nov. 2020

Sabemos que a emergência mundial em saúde pública causada pela pandemia impactou todos os estudantes, no entanto podemos observar que o impacto não aconteceu de maneira igualitária: enquanto 6,8% de brancos não receberam atividades escolares; os pretos foram 13,5% e os pardos 15,2%, representando mais que o dobro. Este gráfico nos permite identificar mais uma vez que a população negra mais uma vez está em desvantagem denunciando de maneira objetiva a presença do racismo estrutural em nossa sociedade.

Sobre a participação no ENEM, a pesquisa aponta que,

Os anos de pandemia de 2020 e 2021, não levaram somente a uma redução no total de inscritos no ENEM, que atingiu seu menor valor em 2021, passando de 5,1 milhões em 2019 para 5,8 milhões em 2020 e para 3,4 milhões em 2021, mas também foram responsáveis por uma quebra na tendência de democratização no perfil dos participantes de cor ou raça a partir de 2019. De 2019 a 2021, a proporção de participantes brancos passou de 37,1% para 43,7% e de participantes pretos ou pardos caiu de 58,0% (45,8% de pardos e 12,2% de pretos) para 51,8% (40,8% de pardos e 11% de pretos), no mesmo período. (IBGE, 2022, p. 9)

Figura 5 – Percentual de participantes e taxa de comparecimento ao ENEM – 2010-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Sinopse Estatística do ENEM 2010-2021

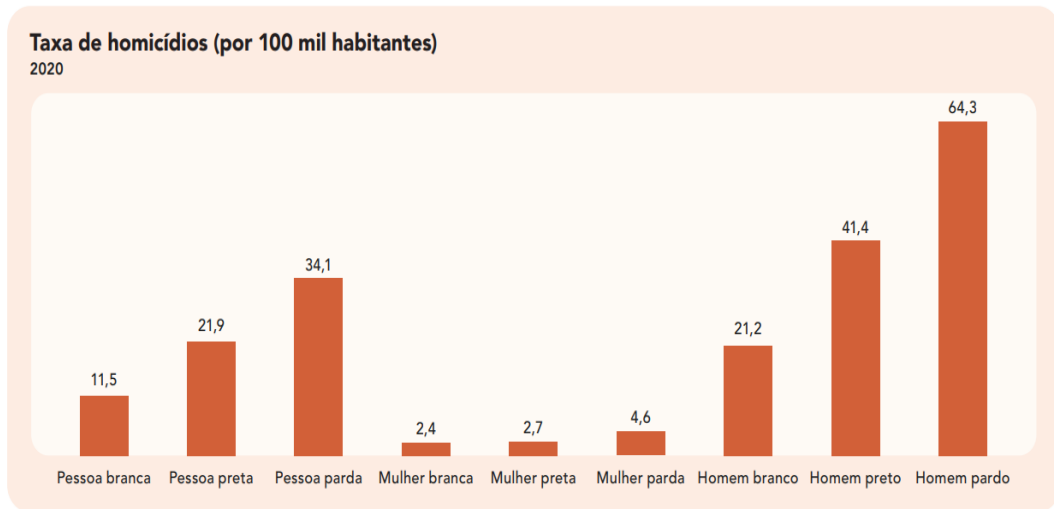
Observamos pela figura 5 que além das quedas de participação, a população preta apresenta taxas menores de comparecimento, o que significa que apesar de conseguir fazer a inscrição, este grupo populacional encontrou maiores dificuldades de comparecer aos locais de prova. Uma série de fatores podem explicar este fenômeno como: a dificuldade de mobilidade, falta de recursos financeiros para custear este deslocamento ou alunos desmotivados.

O indicador que a população preta e parda vence nas séries históricas do IBGE é o que se refere à violência

A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2019, do IBGE, aponta que 18,3% das pessoas com 18 anos ou mais de idade haviam sofrido violência física, psicológica ou sexual nos 12 meses anteriores à pesquisa. As pessoas pretas foram as mais atingidas, com 20,6%, seguidas das pardas, 19,3%. Entre as pessoas brancas, 16,6% relataram ter sofrido algum tipo de violência. As mulheres foram mais vítimas de violência (19,4%) do que os homens (17,0%), principalmente as mulheres pretas, grupo de cor ou raça e sexo com maior proporção de vítimas (21,3%). (IBGE, 2022, p. 11)

A figura 6 demonstra que as taxas de homicídio são maiores em pessoas pardas e pretas, independentemente do sexo.

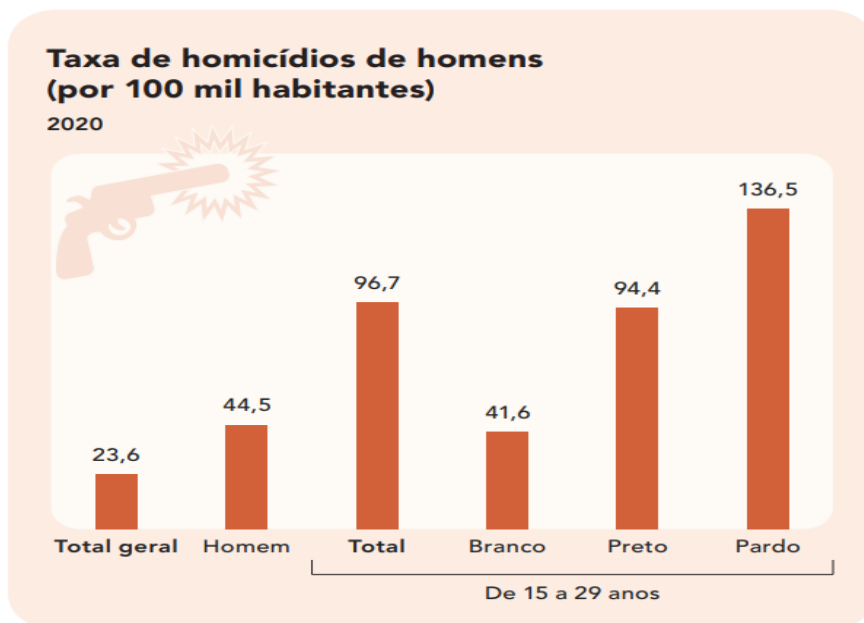
Figura 6 – Taxa de homicídio por 100 mil habitantes (IBGE -2020)



Fonte: Ministério de Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua, 2020.

As faixas etárias mais atingidas são de 15 a 29 anos.

Figura 7 – Taxa de homicídio de homens



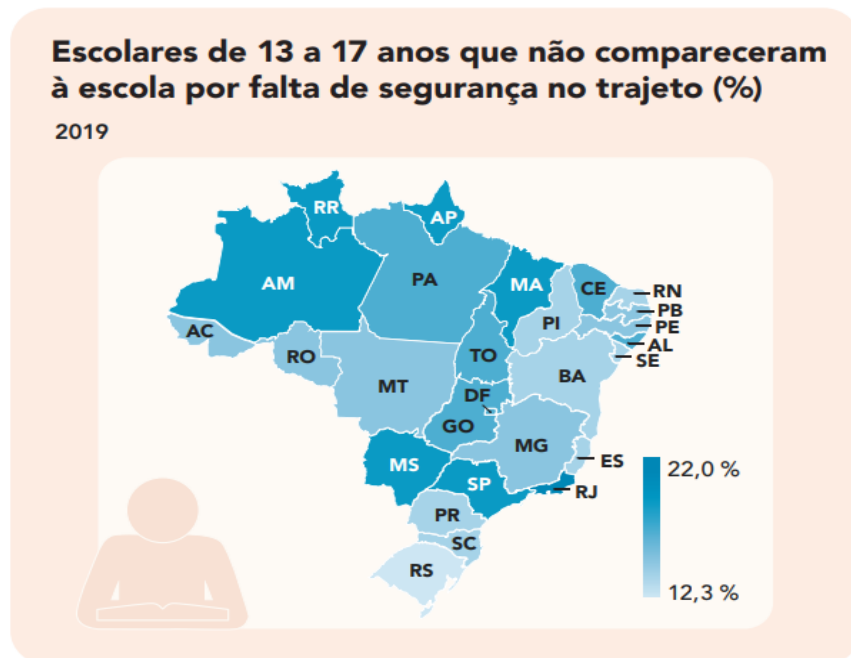
Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua, 2020.

Os gráficos 6 e 7 nos praticamente denunciam uma disparidade nas taxas de homicídio no Brasil, evidenciando um problema estrutural enraizado pelo racismo e suas desigualdades

refletindo um genocídio silencioso da população negra, especialmente dos jovens que são desproporcionalmente afetados. Esta análise denuncia a necessidade de urgência em combater o racismo estrutural, pois sem mudanças esse grupo continuará sendo vítima de exclusão e violência.

A pesquisa ressalta também o impacto da violência no acesso à educação, pois os estudantes deixam de frequentar a escola por insegurança no trajeto, o que pode ser considerado um dos indicadores de evasão escolar em áreas com maior incidência de violência armada.

Figura 8 – Segurança no trajeto da escola (13 a 17 anos)

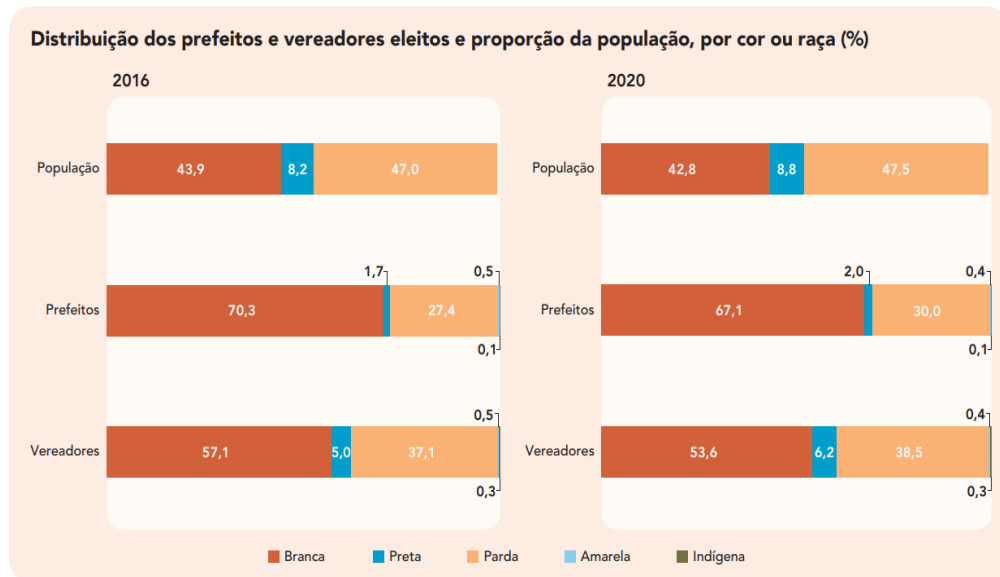


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, 2019

As possibilidades de mudança desta realidade estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento de políticas públicas, porém a representatividade da população preta e parda nos espaços de gestão ainda são poucas se comparado com a população branca.

No que concerne ao trajeto casa-escola, 16,6% dos escolares afirmaram não terem comparecido à escola nos últimos 30 dias por falta de segurança no trajeto, sendo mais expressivo entre os escolares pretos, 19,8% e pardos, 16,3% do que entre os brancos, 15,5% e maiores também nas dependências escolares públicas, 17,6% do que nas privadas, 10,8%. Dentre as Unidades da Federação, Rio de Janeiro, Roraima e Amazonas apresentaram as maiores taxas, 22,0%, 20,4% e 19,8%, respectivamente, enquanto Piauí, Paraná e Rio Grande do Sul as menores, 12,8%, 12,8% e 12,3%. (IBGE, 2022, p. 12)

Figura 9 – Distribuição de prefeitos e vereadores eleitos e proporção da população, por cor ou raça (%)



Fonte: BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. Portal de dados abertos do TSE. Brasília, DF, 2022

Além da pouca representatividade no executivo e legislativo local, a pesquisa também apurou as dificuldades de participação da sociedade civil, exemplificando o fato de a totalidade de municípios brasileiros, em apenas 365 havia Conselho Municipal de Direitos de Igualdade Racial.

No Brasil reconhecidamente o sucesso eleitoral está muito ligado à quantidade de recursos disponíveis para financiar as campanhas, pois são eleições consideradas caras (CARRAZZA, 2018; SPECK, 2010). Dessa forma, a desigualdade de acesso ao financiamento de campanhas vai implicar maiores ou menores chances de se eleger. Para as eleições a prefeito, em 2020, tanto candidatos quanto eleitos de cor ou raça branca estiveram mais concentrados nas faixas mais altas de receita. Foram 62,9% dos candidatos a prefeito brancos, mas 73,6% dos candidatos com receita entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão e 67,5% dos candidatos com receita acima de R\$ 1 milhão. Em relação aos eleitos, houve ainda maior concentração. Na faixa acima de R\$ 1 milhão, eram 82,1% brancos, 1,8% pretos, 16,1% pardos e nenhum eleito de cor ou raça amarela ou indígena. (IBGE, 2022, p. 15)

3.1 Trajetória e conquistas do Movimento Negro brasileiro - a pauta da educação como inclusão social e política

A trajetória do Movimento Negro no Brasil é um relato de resistência e transformação, moldado pela herança de uma história marcada pela escravidão e desigualdades persistentes.

Ao longo das décadas, líderes, intelectuais e ativistas têm se unido para confrontar estereótipos, combater a discriminação racial e redefinir as narrativas que permeiam a identidade Afro-brasileira. Esta exploração busca esboçar os contornos dessa jornada, destacando as conquistas e desafios que caracterizam a luta do Movimento Negro em busca da igualdade e reconhecimento cultural.

Gomes (2019) busca, em sua obra *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, apresentar um conceito atualizado do Movimento Negro a partir das contribuições de diversos autores (Domingues, 2007; Santos, 1994), chegando à seguinte síntese:

Entende-se como o Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo que visam superação disso, perverso fenômeno da sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos, com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e as negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica a relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais desta relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura, e louvaram a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente, e de forma *explícita, uma postura política de combate ao racismo*. Postura essa que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade. Hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista. (GOMES, 2019, p. 3).

A definição apresentada pela autora aponta para a necessidade de diferenciar o Movimento Negro de práticas diversas que não colocam no cerne de suas ações a luta antirracista. Dentre as lutas, que são diversas a autora destaca a luta pela educação como direito, colocando a autora o Movimento Negro como um ator político e coletivo fundamental desta conquista.

Lembramos aqui o conteúdo destacado no tópico 1.1 desta dissertação, onde trabalhamos o longo período de escravização e das estratégias de tirar da população preta o lugar de seres humanos. Desde este período destaca-se a militância, também já citada, de jornais, especialmente de São Paulo como *O Xaute* (1916), *Getulino* (1916-1923), *O alfinete* (1918-1921), *O Kosmos* (1924-1925), *O Clarim d'Alvorada* (1929-1940), *a voz da Raça* (1933-1937), *Tribuna Negra* (1935), *O Novo Horizonte* (1946-1954), *Cruzada cultura* (1950-1966). Sem deixar de mencionar o Teatro Experimental Negro (TEN) que de 1944 a 1986 trabalha a alfabetização, publicou seu próprio jornal (Quilombo - 1948-1950) e reivindicava o ensino formal aos estudantes negros.

Deste período, destaca a autora, esses jornais buscam romper com as ideias propagadas pelo racismo científico que colocava os negros na posição de inferiores. Também destaca o pioneirismo da Frente Negra Brasileira ¹¹ (1931) que articulava saberes emancipatório, criou escolas e cursos para a população negra marginalizada pelos estabelecimentos convencionais.

Podemos dizer que as lutas por igualdade racial aconteceram em três fases. Foram elas:

- a) Primeira Fase Ocorreu nas três primeiras décadas do Século XX, a militância priorizou implementar ações de luta através da criação de diversas associações que promoviam educação e cultura com diversos tipos de abordagens como palestras, encenações teatrais, bibliotecas, cursos de alfabetização em que instrução era introduzir os sujeitos no mercado de trabalho. Neste mesmo período surge a imprensa negra de linguagem própria, militante orientando os militantes a buscarem a instrução com enfoque na ascensão social.
- b) Segunda fase a partir dos anos de 1990 que celebrava as conquistas dos movimentos, sendo consagrada pela Marcha Zumbi dos Palmares, em que celebrava os 300 anos da morte de Zumbi e a participação do Brasil na III Conferência Mundial das Nações Unidas (ONU) de Combate ao Racismo e Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatada.
- c) Na terceira fase, os movimentos em suas manifestações denunciavam a escola com sistema de perpetuação e promoção de práticas e ideologias racistas. Enfatizando a revisão dos conteúdos, mudanças de currículos, capacitação de profissionais de educação e inclusão do ensino de História da África. A ideia era ressignificar as memórias, culturas das matrizes africanas.

O caminho percorrido pelos movimentos trazendo a consolidação da Lei 10.639/2003 inseriu a obrigatoriedade da História e cultura Afro-brasileira no currículo escolar por conta de uma forte pressão do Movimento Negro, pois percebiam o apagamento das matrizes africanas no processo histórico do Brasil. No entanto não pôs um ponto final na questão racial, uma vez que não alteram as razões estruturais da sociedade brasileira de que os

¹¹ “Nascida na cidade de São Paulo em 1931, chegou a aglutinar milhares de negros – por mais de 60 delegações (“filiais”) – em torno de um programa que anatematizava o “preconceito de cor”. Mantinha escola, grupo musical, time de futebol, grupo teatral; oferecia assistência jurídica, serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios; além de publicar o jornal *A Voz da Raça*. Em 1936, a FNB transformou-se em partido político. Influenciada pela conjuntura internacional de ascensão do nazifascismo, notabilizou-se por defender posições políticas e ideológicas ultranacionalistas. Com a instauração da ditadura do “Estado Novo”, a organização foi extinta, em 1937 (Domingues, 2005, p. 102).

professores também precisam ser formados para atuarem na educação de base e, para isso, é necessária a reformulação dos programas de cursos de graduação.

O processo de luta antirracista dos movimentos sociais negros desde o período colonial foi a constituição de uma estratégia fundamental e necessária para combater a situação de exclusão. Nesta fase, eles já refletiam que o campo da educação seria uma ferramenta fundamental capaz de minimizar e ao longo da história rever toda a situação de marginalização e exclusão da população negra.

De acordo com Gonçalves, ao longo de nossa História o Movimento Negro sempre buscou permear os espaços predominante brancos partindo do princípio de que a educação é uma fermenta para a promoção de transformação social.

Já no início do século XX, o Movimento criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra. Dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação. Esta sempre esteve presente na agenda desses movimentos, embora concebida com significados diferentes: ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho ; ora como veículo da ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprenderiam a História de seus ancestrais , os valores a cultura de seu povo, podendo partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano. (GONÇALVES, 2000, p.139).

No período ditatorial destaca-se o surgimento do Movimento Unificado contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR). Em 1979 o MUCDR foi denominado Movimento Negro Unificado (MNU), que tem até a presente data a inclusão educacional como uma de suas bandeiras de luta. O Movimento Negro Unificado (MNU) formava uma mobilização debatendo *o mito de democracia racial*, denunciando práticas racistas na estrutura social, evidenciando a necessidade de políticas públicas que reconfigurassem mudanças curriculares, priorizando a inclusão de conteúdos que apresentassem a cultura e identidade negra de uma maneira positiva.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) construiu parcerias que tinham como mesma ideologia de combate ao racismo, dando destaque ao protagonismo negro nos campos da História e cultura. A proposta era a formação de artistas negros que promovessem a valorização da africanidade brasileira. O TEN promovia a organização de variados eventos como congressos, simpósios e oficinas, sempre com o enfoque nas temáticas que permeavam a identidade dos sujeitos negros.

Já na abertura democrática, no final dos anos 80, podemos contar com ativistas do Movimento Negro que já possuíam Graduação e Pós-graduação, o que disseminará a pauta antirracista no meio acadêmico, alterando assim parte do perfil e da pauta do próprio Movimento Negro. Se antes a defesa girava em torno do acesso universal à educação, com o tempo foi percebido que tal universalização não garantiam as alterações de condições e acesso da população negra, sendo assim começa o período de reivindicação de ações afirmativas, dentre as mais importantes delas esta as cotas de acesso ao ensino superior.

Sendo assim nos anos 90 os debates serão intensos, a redemocratização e os direitos constitucionais são minados pela reestruturação econômica internacional e os recém-conquistados direitos sociais caminharão a passos lentos em sua regulamentação e implementação, considerando os ideais neoliberais em curso.

Gomes (2019) destaca que mesmo com muitas dificuldades a partir dos anos 90 a luta antirracista ganha espaço na política brasileira, ultrapassando o território da militância e se tornando pauta do Estado.

Em 1995 o Movimento Negro organiza a *Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida*, entregando ao então presidente Fernando Henrique Cardoso o *programa para superação do racismo e da desigualdade étnico racial*, que incluía as ações pertinentes ao acesso ao ensino superior e a melhores condições de trabalho.

Em 2001 o Movimento Negro brasileiro participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, das Nações Unidas (ONU). A agenda foi em Durban, na África do Sul. Resultando no Brasil como signatário Internacional no combate ao racismo, devendo, portanto, promover medidas e ações para superação do racismo em âmbito nacional.

Importante ressaltar as mudanças institucionais resultantes da militância, em 2003, por exemplo, foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). Além da adoção das cotas raciais em diversas universidades públicas em todo Brasil. Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Como conquistas no campo legislativo, temos em 2003 a aprovação da Lei nº 10.639/03, que acrescenta os artigos 26-A e 79-B na Lei de Diretrizes da Educação, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no Ensino Médio e Fundamental de todo país.

Julgamos pertinente, para fechar este subtítulo elencar as principais conquistas do Movimento Negro¹² nos últimos anos em relação à pauta educacional, não sem ressaltar que tais conquistas ainda não abarcam a necessidade total e nem substituem as medidas de reparação do estado brasileiro. Mas no campo das lutas até então travadas, precisam ser reconhecidas e tidas como ponto de partida para outras igualmente necessárias.

- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico- raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 2009;
- Inserção da questão étnico racial, entre outras expressões da diversidade no documento final da Conferência Nacional da Educação Básica (CONEB) em 2008 e da Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010 e 2014;
- Inserção da questão étnico, racial e quilombola, nas estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE).
- Lei federal 12.288, de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;
- Aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 26 de abril de 2012.
- Lei 12.711, de 29 de agosto 2012, que dispõe sobre as cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio;
- Aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola - Parecer CNE/CEB 16/12 e Resolução CNE/CEB 08/12 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);
- Lei 12.990 de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública. federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela união;
- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto no 6.040, de 2007;
- Programa Brasil Quilombola, Decreto nº 6.261/2007

¹² Elencadas por GOMES (2019) e complementadas pelo acesso a página do Ministério Nacional de direitos Humanos em 17 de fevereiro de 2024. Outras legislações de proteção a população negra no Brasil podem ser lidos no link: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/publicacoes/legislacao/legislacao-1>

Entendemos que muito se alterou nos rumos do país pós-redemocratização e que os desafios do sistema econômico mundial no qual o país tem uma participação estratégica são muitos mais sentidos pela população negra. O que torna alguns elementos desafiadores na atualidade para o Movimento Negro.

Domingues (2018, p.118) afirma que a tendência atual do Movimento Negro, com as devidas diferenças regionais e estratégias de luta, é apontar para o Estado como promotor dos direitos econômicos e políticos, tendo assim uma dimensão mais político-institucional que culturalista. Para exemplificar esta tendência, o autor cita as políticas de ações afirmativas que ao serem implementadas derrubam o mito da democracia racial, expondo e reconhecendo as desigualdades entre as raças no Brasil. O autor emite um parecer sobre o futuro do Movimento Negro, que seu futuro depende da aliança com outros setores subalternos, outros movimentos sociais que incorporam as pautas das mulheres, LGBTQIAP+, estudantes.

4. SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é caracterizada por desafios e transformações, influenciados pelas dinâmicas econômicas, políticas e sociais do país. Sua origem ocorreu no início do século XX, destacando-se nas iniciativas de alfabetização voltadas para grupos marginalizados e, posteriormente, nas políticas de democratização da educação.

A EJA surgiu para dar conta dos grupos excluídos especialmente os grupos dos negros, indígenas e pessoas do campo, pois “o período colonial negligenciava a alfabetização das massas, restringindo a educação formal às elites” (PAIVA, 2005, p. 32), perpetuando um sistema de exclusão que limitava o acesso ao conhecimento a segmentos privilegiados da sociedade.

Nos anos 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) evidenciou o vínculo entre educação de adultos e desenvolvimento econômico. Segundo Haddad (2010), o SENAI buscava “qualificar trabalhadores para o setor industrial, promovendo uma abordagem funcionalista da educação” (HADDAD, 2010, p. 45).

A década de 1960 marcou a EJA com o movimento de educação popular liderado por Paulo Freire, que defendia uma educação conscientizadora e que deveria romper com as propostas de educação bancária em que os estudantes eram considerados como um recipiente

em que eram depositados o conhecimento. Freire acreditava que esses alunos deveriam desenvolver uma consciência crítica e libertadora (FREIRE, 1987, p. 19).

O regime militar (1964-1985) trouxe retrocessos à EJA trazendo o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), pois distanciava os estudantes de perspectivas críticas defendidas por Freire.

Na redemocratização, a Constituição Federal de 1988 consagrou a educação como um direito social, consolidando o direito à EJA na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Desde então existem programas como o PRONERA e o PROJOVEM buscam ampliar o acesso à educação para jovens e adultos.

Apesar de todos esses avanços, a EJA enfrenta grandes desafios como a evasão escolar que será explicada ao longo deste estudo e a falta de investimentos gerando carência de recursos e professores com formação inadequada para atuar com esses sujeitos.

O PROEJA foi criado primeiramente no ano de dois mil e cinco pelo Decreto nº 5.840 de 2006 denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos tendo como base a Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica. Ele Compõe a meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n.13.005/2014¹³, que estabelece a oferta de no mínimo 25% das vagas destinadas a matrículas de jovens e adultos, para estudantes do ensino fundamental e médio.

Já o EJA uma modalidade de ensino ofertado às pessoas que não ingressaram ou deram continuidade aos estudos na idade regular e que buscam uma certificação de ensino médio, sem formação profissional incluída. Normalmente ela é ofertada no período noturno, pois entende-se que esses sujeitos exercem funções laborativas e precisam adequar seus estudos a sua vida profissional ou as atividades domésticas.

Os estudantes da EJA como figuras de desordem na ordem escolar promovem outras experiências educativas na contramão da evasão escolar, os quais são um lugar comum, ordem na EJA. Altos índices de abandono constituem fato recorrente nesta modalidade de ensino com inúmeras pesquisas no campo da educação. Isso nos instiga a investigar, com a mesma relevância dadas aos fatores que contribuíram para evasão e abandono, os motivos que possibilitem os sujeitos conseguirem concluir o seu percurso formativo com sucesso. A fim de aprofundar as razões do sucesso, seus significados e seus alcances na vida de cada egresso, faz-se necessário buscar nas concepções de bases psicossociais e educacionais pressupostos para compor um campo teórico metodológico. (PAIVA, 2019, p. 6)

Paiva (2019) reflete sobre o processo educativo na perspectiva de Paulo Freire,

¹³ <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

Para a perspectiva freiriana, o projeto educativo é também um projeto libertador e as ações educativas se dão também como denúncia de situações de dominação, reafirmando a capacidade criadora de todo ser humano”. (PAIVA, 2019 p.10.)

A criação do PROEJA no Brasil tem como objetivo garantir a formação de jovens e adultos a uma educação profissional e tecnológica e consequentemente inseri-los no mundo do trabalho, ou melhorar sua inserção, considerando aspectos como a baixa remuneração, a informalidade em espaços com baixa especialização. Vale ressaltar que a oferta da formação técnica não só atende a necessidade de escolarização dos sujeitos, mas também oferta mão de obra qualificada para atender as demandas do sistema capitalista. A autora Marise Ramos reflete sobre e desafios do Proeja no seguinte fragmento,

Nesse sentido, o Proeja hoje apresenta finalidades, fundamentos e diretrizes que expressam o sentido que deveria ser dado à política pública nacional de formação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros. Ela se constitui, essencialmente em uma política educacional, que visa assegurar direitos, mas, também considerar os desafios e as contradições da dinâmica produtiva, como requisitos necessários a uma política educacional que vise a formação de sujeitos capazes de produzirem sua existência por meio de seu trabalho. (RAMOS, 2014, p.79)

Refletindo sobre a educação como uma produção cultural sendo o sujeito um “agente de transformação” as formações desses alunos precisam acontecer de maneira *Omnilateral*¹⁴, ou seja, ela precisa ser construída de forma humana sendo ampla e avançada e não unilateral provocada pela realização do trabalho alienado.

Acreditamos que os estudantes do PROEJA precisam ter acesso a diferentes tipos de informações no que diz respeito a nossa origem africana, como parte importante de sua formação identitária.

Promover a reflexão e o debate para jovens e adultos poderá permitir que esses sujeitos consigam também refletir sobre as suas próprias trajetórias históricas e culturais, pois é necessário que os estudantes se percebam como sujeitos de sua História. Nesse aspecto fazer com que eles tenham acesso a conteúdo que cotidianamente lhes são negados poderá possibilitar a identificação de suas potências quando se perceberem através do outro.

O autor Carlos Moore em sua obra “A África que incomoda sobre a problematização do legado africano no cotidiano” propõe uma reflexão sobre o ensino de História da África,

A obrigatoriedade do ensino da História da África no Brasil confronta o universo docente brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto da sua população, num curto espaço de tempo, uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o mundo africano. Aprofundar e divulgar o conhecimento sobre os povos, culturas e

¹⁴ Contempla os aspectos sociais, emocionais apreendendo de forma ampla o conteúdo. (CIAVATTA, 2014)

civilizações do continente Africano, antes, durante e depois da tragédia dos tráficos negreiros. (MOORE, 2008, p.157)

O PROEJA é uma modalidade de ensino destinada a alunos que não tiveram acesso à educação formal em idade própria por algum motivo e necessitam de incentivo a dar continuidade a sua formação, sabemos que esta modalidade é marcada pela evasão escolar de acordo com os indicativos do IBGE.

No entanto, é nesse período no âmbito escolar que deverão ocorrer incentivos para a desconstrução de uma educação colonizada denunciando qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação. Devemos proporcionar a esses estudantes o conhecimento e a consciência da valorização e respeito pelos diferentes grupos étnicos.

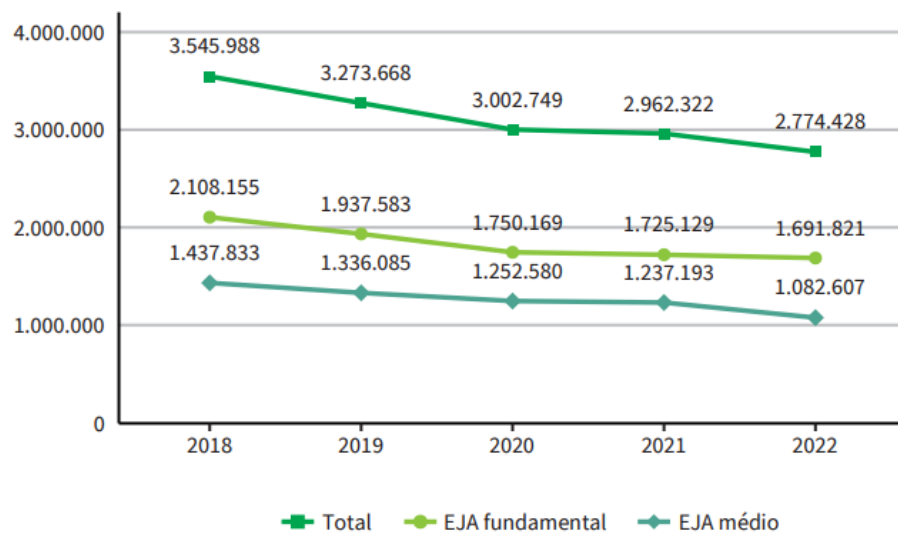
Sendo assim, o PROEJA é uma ótima oportunidade para o processo de conscientização das identidades plurais, pois os sujeitos podem compartilhar e construir novas experiências de socialização e trocas no espaço escolar. Portanto, é importantíssimo o estudo da Literatura afro centrada para esse grupo, no sentido de resgatar suas origens, sua cultura e pluralidade.

3.1 Caracterização do Público do EJA

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica 2022¹⁵ (Resumo Técnico), são as seguintes caracterizações do EJA no Brasil.

O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 21,8% entre 2018 e 2022 chegando a 2,8 milhões em 2022. A queda no último ano foi de 6,3%, ocorrendo de forma desigual nas etapas de nível fundamental e de nível médio, que apresentaram redução de 1,9% e 12,5% respectivamente. (BRASIL, Censo escolar, 2022, p.31)

Gráfico 1 - Número de matrículas na educação de jovens e adultos – Brasil – 2018-2022

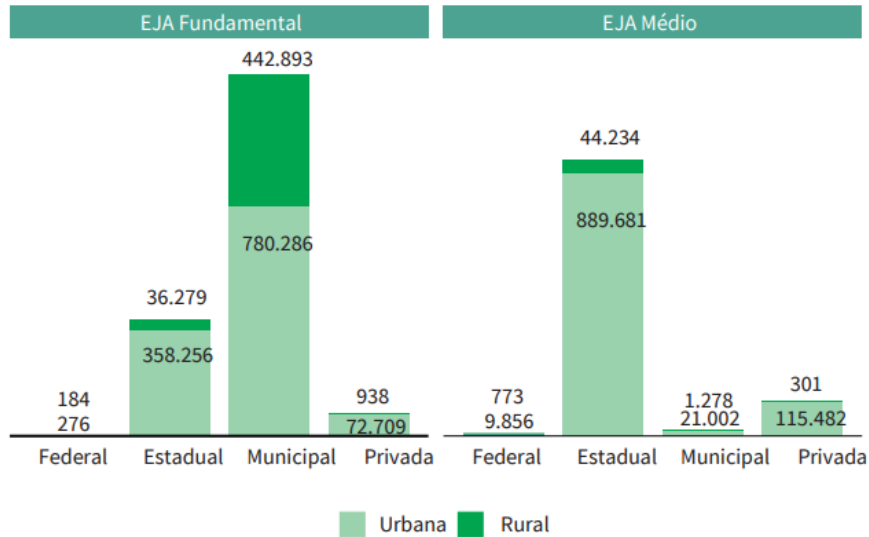


Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, 2022.

Na EJA de nível fundamental, 72,3% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela rede estadual e pela rede privada, com 23,3% e 4,4% respectivamente. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 86,3% das matrículas, seguida da rede privada e da municipal, com 10,7% e 2,1% respectivamente. A EJA de nível fundamental concentra, proporcionalmente, o maior número de matrículas na zona rural (29,3%) (BRASIL, Censo escolar, 2022, p.31)

¹⁵https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf

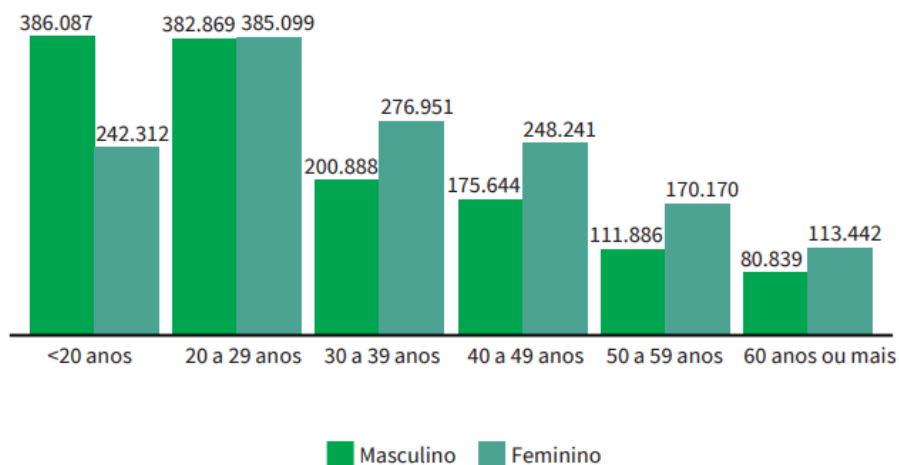
Gráfico 2 - Número de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo a dependência administrativa e a localização da escola – Brasil – 2022



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, 2022

A EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 50,3% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, 55,0%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes acima de 30 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino, 58,9% (BRASIL, Censo escolar, 2022, p.32)

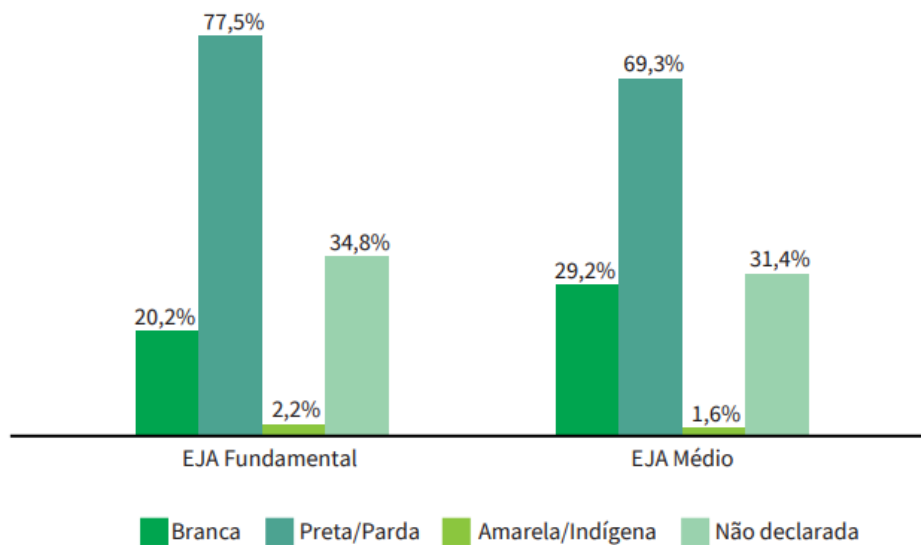
Gráfico 3 - Número de matrículas na educação de jovens e adultos, segundo a faixa etária e o sexo – Brasil – 2022



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, 2022

Quanto à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos representam 77,5% da EJA de nível fundamental e 69,3% da EJA de nível médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 20,2% da EJA de nível fundamental e 29,2% da EJA de nível médio. (BRASIL, Censo escolar, 2022, p.33)

Gráfico 4 - Percentual de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo a cor/raça – Brasil – 2022



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, 2022

O último Censo Escolar da Educação Básica nos apresentou evidências significativas no acesso e permanência dos estudantes negros em diversas modalidades do ensino da EJA. O primeiro gráfico nos apresenta a queda significativa nas matrículas dos estudantes desta modalidade de ensino. O número de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio se concentra de maneira expressiva nas redes municipais e estaduais de ensino principalmente nas áreas urbanas.

O terceiro gráfico deixa perceptível a diminuição de matrículas a medida que a idade do público de EJA avança a queda se apresenta de maneira considerável quando este público em geral alcança os vinte nove anos de idade, no entanto mesmo com essa redução podemos perceber que o público feminino apresenta um fenômeno inverso, pois há um crescimento de inscrições superior aos dos homens a medida que a mulher amadurece, ou seja, ela tem a maior preocupação em buscar sua escolarização com o aumento de sua faixa etária.

Ao analisar os dados que apresentam o Percentual de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo a cor/raça este gráfico nos fornece diversas informações nos propondo muitas reflexões referentes ao público da EJA. A primeira dela é a caracterização da população negra ter forte representatividade tanto no ensino fundamental e médio que nas duas modalidades este público é representado por pouco mais que o dobro da população branca,

Os fenômenos sobre a diminuição do público masculino, aumento do público feminino e a caracterização majoritária do público da EJA ser constituído por pessoas negras pode ser explicados por conta dos desafios históricos já retratados nesta dissertação, mas para fundamentar ainda mais esta análise buscamos alguns dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que por meio de seus indicadores sociais apontam as taxas de encarceramento e homicídios da população negra que acabam gerando o processo de exclusão educacional. Conforme o Atlas da Violência de dois mil e vinte um 77% das vítimas de homicídios no Brasil são pessoas negras o que evidencia a violência direcionada a esta população. Além deste dado alarmante o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) aponta que 2,6 % mais chances de serem assassinados se comparados aos homens brancos.

Munanga (2019) explica que a exclusão da população negra do sistema educacional é uma reflexão do racismo estrutural que dificulta o acesso e o pleno desenvolvimento deste público.

No caso das mulheres o aumento da taxa de matrículas está relacionado à fenômenos que refletem as condições de gênero, trajetórias educacionais e inserção no mundo do trabalho, no entanto muitas mulheres acreditam que na EJA elas têm a oportunidade de dar continuidade aos estudos buscando mudanças na sua condição de trabalho ou apenas por realização pessoal de conclusão da educação básica.

Promover políticas públicas direcionadas à educação de jovens e adultos deverá levar em consideração às realidades e trajetórias desses estudantes garantindo que homens e mulheres negras acessem uma educação de qualidade e que ela tenha propostas inclusivas e antirracistas.

Sabemos que as desigualdade de oportunidades da população negra está diretamente relacionada com o histórico de exclusão e marginalização deste grupo e por conta disso estudante negros estão propensos a enfrentarem diversos tipos de desafios em nossa sociedade como: racismo, homicídios, dificuldade de acessar o mundo do trabalho e a necessidade de atender as demandas socioeconômicas no intuito de contribuir com a renda familiar e falta de apoio institucional dos espaços educacionais e esses fatores influenciam diretamente no atraso

escolar.

Através desses dados apresentados podemos refletir sobre a necessidade de promover o ensino da História e Cultura Afro-brasileira no PROEJA no intuito de elucidar para toda a comunidade escolar em especial o público atendido que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes não pode estar apoiada em concepções meritocrática de sucesso e fracasso, mas sim em todo um contexto histórico e cultural que se mantém até os dias atuais excluindo a população negra e que este processo precisa ser combatido e desestruturado com a aplicação da lei 10,639/2003.

5. METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada se classifica como explicativa, considerando que de acordo com Gil (2002, p.41) esta “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Foi realizada pesquisa bibliográfica em material disponível sobre o tema principal da pesquisa e os que tangentes, utilizando como fontes livros, artigos, dissertações e teses. O levantamento bibliográfico nesta pesquisa teve a função de levantar as produções teóricas e resultados já alcançados no campo do acesso a Literatura e produção histórica e cultural Afro-brasileira e seus usos na educação de jovens e adultos relacionado a implementação da lei 10.639/2003. Sendo assim, as produções pesquisadas foram dos últimos vinte anos.

Considerando que a proposta de investigação parte da aprovação de uma legislação e a aplicação desta pesquisa teve como componente empírico a aplicação de um questionário semiestruturado via *Google forms* com os professores, possuindo a intenção de intervir no campo, pois o produto educacional desta investigação tem como objetivo dar subsídio para que os professores possam ter um caminho para fazer o melhor uso da legislação. Teve como público-alvo docentes do PROEJA, sabendo que estes têm uma relação direta com discentes que precisam ter acesso ao que propõe a lei. Ao abordar os docentes a pesquisa pretendeu investigar as diversas razões que produzem as dificuldades de implementação da lei nas unidades escolares. Esperou-se assim chegar a alguns apontamentos que possam contribuir para alteração da realidade observada em campo antes da realização da pesquisa.

Este estudo ofereceu baixo risco aos participantes, pois foi solicitado aos sujeitos desta pesquisa a assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexado ao questionário a fim de garantir a liberdade de participação nas entrevistas, a privacidade e o sigilo das informações recebidas. Os sujeitos da análise podiam interromper a participação neste estudo caso ele oferecesse a eles desconforto ou constrangimento em responder o questionário conforme a Resolução 466/12 de 12/06/2012 e Resolução 510/16-CNS que tratam sobre as disposições e normas éticas de proteção aos participantes da pesquisa. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II e iniciado após sua aprovação.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado questionário semiestruturado contendo 28 perguntas abertas e fechadas aplicada de forma remota através do *Google forms*, disponibilizado para todos os docentes de Língua Portuguesa e Literatura, História e Artes nas cinco unidades que ofertam PROEJA no Colégio Pedro II, pois compreende-se que essas três

disciplinas funcionam como sustentáculos no que propõe a Lei: 10639/2003.

Antes da aplicação do questionário foi realizado um levantamento da quantidade de professores que compõe este universo para estabelecer o mínimo de respostas da amostragem.

Para a Participação deste estudo foram criados critérios de inclusão e de exclusão, sendo no primeiro, maior de 18 anos, residir no país da pesquisa, fazer parte do quadro docente nas áreas de Língua Portuguesa e Literaturas, Artes ou História da Educação Profissional Tecnológica na Educação Básica no Colégio Pedro II. Como critérios de exclusão, estar afastado da função docente da instituição citada no projeto de pesquisa e manifestação do candidato em desinteresse em participar do estudo.

Após obter o parecer aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Colégio Pedro II foram enviadas as solicitações seguindo todas as normas prescritas nas Resoluções 466/12 de 12/06/2012 e a Resolução 510/16 - CNS com parecer aprovado anexado no e-mail para as cinco unidades do Colégio Pedro II que ofertam PROEJA solicitando a autorização para a pesquisa de campo e após a autorização foi enviado o questionário para os campos solicitando que os sujeitos respondessem a pesquisa.

O início da coleta de dados ocorreu no dia 03 de abril de 2024 o início da greve dos Técnicos de Assuntos Educacionais (TAES) o que inviabilizou dar continuidade na pesquisa de campo, pois não havia como entrar em contato com a instituição e com os participantes deste estudo, pois a greve teve a adesão de grande parte dos funcionários do colégio em apoio aos Técnicos em assuntos educacionais. Durante o período da greve foi elaborado parte do texto da dissertação e organização dos materiais para o *e-book*, incluindo o designer no intuito de construí-lo de maneira atrativa para os leitores. Durante este período recebi apenas uma resposta do questionário respondido por um sujeito do campus Realengo II.

A greve dos técnicos teve a duração de três meses tendo fim durante a primeira semana de julho de 2024, após uma reunião dos conselhos institucionais do Colégio Pedro II decidiram manter o calendário do Colégio Pedro II do recesso escolar no período de 15 a 26 de julho o que novamente impediu minha pesquisa de campo e neste período de pausa permaneci dedicada na produção do meu produto e na escrita da minha dissertação. Com o fim do recesso escolar, realizamos a busca dos sujeitos em campo e obtendo como resultado mais cinco respostas do questionário de maneira remota tendo um total de resposta de sete participantes.

A primeira unidade que foi visitada foi o campus Realengo II no dia seis de julho de 2024, recebida pela diretora do PROEJA foi possível apresentar o projeto de pesquisa. Após uma semana sem receber nenhuma resposta, retornamos pela segunda vez à unidade no intuito

de realizar a abordagem pessoalmente aos professores para falar sobre a minha pesquisa e seus objetivos. Durante a segunda visita ao campus fui com o intuito de apresentar o meu estudo aos professores que estivessem na instituição naquele momento preferi ir uma quarta feira, pois conseguiria abordar quatro regentes que estariam na unidade, mas não tive sucesso a diretora da unidade me confirmou que novamente solicitaria que os professores respondessem a pesquisa.

Durante o processo de orientação desta pesquisa, chegamos à conclusão de que esta coleta de dados estava enfrentando muitas adversidades e o prazo para defesa estava ficando cada vez mais apertado, então foi necessário a decisão de considerar as respostas possíveis até a data de primeiro de setembro de 2024, desta forma tivemos as contribuições para este trabalho docentes dos campus: Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II Realengo II e Tijuca II . Decidi não ir às unidades por conta do prazo apertado da pesquisa e continuei encaminhando e-mails insistentemente para as direções e setores de supervisões pedagógicas das unidades participantes deste estudo no intuito de receber as devolutivas de maneira mais rápida, pois compreendia que esta foi a proposta inicial para a coleta de dados deste estudo e após alguns dias comecei a obter as respostas dos sujeitos participantes.

O programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica PROFEPT criado em 2016, através da Resolução n 161/2016, do Conselho Superior do Instituto Federal em Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e está seguindo as normativas da CAPES propõe que os pesquisadores precisam vinculado a Grande Área Multidisciplinar da CAPES e a Área de Conhecimento e Ensino conforme seu regulamento tem como objetivo:

[...] proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado (Instituto Federal do Espírito Santo, 2018, art. 2º).

Os pesquisadores egressos no PROEPT poderão desenvolver atividades de pesquisa no campo do ensino voltadas para área de educação profissional e Tecnológica em espaços formais e não formais e ainda contribuir com soluções tecnológica e projetos educacionais que promovam a qualidade do ensino. (Ministério da Educação, 2017a).

De acordo com seu regulamento o pesquisador terá que desenvolver além de sua dissertação de mestrado um produto educacional que possa ser aplicado de maneira imediata dentro do campo de atuação do pesquisador com o objetivo de contribuir para o processo educacional.

A partir dos dados disponibilizados pelo Colégio Pedro II, conforme a Lei: 12.527 de Acesso à Informação, sobre o quantitativo e a distribuição dos professores de Língua-Portuguesa, História e Artes que atuam no PROEJA.

Tabela 3 – Professores do PROEJA, e percentual de respondentes por campus

Campus	Nº de professores do PROEJA	Nº de respondentes	Percentual de respondente por campus
Centro	6	2	33%
Duque de Caxias	5	0	0
Engenho Novo II	4	1	25%
Realengo II	7	5	71%
Tijuca II	4	2	50%
Total Geral	26	10	38%

Fonte: Elaboração própria. A partir de informações fornecidas pelo CPII, via Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 Acesso à Informação e resposta da questão 01, 2024.

As respostas apresentadas pelos docentes foram analisadas a luz da interpretação do método crítico-dialético, partindo do pressuposto de que são parte da classe trabalhadora, submetida as mesmas opressões dos discentes.

Os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p. 25)

A escolha por este referencial analítico se justifica em razão do reconhecimento de ser este fenômeno multicausal, não sendo possível ser explicado somente pela indisposição dos docentes. Podendo ser compreendida a partir de elementos objetivos (materiais) e subjetivos (internalização dos valores pelos docentes) que estão vinculados a nossa formação histórica.

Foi explorado o conceito de racismo estrutural como construção social que mantém a naturalização da subalternidade da população preta, apagamento de sua História e não reconhecimento dos seus saberes. Utilizamos como caminho de interpretação do fenômeno, os conceitos Freirianos como Cartas à Guiné-Bissau, Pedagogia da Autonomia e pedagogia como Prática da Liberdade. Para alinhar as várias possibilidades de leituras possíveis da subordinação foi utilizado na interpretação dos dados o conceito de interseccionalidade explorando as questões que atravessam e moldam as expressões do racismo no Brasil e que são reproduzidos nas unidades escolares, independente da conscientização dos agentes que oprimem e dos oprimidos.

Ao escutá-los, ao estudar também muitas lembranças de leitura, ao observar oficinas em que essa prática ocupa atualmente um papel essencial, desenvolvidas em

contextos críticos e em diferentes partes do mundo, surge a hipótese de que nestes tempos em que cabe a cada pessoa, muito mais do que no passado, construir o sentido de sua vida e sua identidade, ler talvez sirva antes de tudo para elaborar um sentido, dar forma a sua experiência, ou a seu lado escuro, sua verdade interior, secreta; para criar uma margem de manobra, consertar algo que se quebrou na relação com essa História ou na relação com o outro; para abrir um caminho até os territórios do devaneio, sem os quais não existe pensamento nem criatividade (PETIT, 2019, p.43).

A partir desses conceitos e sua relação com o tema da pesquisa que pretendemos contribuir com a compreensão o uso da Literatura como uma importante ferramenta para produção de novas possibilidades. Ao ouvir pessoas de várias partes do mundo sobre suas leituras, Petit (2019) apreendeu que esses movimentos de leituras e seus usos mais que úteis, se tornam essenciais.

6. ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo teve como objetivo principal investigar como a Literatura Afro-brasileira é apresentada para os estudantes do PROEJA no Colégio Pedro II, conforme propõe as diretrizes da Lei 10. 639/2003 que estabelece o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares propondo uma educação antirracista e a valorização das contribuições da população negra no processo de formação social, cultural e histórico do Brasil.

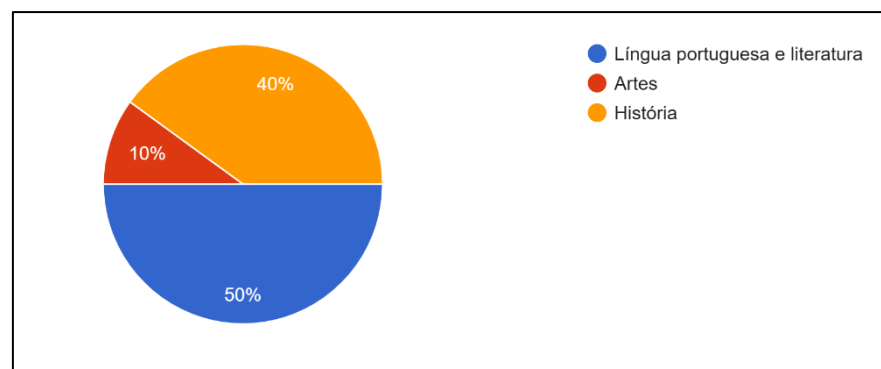
Perfil dos docentes do PROEJA do CPII

Conforme exposto na metodologia, esta pesquisa contou com a aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas enviado através do *Google forms* e consequentes tentativas de abordagens de maneira presencial para docentes das áreas de Língua-Portuguesa, Artes e História. Obtivemos 10 respostas, correspondendo ao percentual de 38% de professores atuantes no PROEJA. Esses dados foram coletados, analisados e serão apresentados a seguir.

A primeira questão a ser respondida foi relacionada a unidade de atuação do docente, pois consideramos relevante comparar o quantitativo de docentes de cada campus com o “total de respondentes” com o objetivo de calcular o percentual que o número de respostas representa.

Na tabela 3 consta a distribuição dos professores e suas respectivas disciplinas separadas por campus; o número de professores que responderam ao questionário; e o quanto este número representa em termos percentuais.

Gráfico 5 – Disciplina dos respondentes

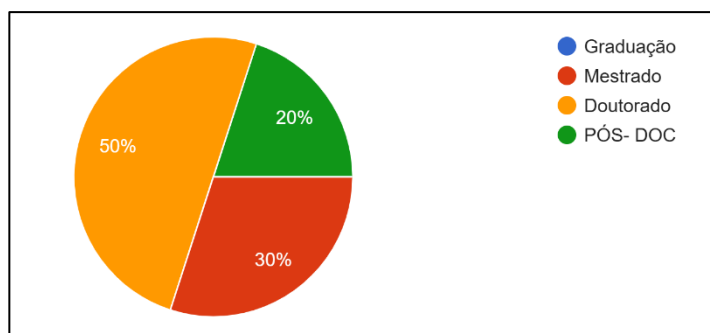


Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

No intuito de identificar o percentual de sujeitos de acordo com a área curricular de atuação, foi elaborado a questão 2, que resultou no gráfico 5. Do total de respondentes, 50% lecionam disciplina de Língua-Portuguesa e Literatura brasileira, 10% lecionam disciplina de Artes e 40% lecionam a disciplina de História. Isso pode ser explicado em composição curricular de cada disciplina do PROEJA ministrada na instituição em que Língua portuguesa de 4 a 6 tempos, Artes 2 tempos e História 2 tempos tendo em vista que língua portuguesa tem maior quantidade de professores devido a maior quantidade de carga horária, evidenciado no maior percentual de professores.

Sobre o perfil dos respondentes, temos os seguintes resultados, tempo de atuação 50% tem de 16 a 20 anos, 20% de 11 a 15 anos e 30% de 1 a 5 anos. A relação de gênero entre os professores temos o equilíbrio de 50% de feminino e masculino. A faixa etária dos respondentes 20% estão acima de 60 anos, 50% entre 41 e 60 anos, e 30% de 31 a 40 anos.

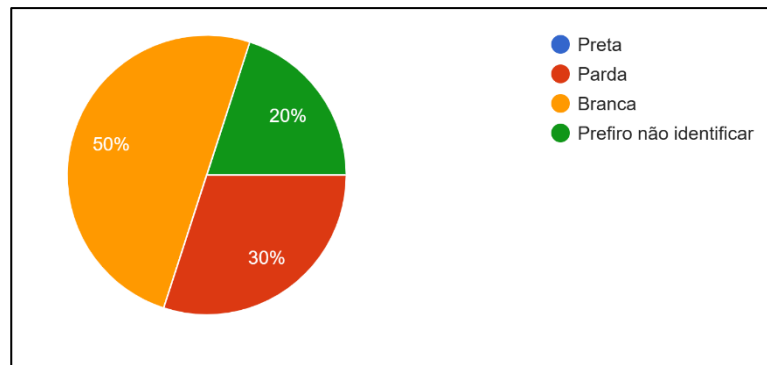
Gráfico 6 – Formação dos respondentes



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

É possível observar a qualificação na formação acadêmica dos respondentes 50% dos investigados possuem doutorado, 30% mestrado e 20 % Pós-doutorado, no entanto, não se desdobra em participações em educação continuada em relação à legislação proposta nesta pesquisa.

Após a análise de dados foi identificada que a fragilidade na formação continuada dos sujeitos atuantes no PROEJA do Colégio Pedro II direcionada para o que propõe a Lei 10.639/2003, pois ao analisar os dados dos regentes na entrevista identificamos que os respondentes não costumam participar de formações continuadas que promovam educação antirracista.

Gráfico 7 – Cor dos respondentes

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Nesta análise 50% dos entrevistados se declararam brancos, 30% pardos, 20% preferiram não se identificar e pelo que podemos perceber dentre os sujeitos participantes a não existência de professores pretos.

Nesta pergunta o que nos chamou a atenção foram dois sujeitos que preferiram não declarar a sua cor levantando questões sobre a construção da identidade racial no Brasil, pois somos um país construído pelas mãos de sujeitos escravizados e marcado pelo racismo estrutural. Somos um país que criou uma lei com propostas obrigatórias para reconstruir a identidade histórica e cultural do Brasil no intuito de combater o racismo e promover a diversidade principalmente dentro da escola.

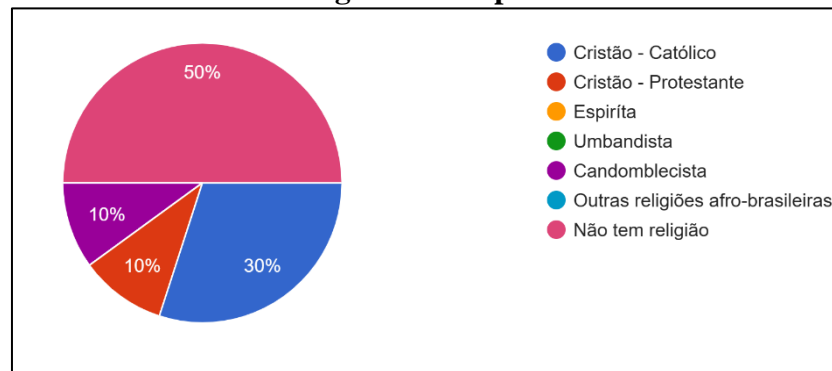
Podemos considerar que essa falta de declaração também pode representar uma escolha baseada em fatores políticos ou psicológicos que poderiam se associar ao medo de exposição a estigmas ou tentar evitar associações com grupos historicamente marginalizados.

Bento (2002, p.37) reflete sobre a escolha de não assumir a cor pode ser compreendida como a branquitude sendo construída como uma “não-cor” e desta maneira quando sujeitos escolhem não declarar a sua cor, podem estar de maneira consciente ou não, reproduzindo a ideia de que a *branquitude* é um padrão e que por conta disto não necessita de uma afirmação o que pode também refletir uma estratégia de manutenção de privilégio neutralizando os debates sobre o racismo.

De acordo com a nossa interpretação das ideias da autora, esta não declaração dos educadores pode gerar impactos na aplicação da Lei 10.639/2003, pois se estes professores evitam entrar no debate com relação a sua identidade, podem também minimizar a necessidade do debate sobre questões raciais dentro da escola e consequentemente dificultar, adiar e até negar propostas antirracista.

Concordamos com Bento (2002) que a não declaração da cor de pele não é o único fator para o rompimento como o “pacto narcísico” é necessário também que o educador tenha um compromisso de maneira consciente em desconstruir o racismo em sua prática pedagógica e mais uma vez voltamos a ressaltar a importância da formação continuada durante este processo.

Gráfico 8 – Religião dos respondentes



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

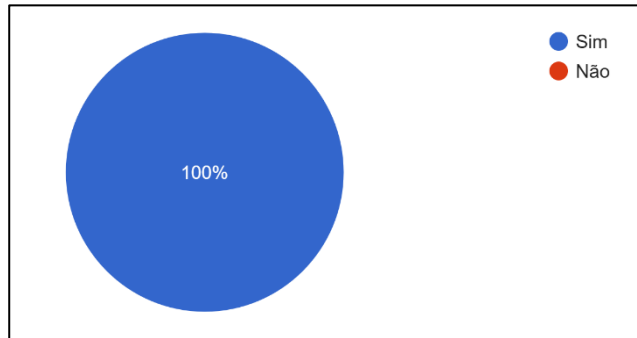
Sabemos que a educação pública brasileira é laica, não devendo professar nenhuma religião no espaço escolar, no entanto os sujeitos que nela atuam possuem conhecimento de mundo, vivência e princípios éticos que dificilmente não serão refletidos em sala de aula. Quanto a religião, podemos observar que 50% dos entrevistados declararam não possuir religião, 30% declararam ser católicos, 10% protestantes e 10% Candomblecistas. Podemos observar que ao comparar com o cenário nacional conforme dados do IBGE não há discrepância nas comparações em que a maioria professou religiões de bases eurocêntricas (católicos e protestantes).

Como uma educadora antirracista é possível identificar cotidianamente na escola as interferências e resistências religiosas presentes nos espaços educativos. Percebo que ainda hoje alguns de meus pares apresentam para as crianças os símbolos da Páscoa, a Ceia de Natal, no entanto quando se trata do que determina lei 10.639/2003 alguns apresentam resistência ou afirmam que não sabem com "encaixar" a temática em suas práticas pedagógicas, mesmo que a legislação não seja restrita a religiosidade.

A proposta da Lei 10.639/2003 busca romper com a hegemonia cultural, no entanto é importante refletir como esses docentes autodeclararam cristãos trabalham esta temática, uma vez que há dissociação de valores pessoais. Não se trata de responsabilização dos indivíduos,

e sim em uma construção histórica de depreciação e demonização da cultura Afro-brasileira em nossa sociedade que necessita ser desconstruída principalmente no contexto escolar.

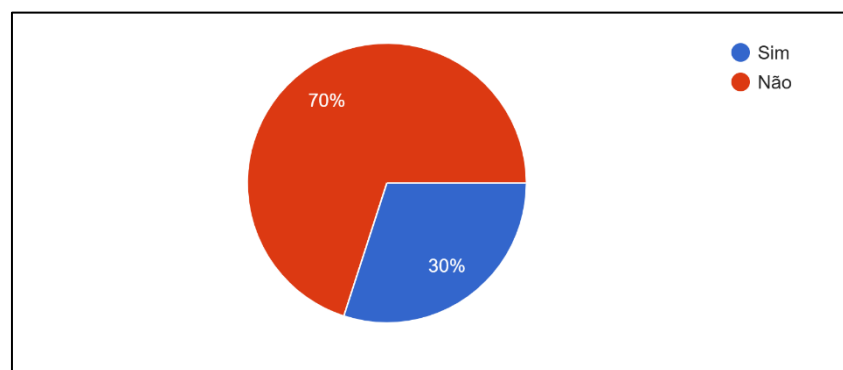
Gráfico 9 – Conhecimento dos respondentes sobre a existência da lei 10.639/2003



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Ao investigar se os sujeitos deste estudo conhecem a Lei tivemos 100% de respostas afirmativas o que nos indica um dado positivo e relevante, pois não é uma determinação desconhecida pelos regentes. O fato de saberem sobre a existência da lei não significa necessariamente a criação de espaço para debates sobre racismo e diversidade na instituição. Supõe-se que estes educadores entendem que não é uma escolha promover propostas pedagógicas que abordem os temas afro-brasileiros em sala de aula, mas sim uma obrigatoriedade prevista nas Leis e Diretrizes e Bases da Educação, o que não descarta os desafios, conforme observamos nas respostas as questões seguintes.

Gráfico 10 - Precisou pesquisar na internet ou consultar outros meios para lembrar do que se trata a lei 10.639/2003



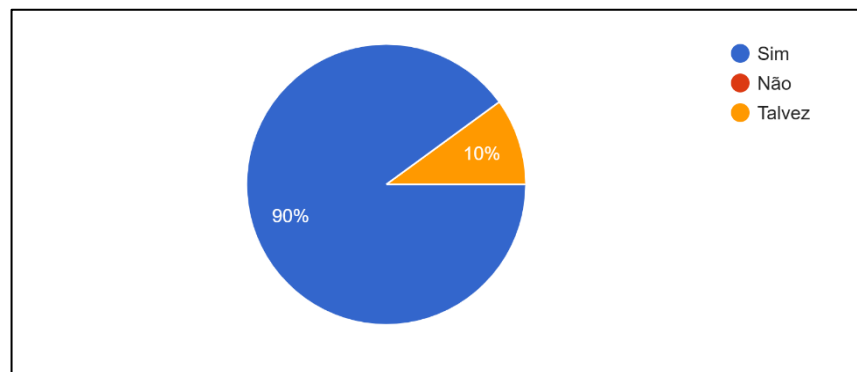
Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Este gráfico contradiz o anterior, pois dos 100% dos respondentes 30% afirmam que foi necessário pesquisar a lei na internet ou em outros meios para lembrar-se do que ela se tratava. Sabemos que quando realizamos uma pesquisa estamos buscando respostas, no entanto compreender o que não conhecemos e isso não é necessariamente um fator negativo, pois se os sujeitos realizaram este estudo é uma forma de demonstrar interesse sobre o que propõe a lei.

No entanto, sabemos que a luta para a implementação desta legislação durou muitos anos e que ela neste ano de dois mil e vinte quatro completou duas décadas de existência e obrigatoriedade, porém ainda hoje existem professores que necessitam pesquisá-la para a compreensão da mesma podendo fragilizar propostas antirracistas na instituição.

Podemos refletir neste caso que possivelmente estes educadores não dominam a pauta antirracista no intuito de desenvolvê-la no contexto escolar que aliada ao pouco investimento institucional em ações de planejamento para a implementação das ações efetivas dentro do contexto escolar.

Gráfico 11- Aplicabilidade da Lei 10.639/2003



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Os dados coletados demonstraram que 90% dos entrevistados acreditam na possibilidade de aplicar o que propõe a Lei no contexto da sala de aula e apenas 10% acreditam que talvez ele pudesse ser aplicado. A grande maioria acredita na aplicabilidade dos conteúdos afro-brasileiros o que nos aponta uma devolutiva positiva, pois esses educadores sabem que é possível tratar destes temas com os alunos.

De acordo com o gráfico o sujeito que respondeu *talvez* possivelmente não tenha trabalhado a temática em sala de aula ou caso tenha proposto para seus alunos provavelmente enfrentou dificuldades o que nos mostra que nas propostas de formação continuada também deverão apresentar sugestões de propostas pedagógicas práticas a serem aplicadas em sala,

apresentar para esses professores recursos pedagógicos, referenciais teóricos e referenciais que tragam informações e referenciais na perspectiva cultural, pois mesmo que o professor seja antirracista se durante as formações forem trazidas diferentes propostas provavelmente contribuirá para os que suas *práxis*.

Quadro 1 – Conhecimento dos respondentes sobre autores negros e quantidades de citações

AUTORES	NÚMERO DE VEZES CITADO	OBRA REFERENCIADA NAS CITAÇÕES
ALÊ SANTOS	1	Todo mundo tem uma primeira vez O último ancestral
ANA MARIA GONÇALVES	1	Um defeito de cor
ÂNGELA DAVIS	1	Mulheres, raça e classe
BELL HOKS	1	Ensinando a transgredir
BUCHI EMECHETA	1	As alegrias da maternidade
CAROLINA MARIA DE JESUS	2	Quarto de despejo
CASTRO ALVES	1	O navio negreiro
CHIMAMANDA N. ADICHIE	2	No seu pescoço Hibisco Roxo
CONCEIÇÃO EVARISTO	6	Insubmissas lágrimas de mulheres Olhos d'água
DJAMILA RIBEIRO	3	Pequeno manual antirracista Lugar de fala
ELIANA ALVES CRUZ	2	Água de Barrela Solitária Crime no Cais do Valongo
ELISA LUCINDA	1	Poemas
FLÁVIO BRAGA	1	Lá de onde venho
FRANZ FANNON	1	
ITAMAR VIEIRA JUNIOR	1	Torto arado
JARID ARRAES	2	Heroínas negras brasileiras Lendas de Dandara
JEFERSON TENÓRIO	1	Avesso da Pele
JOEL RUFINO DOS SANTOS	2	livros infanto-juvenis
LÁZARO RAMOS	1	Na minha pele
LIMA BARRETO	4	Triste fim de Policarpo Quaresma
MACHADO DE ASSIS	5	Dom Casmurro
MARIA FIRMINA DOS REIS	1	

NILMA LINO GOMES	1	Movimento negro educador
SCHOLASTIQUE MUKASONGA	1	Les Cafards, la femme aux pieds nus, Couer tambour, Un si beau diplôme
SILVIO ALMEIDA	1	
SOLANO TRINDADE	1	poemas

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Ao realizar um levantamento sobre os autores mais citados podemos levar em consideração dois pontos relevantes, a utilização/citação de autores canônicos e os autores mais contemporâneos.

Ao analisarmos os autores canônicos mais lidos entre os participantes deste estudo podemos observar que Machado de Assis foi citado por 5 vezes todos apontaram a obra de Dom Casmurro, Lima Barreto foi mencionado 4 vezes e os participantes apontaram a obra Triste fim de Policarpo Quaresma. Por essas respostas, podemos identificar que os autores mais lidos também são os mais famosos em nossa literatura brasileira. Foi observado que a obra de Machado mencionada por todos os respondentes foi Dom Casmurro provavelmente por ser uma das obras mais reconhecida do autor ou em razão de ser um clássico que costuma ser abordado no Exame Nacional Do Ensino Médio, Lima Barreto também foi um escritor negro de grande relevância no Brasil e nesta coleta de dados os respondentes nomearam a obra mais reconhecida do autor.

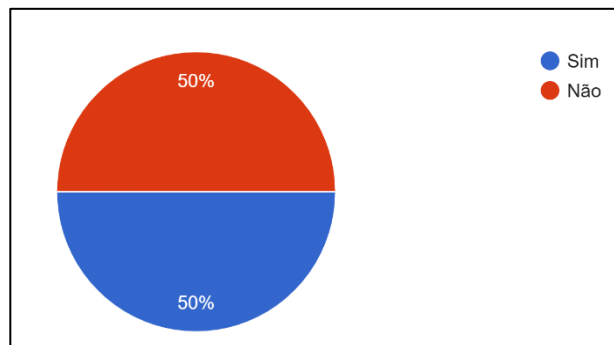
Entre os autores contemporâneos, os mais citados foram Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro podem explicar este fenômeno através de dois aspectos: o primeiro deles pode ser considerado por se tratar de personalidades que estão constantemente presentes nas mídias, especialmente nas redes sociais, são personalidades públicas que estão constantemente levantando o debate antirracista e produzindo literaturas que denunciam ou reflitam sobre esta temática.

Outro aspecto pode estar relacionado ao baixo investimento das editoras em autores negros. no entanto vale lembrar que o mercado editorial ainda hoje como já foi mencionado neste estudo ainda preferem publicar os *best-sellers* que são altamente rentáveis e lucrativo.

Dentre todas as respostas tivemos 8 obras mencionadas que tratam de aprofundamento teórico sobre a temática antirracista foram elas: Movimento negro educador de Nilma Lino, Pequeno manual antirracista e Lugar de fala de Djamila Ribeiro, Mulheres, raça e classe de Ângela Davis, ensinando a transgredir de Bell Hooks e Heroínas negras brasileiras Lendas de Dandara de Jarid Arraes. É fundamental que os professores busquem

aprofundamento teórico para que eles possam compreender e aprimorar sua fundamentação teórica no intuito de encontra-se preparado para participar de debates, levantar questionamentos e principalmente para que ele possa ser um pesquisador do tema no intuito de planejar materiais que viabilizem a prática antirracista em sala de aula.

Gráfico 12 – Participação de alguma Formação Continuada/capacitação/course que abordasse a temática da História e Cultura Afro-brasileira



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

A Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas de ensino fundamental e médio do país, representa um marco na luta pela promoção de uma educação antirracista. No contexto do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) do Colégio Pedro II, a implementação efetiva dessa Lei é ainda mais crucial, dado o caráter emancipatório e inclusivo do programa. No entanto, conforme análise realizada a partir da perspectiva do Materialismo Histórico-dialético foi identificada uma fragilidade significativa nas formações continuadas dos docentes dessa modalidade, especialmente em relação ao cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/2003.

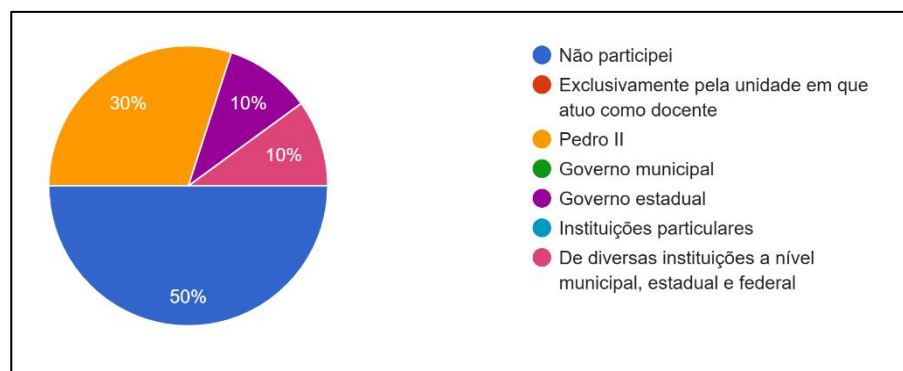
Sabemos que os professores podem buscar capacitação por meio de diversas iniciativas e a formação continuada dos professores é um dos elementos essenciais para garantir a eficácia da implementação da Lei 10.639/2003. De acordo com Silva (2017), “a formação continuada é o meio pelo qual os docentes podem atualizar-se constantemente e alinhar sua prática pedagógica às novas demandas educacionais e sociais” (p. 45). No caso específico do PROEJA, a formação continuada não deve apenas abordar os conteúdos da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, mas também capacitar os professores para

desenvolverem práticas pedagógicas que combatam o racismo estrutural e promovam uma educação antirracista.

A fragilidade nas formações continuadas dos professores do PROEJA do Colégio Pedro II pode ser compreendida como uma expressão das contradições presentes na sociedade capitalista, onde a educação, muitas vezes, assume um caráter reprodutivo das desigualdades sociais e raciais. Conforme argumenta Saviani (2008), “a educação na sociedade capitalista é marcada por uma tensão entre a função de reprodução social e a possibilidade de transformação social” (p. 112). Nesse sentido, a formação continuada dos professores é uma ferramenta necessária que aliada à outras iniciativas cumpra seu papel transformador, especialmente no que se refere à promoção da igualdade racial.

Nos campos da Literatura, História, Arte e Cultura, a formação continuada deve possibilitar aos docentes do PROEJA a ampliação de seu repertório teórico e prático, oferecendo-lhes subsídios para que possam incorporar conteúdo e metodologias que valorizem a contribuição da população negra para a formação da sociedade brasileira. Para Souza (2020), “é fundamental que os professores se apropriem de uma literatura que destaque autores e obras afro-brasileiras, rompendo com o cânone literário tradicional que historicamente marginalizou essas produções” (p. 76). Além disso, no campo da História, é imperativo que a formação continuada aborde criticamente o legado da escravidão e suas implicações na sociedade contemporânea, promovendo uma compreensão mais ampla e complexa da história do Brasil.

Gráfico 13 – Você já participou de formação continuada, capacitação ou curso que abordasse a temática da História e Cultura Afro-brasileira



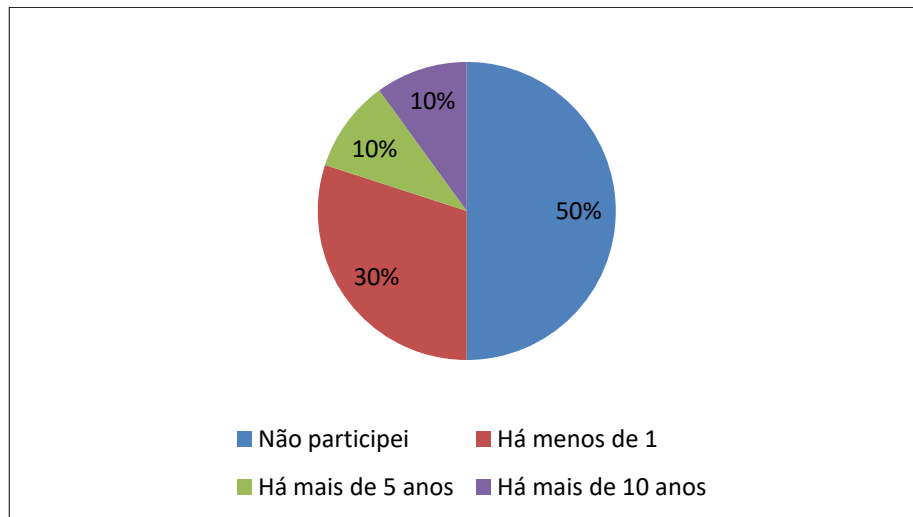
Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

No campo das Artes e da Cultura, a formação continuada deve capacitar os professores para reconhecer e valorizar as manifestações culturais afro-brasileiras, que são

frequentemente destinadas a um segundo plano no currículo escolar. Segundo Gomes (2015), “a valorização da cultura afro-brasileira nas escolas é uma forma de resistir ao apagamento histórico e cultural imposto pela colonização e pelo racismo estrutural” (p. 55). Assim, a formação continuada deve proporcionar aos docentes as ferramentas necessárias para incluir, de forma crítica e significativa, as artes e as expressões culturais afro-brasileiras em suas práticas pedagógicas.

Um outro aspecto crucial que complementa a formação continuada é a disponibilidade de um acervo diverso com obras que podem ter a proposta recreativa e especializada na biblioteca da instituição para que seja disponibilizada aos professores e alunos no intuito de contribuir para a propagação destas Literaturas.

Gráfico 14 – Há quanto tempo participou da formação temática da História e Cultura Afro-brasileira promovida pela instituição anteriormente citada



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

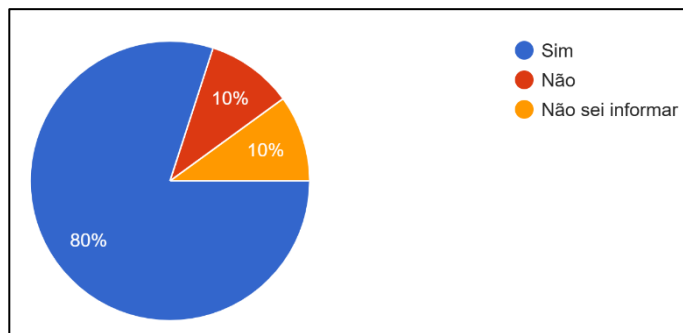
O gráfico nos apresentou de maneira muito objetiva dados alarmantes quanto a participação dos sujeitos em formação continuada, capacitação ou curso que abordasse a temática da História e Cultura Afro-brasileira. Nesta devolutiva podemos identificar que 50% dos respondentes nunca participaram de nenhuma formação este alto índice de ausência de formação sendo um dado alarmante, considerando a relevância desta formação para a promoção de uma educação antirracista prevista em lei. Esta lacuna poderia ser explicada através de vários motivos como: a falta de incentivo para o estudo deste tema, oferta destas

formações ou não interesse desses sujeitos para aprofundamento neste assunto, no entanto esta análise carrega aspectos subjetivos que não podem ser analisados através deste gráfico sendo necessário um estudo mais minucioso para analisá-lo.

Os dados demonstram que 30% dos professores informam ter participado de formação há menos de um ano, embora esta informação possa parecer positiva aponta para uma atuação fragilizada de propostas direcionadas a uma educação antirracista, 10% declararam que participou de capacitação há mais de cinco anos e 10% declarou ter participado há mais de dez anos. Após esta análise podemos considerar a urgência de ações com enfoque na formação continuada dos professores como objetivo de promover uma educação Antirracista dentro da instituição, pois para que o professor possa promover o debate é necessário que ele esteja preparado e disposto a promover uma educação que apoie a diversidade.

Não podemos deixar de levar em consideração fatores subjetivos que geram o desinteresse desses sujeitos na busca por formações que discutam a História e Cultura Afro-brasileira. Sabemos o quanto é prejudicial para o debate antirracista na escola uma vez que ela garante práticas inclusivas alinhadas a diversidade da sociedade brasileira.

Gráfico 15 - No Currículo da Instituição existem propostas que promovam ações que levem em consideração a lei 10.639/2003



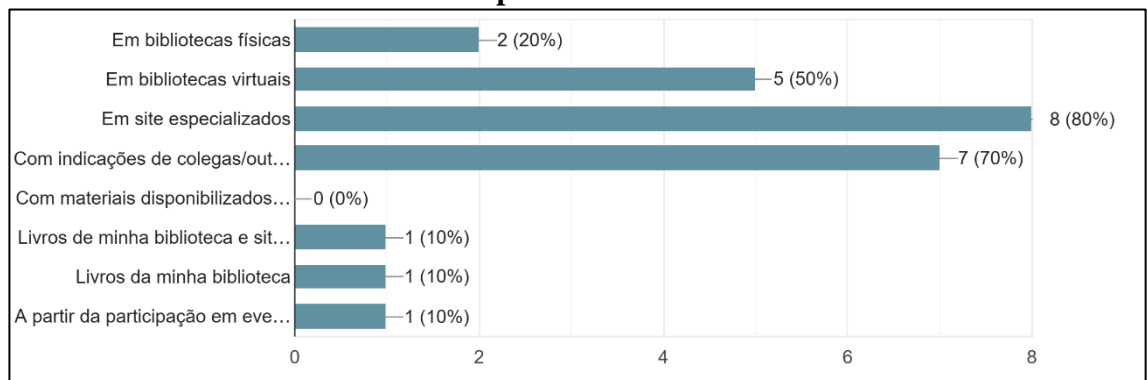
Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Nestes dados podemos observar que 80% dos entrevistados afirmam que a Instituição promove ações que consideram lei 10.639, 10% respondeu que não e 10% não sabe informar o que nos revela que o conhecimento chega através de outros meios. O fato de a maioria afirmar que a instituição está em conformidade com a legislação e que as temáticas da cultura afro-brasileira estão sendo contempladas é importante refletirmos além dos números e questionar como estas ações estão sendo implementadas e com qual profundidade os conteúdos estão sendo abordados, pois talvez essas ações podem ocorrer de maneira pontual

ou de maneira isolada. Além disso, devemos considerar que essas ações precisam acontecer de maneira contínua englobando todas as disciplinas para que nenhuma delas fique fora do debate antirracista. O fato de 10% dos respondentes afirmarem que não há proposta e 10% não soube responder indicam que mesmo que a instituição trabalhe a temática, sugerem a falta de clareza indicando que existem lacunas perceptíveis podendo ser um indicativo de que o currículo não está sendo aplicado de maneira homogênea.

Segundo Lima (2016), “um acervo bibliográfico que contemple a diversidade cultural e histórica do Brasil oferece aos professores e alunos a oportunidade de ampliar seus horizontes culturais e descolonizar suas práticas de leitura e ensino” (p. 89).

Gráfico 16 – Onde realiza pesquisas para preparar suas aulas com enfoque na História e Cultura dos povos africanos



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

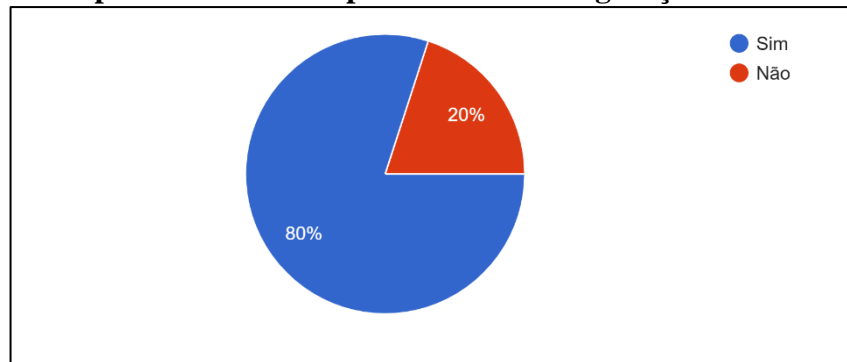
A biblioteca, ao disponibilizar esses recursos, torna-se um espaço de resistência e empoderamento, onde a história e a cultura afro-brasileira serão valorizadas e acessíveis a toda a comunidade escolar. Além disso, a curadoria de um acervo diversificado contribui para a formação crítica dos alunos, oferecendo-lhes a possibilidade de explorar diferentes narrativas e perspectivas que são frequentemente silenciadas no currículo tradicional. Para Freire (2005), “o acesso à leitura crítica de textos e contextos é um dos pilares para a construção de uma consciência crítica e emancipadora” (p. 22). Nesse sentido, a biblioteca não apenas apoia o processo de ensino-aprendizagem, mas também atua como um agente transformador, promovendo a igualdade racial e o respeito à diversidade.

Para que essa formação continuada seja efetiva, é necessário que ela seja institucionalizada, integrando o calendário do Colégio Pedro II como uma ação constante. A inclusão dessa formação no calendário institucional não apenas garante a continuidade do

processo de atualização dos docentes, mas também reafirma o compromisso da instituição com a promoção de uma educação antirracista. De acordo com Moreira (2019), “a formação continuada, quando realizada de forma sistemática e integrada ao planejamento escolar, contribui significativamente para a construção de uma escola democrática e inclusiva” (p. 38).

Portanto, ao propor a inclusão da formação continuada sobre a Lei 10.639/2003 no calendário do Colégio Pedro II, aliada à criação e manutenção de um acervo especializado na biblioteca, contribui-se para a efetivação de uma educação antirracista que reconhece e valoriza a história e a cultura afro-brasileira e africana, promovendo a justiça social e a igualdade racial no ambiente escolar.

Gráfico 17 – Experiências com a aplicabilidade da legislação nas unidades



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Relatos de experiência dos sujeitos sobre a aplicabilidade da Lei em sala de aula através das respostas abertas:

Sujeito A: Uma experiência promotora da participação de muitos estudantes, destacadamente pelo autoconhecimento, aspectos que, via de regra, é desprezado no chão da escola.

Sujeito B: Os alunos participaram ativamente das propostas.

Sujeito C: Trabalhei com o comércio de escravos africanos.

Sujeito D: Receptiva e coerente às propostas do programa da disciplina História

Sujeito E: Foi tranquilo, nunca tive grandes problemas em trabalhar a temática

Sujeito F: Desafiadora. Sedutora para os estudantes.

Sujeito G: Já tive experiências diversas em algumas séries do ensino fundamental e no EJA.

Sujeito H: Comparando-as, posso afirmar que, de maneira geral, as crianças são melhores ouvintes e costumam alcançar o recado trazido pelas discussões com mais naturalidade.

Sujeito I: No grupo dos adultos, encontrei muita reprodução de pensamentos racistas vigentes na sociedade, como a falsa ideia de que as cotas aumentam a discriminação racial ou a crença ilusória na meritocracia, ignorando que as condições são historicamente discrepantes entre as camadas sociais. Apesar dessa resistência e do incômodo demonstrado por muitos estudantes, acredito que as informações, os questionamentos e os exemplos apresentadas por mim tenham cumprido a função de trazer novos olhares para o assunto.

Sujeito J: Projeto Saravá. Colégio Brigadeiro Newton Braga. Oficina de artes para construção de máscaras africanas.

Diante das respostas qualitativas podemos observar que os respondentes apresentaram experiências pouco objetivas sobre qual foi a real experiência da aplicação do tema em sala de aula, entretanto um dos sujeitos nos proporcionou questões pontuais trazidas pelos estudantes ao promover o debate antirracista em sala de aula. O sujeito investigado pontuou sobre as perspectivas dos alunos indicando reflexões do senso comum sobre a temática das cotas raciais, meritocracia sem levar em consideração o contexto histórico e social da nossa sociedade e descreve:

No grupo dos adultos, encontrei muita reprodução de pensamentos racistas vigentes na sociedade, como a falsa ideia de que as cotas aumentam a discriminação racial ou a crença ilusória na meritocracia, ignorando que as condições são historicamente discrepantes entre as camadas sociais. Apesar dessa resistência e do incômodo demonstrado por muitos estudantes, acredito que as informações, os questionamentos e os exemplos apresentadas por mim tenham cumprido a função de trazer novos olhares para o assunto. (SUJEITO I)

A partir deste ponto de vista do entrevistado podemos compreender como a formação continuada é fundamental para que os professores possam desmistificar conceitos muitas das vezes reproduzindo o racismo estrutural e quanto o professor precisa estar preparado para apresentar reflexões que faça com que os alunos consigam concatenar os processos históricos com a necessidade de políticas públicas que possam reparar todos os prejuízos para a população negra.

Neste caso o docente reconhece os processos históricos e provavelmente os pontuou em sala de aula, ou seja, provavelmente estava preparado para o debate e ainda que tenha encontrado resistência ofertou a possibilidade de os alunos refletirem sobre a temática e este é o processo desmistificar ainda que aos poucos concepções equivocadas sobre nossa construção histórica.

Esta prática antirracista precisa fazer parte do cotidiano escolar e não deve ser trabalhada de maneira pontual, mas sim contínua no intuito de promover o respeito à

diversidade e contribuir para uma educação antirracista.

Quadro 2 – Obras e autores utilizados em sala pelos respondentes

Livros utilizados em sala de aula	Nº de citações
Lima Barreto	2
Olhos d'água.	4
Quarto de despejo	1
Memórias Póstumas de Brás Cubas	1
Esau e Jacó	1
Dom Casmurro	1
O alienista	1
Conto de escola	1
Pai contra mãe	1
Crime no Cais do Valongo	1
Lendas de Dandara	1
Heroínas Negras	1
Ponciá Vicêncio	1
Hibisco Roxo	1
Palmares	1
Silvio de Almeida	1
Quarto de despejo	2
Nilma Lino Gomes	1
Jarid Arraes	1
Gosto de África	1

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

A escolha de obras e autores por parte dos professores para serem trabalhadas em sala de aula é uma prática que carrega um peso cultural e político significativo, pois pode refletir as experiências, valores e preferências pessoais. Neste sentido a seleção do professor não é neutra e de maneira inconsciente ou não reproduzirão em sala de aula o que costuma fazer mais sentido para ele. Optar por determinadas obras também pode ter relação com a sua formação acadêmica e de vivências pessoais do professor que caso tenha estudado a literatura clássica e europeia ele pode priorizar autores desta vertente ignorando outras perspectivas como a afro-brasileira, indígena ou popular.

Nesta investigação através das respostas abertas foi feita a pergunta: **Quais as dificuldades encontradas para realizar o planejamento de suas aulas respeitando essa temática?**

Obtivemos as seguintes respostas:

Sujeito A: Nunca trabalhei a temática da África, especificamente. Mas já tive dificuldades em sala de aula ao trabalhar a literatura de Conceição Evaristo quando, por exemplo, a autora aborda a temática da mulher negra. No debate, já ouvi alunos do PROEJA opinando que a mulher negra, em nossa sociedade, não passa por todo aquele sofrimento relatado pela autora em suas obras, que haveria um certo "exagero". Certamente foi uma importante oportunidade para aprofundarmos essa conversa-reflexão. Todavia, de saída, encontro resistências por parte dos estudantes.

Sujeito B: Engessamento do programa/conteúdos

Sujeito C: As famílias dos alunos.

Sujeito D: Falta de material didático

Sujeito E: Não encontrei grandes dificuldades

Sujeito F: Inspiração. Documentos primários.

Sujeito G: A resistência de alguns estudantes ao assunto, pois já trazem pensamentos prontos que consideram corretos;

Sujeito H: A resistência de estudantes, especialmente dos evangélicos, que insistem em enxergar de forma extremamente desrespeitosa qualquer ponto relacionado às religiões de matriz africana;

Sujeito I: Questões partidárias políticas, que muitas vezes se atravessam nas discussões e atrapalham o andamento da aula;

Sujeito J: Em LP, utilizo textos sobre o assunto

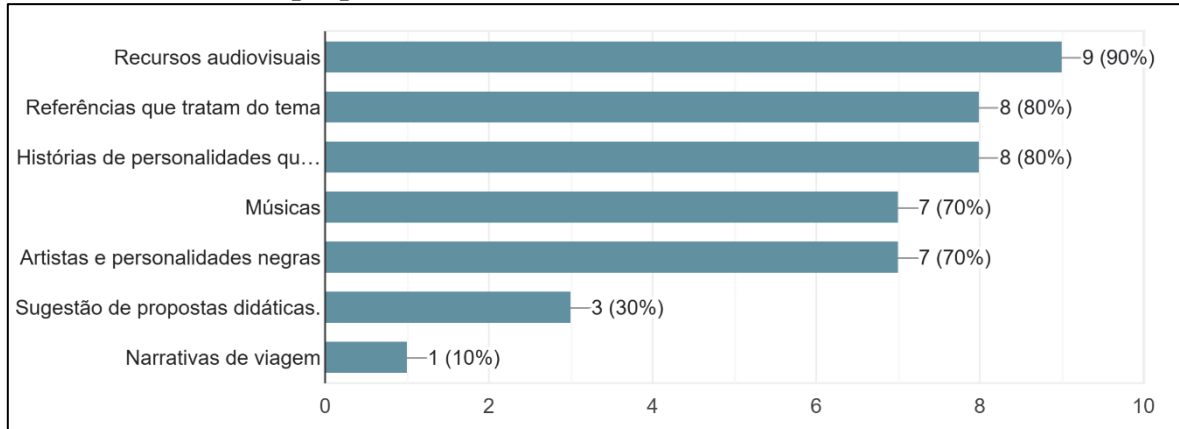
Ao analisar as respostas abertas acima podemos observar que a maioria dos professores apresentam dificuldades para levar a temática de História e Cultura Afro-brasileira para a sala de aula. É importante mais uma vez apontar que esta proposta está prevista em lei há mais de vinte anos e ainda hoje percebemos alguns aspectos que problematizam a aplicação da lei. Dentre eles foram pontuados: o engessamento dos conteúdos, falta de material, Inspiração, resistência dos estudantes principalmente por questões religiosas e questões partidárias políticas.

A partir destas pontuações de alguns sujeitos desta análise unida as respostas dos sujeitos no gráfico 21 ao que se refere apoio da direção é possível identificar uma gestão pouco participativa nas propostas que promovem o debate da diversidade é preciso que os

gestores de cada campus que ofertam o PROEJA também estejam preparados para promover orientações que possam trazer propostas antirracistas para dentro da escola e para isso é necessária a flexibilização do programa no intuito de incluir a proposta no projeto político pedagógico do colégio. Os diretores não devem apresentar uma postura alheia a esta temática, mas sugerir que este debate esteja proposto no currículo escolar e precisa ser aplicado de continuamente em sala de aula.

O segundo apontamento reflete sobre a formação continuada dos regentes, pois se os mesmo conhecerem de maneira aprofundada a lei e participarem de capacitações constantes eles descobrirão que não necessitam de “inspiração”, mas de formação para que eles se instrumentalizem de fundamentação teórica com o objetivo de estarem preparados para o debate crítico, conhecimento de materiais extracurriculares que poderão complementar as suas aulas como filmes, músicas, obras literária, expressões artísticas e com isso ofertar diferentes projeções históricas e culturais para os alunos do PROEJA. No intuito de desmistificar visões que demonizam a cultura Afro-brasileira.

Gráficos 18 - Recursos que os respondentes consideram relevantes para desenvolver as propostas da lei 10.639/2003 em sala de aula

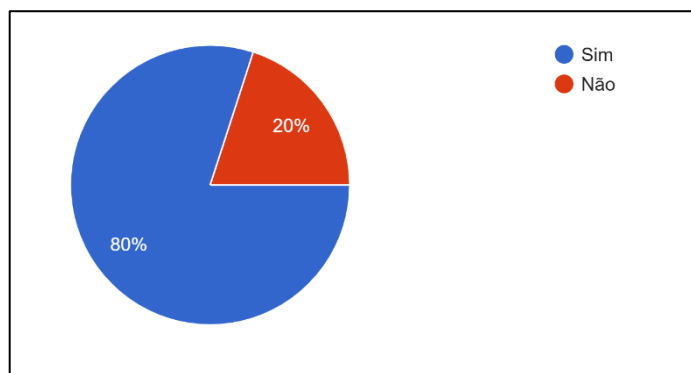


Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Ao avaliar os recursos que os sujeitos deste estudo consideraram relevantes podemos observar que: Em primeiro lugar os recursos áudio visuais foi considerado o mais relevante para tratar do tema, em segundo lugar foram apontadas as referências que tratam do tema e histórias de personalidades que são importantes em nosso contexto histórico este dado nos permite observar que os sujeitos compreendem a necessidade de conhecer os processos históricos e culturais e as personalidades negras que contribuíram e contribuem para uma educação antirracista, em terceiro lugar músicas e artistas e personalidades negras em quarto lugar sugestão de propostas didáticas e em quinto as narrativas de viagem.

Nesta investigação foi identificado um percentual relevante sobre a necessidade de 80% dos professores apresentarem interesse pelas referências que discutam sobre a temática e Histórias de personalidades que foram e são importantes em nosso contexto histórico. Esses dados podem sugerir que os sujeitos compreendem a necessidade dos professores em aprofundamento teórico para debater o tema e podemos supor que ao conhecer com mais profundidade o assunto viabilizará sua aplicabilidade fazendo uso de diversos recursos em sala de aula.

Gráfico 19 - Hábito de ler materiais em PDF em seu celular ou Epub em Kindle



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Observamos nesta análise que 80% dos entrevistados possuem o hábito de realizar suas leituras de maneira digital e podemos considerar um fator positivo para a escolha do produto educacional desenvolvido.

A escolha por um *e-book* primeiramente está apoiada em minha prática pedagógica, pois atuando como regente há mais de uma década sempre busquei este recursos para as minhas pesquisas no intuito de procurar informações e recursos e ao longo desses anos também pude observar entre os meus pares o frequente uso desta ferramenta.

Compreendendo o dinamismo da rotina diária de um professor ao disponibilizar um material que pode ser lido em um *smartfone*, *notebook* ou *tablet* otimizará sua pesquisa, pois que encontrar diferentes tipos recursos organizados em um lugar específico facilita a busca do professor sendo uma maneira dinâmica para que ele desenvolva um planejamento de qualidade.

Na pesquisa os participantes foram questionados se consideram a lei importante e por quê? E obtivemos as devolutivas a seguir:

Sujeito A: Sim, de suma importância para promover o debate histórico a partir de concepções antirracistas e decoloniais sobre a formação/constituição da sociedade brasileira.

Sujeito B: Em que pese o fato de que a mobilização política e social seja mais procedente, também as ações legais são importantes para o avanço no reconhecimento da pluralidade étnico-cultural da nossa formação. Contudo, penso que a lei 11.645 acrescenta elementos ao texto da lei 10.639

Sujeito C: Uma forma de resgate da história do país

Sujeito D: Sim, porque a cultura de raiz africana faz parte de nossa identidade e deve ser trabalhada em sala de aula.

Sujeito E: Porque abre espaço para a cultura afrobrasileira nas escolas

Sujeito F: Necessária abordagem acerca da historicidade africana em nossa formação social.

Sujeito G: Sim, muito. Para valorização da mão negra na nossa sociedade e cultura, além de reconhecimento e identificação dos nossos estudantes

Sujeito H: Sim. Sinaliza temática que importa estudar e conhecer. Carregou o potencial de incentivar o desenvolvimento de pesquisa sobre temas afeitos.

Sujeito I: A lei 10.639/2003 é de grande importância, pois acredito que a superação do racismo só se dará pela via da educação, com a ampliação de informações relacionadas à nossa realidade social e racial e com a problematização dessas questões. Estudar desde a primeira infância a história e a cultura afro-brasileiras possibilita que as pessoas possam construir ideias diferentes daquelas que dominam há tanto tempo a nossa sociedade, já que esse estudo permite reconhecer todo o sofrimento e negação de direitos que ocorreram ao longo de séculos de escravização, reconhecendo assim, também a importância das ações afirmativas na missão de redesenhar um futuro mais igualitário em oportunidades e em vivências na nossa sociedade. Além disso, a valorização da cultura afro-brasileira está diretamente relacionada ao combate à discriminação racial e religiosa, já que as discussões a respeito da história e cultura também permitem o entendimento relacionado à criação de padrões - de beleza, de religião, etc - como imposições violentas realizadas no processo de colonização. Toda essa problematização permite a desconstrução desses padrões racistas e a criação de novas referências afro-brasileiras, que são essenciais para combater padrões racistas ainda vigentes e amplamente enraizados em nossa sociedade.

Sujeito J: É um avanço na luta antirracista e no ensino da história e cultura afro-brasileira e africana

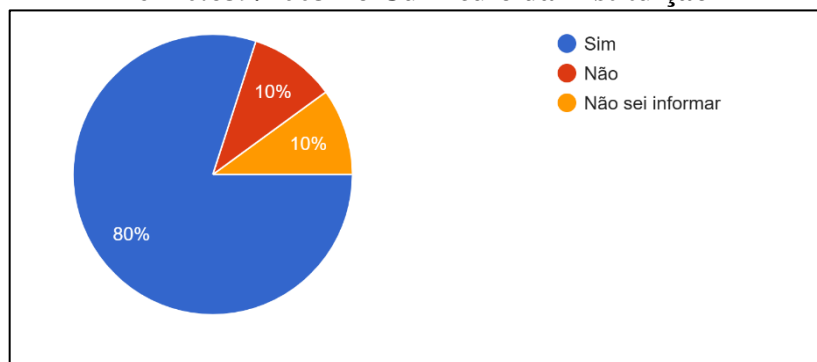
Podemos notar que vários respondentes destacam a importância da lei no intuito de promover o debate histórico a partir de concepções antirracistas e decoloniais. Essas percepções estão alinhadas com a proposta da lei que propõe a desconstrução da hegemonia

eurocêntrica presente na educação brasileira permitindo a valorização das contribuições da população negra na formação de nossa sociedade. Destacando a importância de trazer para o chão da escola narrativas positivas desses povos para a nossa sociedade no intuito de recuperar processos da história do Brasil que foram historicamente apagados. É importante ressaltar que a história não precisa ser contada de maneira romantizada, mas sim reconhecer as dinâmicas de poder, resistência e violência que marcaram a história do nosso país.

Reconhecer à importância e contribuições da cultura afro-brasileira na formação da nossa identidade no campo da música brasileira, na arte, na gastronomia, na construção de cidades históricas etc. A população foi responsável por nos ofertar um legado histórico-cultural muito diverso, mas não recebe esses créditos quando a construção da nossa sociedade é contada.

A inserção dessa cultura no currículo escolar é essencial, pois permite a inserção de novos saberes e perspectivas para que elas sejam incorporadas ao ambiente escolar permitindo que os alunos negros se reconheçam nos conteúdos estudados e compreendam os processos históricos com o objetivo de fortalecer o debate antirracista na instituição e promover a ideia de pertencimento principalmente para os estudantes do PROEJA.

Gráfico 20 – Existência de propostas que promovam ações que levem em consideração a lei 10.639/2003 no Currículo da Instituição



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Nestes dados podemos observar que 80% dos entrevistados afirmam que a Instituição promove ações que consideram lei 10.639, 10% respondeu que não e 10% não sabe informar. O fato da maioria afirmar que a instituição está em conformidade com a legislação e que as temáticas da cultura afro-brasileira estão sendo contemplados é importante refletirmos como estas ações estão sendo implementadas e com qual profundidade os conteúdos estão sendo abordados, pois talvez essas ações podem ocorrer de maneira pontual ou de maneira isolada.

Além disso, devemos considerar que essas ações precisam acontecer de maneira contínua englobando todas as disciplinas para que nenhuma delas fique fora do debate antirracista. O fato de 10% dos respondentes afirmarem que não há proposta e 10% não soube responder indicam que mesmo que a instituição trabalhe a temática, sugerem a falta de clareza indicando que existem lacunas perceptíveis podendo ser um indicativo de que o currículo não está sendo aplicado de maneira homogênea.

Nesta análise os participantes possuíam a possibilidade de descrever as ações pertinentes ao currículo da instituição que promovam a lei 10.639/2003 apenas dois participantes não responderam e obtivemos os seguintes relatos:

Sujeito A: A minha última experiência foi uma participação em uma mesa-redonda em que estavam sendo apresentadas obras literárias selecionadas para o ensino de literatura em um currículo antirracista. Esta atividade foi promovida pelo Departamento de Português do Colégio Pedro II, em ocasião de um Colegiado.

Sujeito B: Houve debates com autores pretos, e os alunos interagiram muito.

Sujeito C: Houve engajamento dos alunos, embora houvesse resistência de certos responsáveis.

Sujeito D: Não foi com minhas turmas

Sujeito E: Já fiz diversas experiências trabalhando essa temática, tendo em vista que é meu objeto de estudo

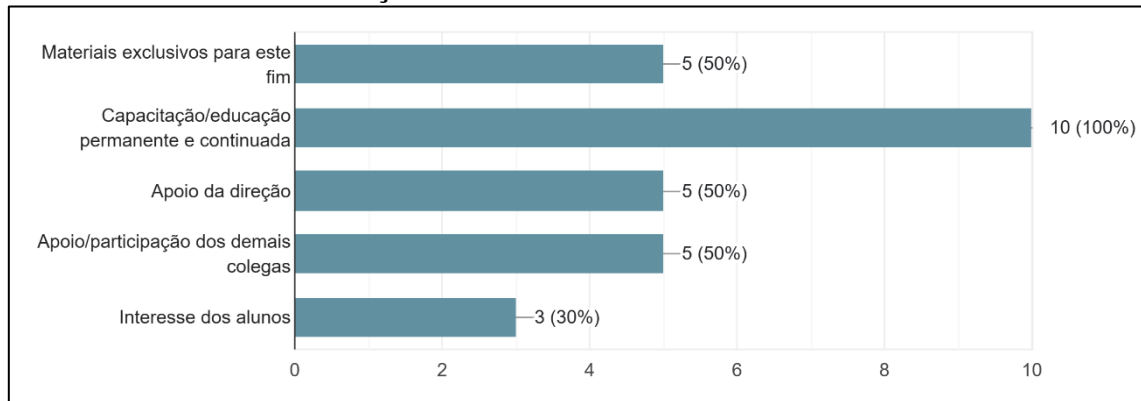
Sujeito F: Colegiado de História organizou o programa em obediência à lei.

Sujeito G: Não estou apta a responder a essa pergunta, porque nunca participei diretamente da execução de nenhuma dessas propostas, mas sei que há colegas e setores envolvidos na realização de discussões e eventos relacionados ao compromisso antirracista e à aplicação da lei, como o Kizomba, que ocorre anualmente em Realengo II.

Sujeito H: Ainda não participei no PII

Esta análise nos mostra que apesar da lei ser reconhecida como uma ferramenta crucial para uma educação antirracista ainda há desafios em sua implementação podemos apontar a formação continuada dos professores e a resistência institucional como obstáculos à serem enfrentados para que o ensino da cultura e História Afro-brasileira seja integrado de maneira plena ao currículo da instituição, pois somente com uma educação que valorize a diversidade cultural presentes em nossa sociedade será favorável para a promoção de uma educação antirracista.

Gráfico 21 – O que os respondentes consideram importante para fortalecer as ações de execução da lei 10.639/2003 na sua unidade



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados da pesquisa de campo, 2024.

Neste gráfico podemos notar que todos os respondentes consideram importante a formação continuada para que se faça valer a lei indicando que ao reconhecerem a necessidade de atualizações sinalizam que precisam de mais aprofundamentos propostas que fundamentem o tema e sua aplicabilidade em sala de aula. Quando um educador reflete a necessidade deste processo

Metade dos entrevistados apontam a necessidade de materiais podendo indicando que a instituição precisa investir em recursos variados para esta proposta.

Outro dado que chamou a atenção foi 50% dos regentes apontam *apoio/ participação* dos demais colegas possivelmente esta proposta está relacionada em abordar nos apresenta a dificuldade de trabalhar esta temática de maneira interdisciplinar, ou seja, estabelecendo relações entre outras áreas do conhecimento em sala de aula, ou seja, possivelmente é desafiador aplicar os conceitos em diferentes disciplinas. As respostas deixam explícitas em como os professores que estão dispostos a propagar o debate antirracista podem trabalhar de maneira solitária e em alguns casos sem apoio.

De acordo com o gráfico podemos observar que 50% das respostas apontarem Apoio da Direção indicando que possivelmente os dirigentes das unidades não incentivam ações que promovam propostas direcionadas à Lei 10.639/2003 o que também nos mostra o quanto é necessária a formação continuada para esse grupo no intuito de orientá-los a promover e desenvolver propostas que sejam antirracistas e que valorizem a diversidade dentro da instituição.

Apesar de 30% dos respondentes apresentarem o desinteresse dos alunos é necessário que o debate de maneira crítica seja abordado no intuito de favorecer a compreensão dos processos históricos que propagam o racismo estrutural e para que os alunos tenham a percepção sobre as consequências dessas estruturas na sua vida como estudante do PROEJA.

Nesta pesquisa, os participantes relataram suas experiências e desafios em relação a aplicação da lei 10.639/2003 obtivemos os seguintes apontamentos:

Sujeito A: Na minha experiência, destaco a resistência de boa parte dos alunos. Eles dizem não entender, que "não há necessidade", enfim, no geral, se mostram muito resistentes.

Sujeito B: Tais ações, quando acontecem em caráter institucional, costumam estar circunscritas ao NEABI que, infelizmente, não conta com muitos recursos e adesões.

Sujeito C: Faço referência aqui ao quantitativo de servidores, principalmente docentes negros e negras, ainda aquém do necessário

Sujeito D: Boa, pois o público do Proeja se identifica com a temática.

Sujeito E: Os alunos se mostraram receptivos e se mostraram solidários à causa em questão.

Sujeito F: Passaram a se interessar pelo tema.

Sujeito G: Positiva

Sujeito H: Creio que eles compreendem e respondem positivamente aos trabalhos propostos

Sujeito I: Apesar das resistências encontradas, avalio a resposta como positiva, já que muitos se mostraram surpresos e impactados diante das informações que consideraram novas.

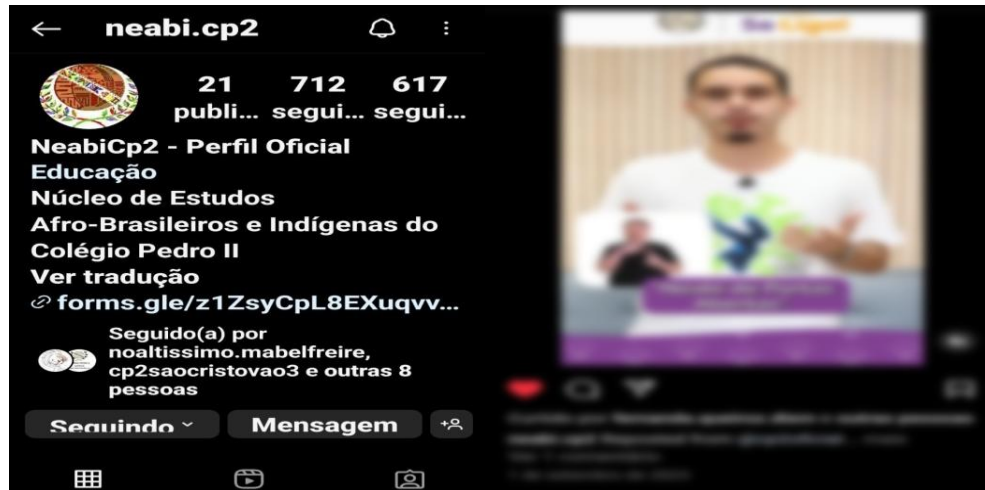
Sujeito J: Não participei de projetos ainda.

Nesta análise podemos destacar que os investigados deste estudo relatam sobre a aplicabilidade do tema em sala de aula que boa parte dos alunos foram receptivos e se identificaram com a proposta o que nos faz entender que ainda que haja resistência por parte dos educandos este tema é fundamental principalmente p^os os alunos do PROEJA na proposta de uma educação antirracista e mais democrática.

Foi apontada a fragilidade do Núcleo de estudos Afro-brasileiro e indígena (NEABI) do colégio sinalizando poucos recursos e adesão por conta dos poucos docentes negros e negras. Essa percepção ficou evidente na visita feita a página oficial do núcleo no *Instagram* identifiquei que a mesma foi criada há mais de nove anos, possui apenas vinte uma (21) publicações e que faz mais de um ano que foi publicada a última postagem foi o evento Neabi de Portas abertas no dia primeiro de setembro de dois mil e vinte três após esta data não apresenta nenhuma atualização sobre as ações que abordem a temática dentro da instituição. Sabemos que a presença e visibilidade nas plataformas digitais são essenciais no mundo

contemporâneo, principalmente para uma instituição de renome e é referência para diversas instituições educacionais. Podemos observar essas percepções nas imagens a seguir:

Figura 15 – Página do NEABI do Colégio Pedro II no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/neabi.cp2/reel/CwqXE54pX7Z/>, 2024.

Essa página é um canal de comunicação com o público interno e externo e ainda uma ferramenta estratégica para difundir práticas pedagógicas e reflexões sobre este tema que é tão urgente atualmente ele é fundamental para a divulgação de ações antirracistas dentro do colégio. Entretanto, a falta de atualização da mesma além de indicar a debilidade do núcleo pode sugerir a falta de compromisso da instituição com as práticas antirracistas,

A inatividade da página sugere uma fragilidade no compromisso institucional com a pauta antirracista e uma lacuna na comunicação das iniciativas antirracistas que são difundidas dentro da instituição, uma vez que a não divulgação das propostas realizadas no colégio desperdiça a oportunidade de fomentar o debate sobre a diversidade e o racismo de maneira pública e por ser uma instituição de renome e tradicionalmente respeitada no Brasil também perde a oportunidade de inspirar outras instituições com práticas antirracistas.

Os pontos positivos estão relacionados à aceitação da temática pelos discentes provavelmente pela compreensão efetiva da importância do tema principalmente para eles estudantes do PROEJA.

Podemos considerar que a resistência por parte dos alunos ocorre pelo desconhecimento do tema e devido a conceitos do senso comum que se propaga principalmente nas populações menos favorecidas e por conta disso são necessárias às

abordagens do tema de maneira crítica para que os alunos possam compreender conceitos que possam desconstruir estigmas racistas que estão cristalizados em nossa sociedade.

7. PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional de uma pesquisa é uma maneira de trazer à público estudos realizados durante o mestrado profissional PROFEPT. Ele tem como objetivo principal funcionar como um recurso com estratégias educacionais que viabilizem a prática pedagógica, pois o resultado da pesquisa pode ser utilizado e aplicado dependendo do produto por outros profissionais sem a necessidade de que o mesmo precise ler a dissertação de mestrado para utilizá-lo.

A construção de um produto educacional torna acessível materiais elaborados a partir de dados científicos que buscam soluções para problemas identificados em determinado campo de trabalho. Um produto educacional é um recurso produzido de maneira científica visando o compartilhamento democratizado de saberes para profissionais de determinados campos de trabalho.

Esse Produto funcionará como uma ferramenta pedagógica a fim de promover uma intervenção direta em campo no intuito de ofertar contribuições pedagógicas atendendo as demandas dos sujeitos deste estudo.

A ideia é que ele não fique restrito apenas no meio científico, mas que ele consiga permear diversos espaços a fim de facilitar ou auxiliar as práticas de profissionais de diversos campos do conhecimento, além disso, esse produto ficará disponível gratuitamente em um banco de dados da instituição a qual o mestrando pertence e assim tornando-se acessível a qualquer indivíduo que tenha interesse no assunto.

O QUE É

O *e-book* que se caracteriza como um livro em formato digital muito similar a um livro e poderá ser lido em qualquer lugar desde que se tenha a mão um equipamento digital como *Ipad*, *smartfone*, *notebook*, *tablet* e outros. Neste produto o conteúdo será disponibilizado de maneira interativa para o leitor nos dois mais populares de formatos digitais sendo o PDF (Portable Documente Format).

Podemos considerar algumas outras atraentes vantagens no uso desse tipo de texto se compararmos aos livros físicos são: não ocupar espaço físico e não proporcionar peso ao

leitor aos transportá-lo, não precisar ser higienizado. Enquanto um livro digital pode ser acessado em qualquer lugar do mundo desde que possua acesso à *internet* e após o *download* do arquivo o mesmo não necessita de conexão à rede para ser utilizado o livro fica acessível em um arquivo no seu dispositivo eletrônico não ocupando espaços em meios físicos.

BASES TEÓRICAS

No momento da escolha do Produto educacional foram realizadas diversas reflexões sobre a construção deste material, os *e-books* são uma realidade no mundo atual e são facilmente localizados, estão disponíveis através de uma pesquisa realizada na rede e poderá ser acessado em qualquer lugar do nosso planeta desde que haja conexão à *internet*.

Acompanhando também as mudanças que vem acontecendo atualmente com a criação de uma Política Nacional de Educação Digital com o papel de promover a inclusão, a capacitação, a especialização, a pesquisa e educação escolar digitais LDB este produto foi pensado com o objetivo de acompanhar essas mudanças e com isso contribuir para uma educação de qualidade e mais democrática.

Mesquita e Conde (2008) discorrem sobre as vantagens das publicações de *e-books* descrevendo o quanto essas produções são favoráveis para a disseminação de saberes no *mundo das redes*.

Os livros electrónicos ou *e-books* são uma realidade no mundo atual, ou seja, é possível encontrar na Web uma gama muito variada de exemplares disponíveis para consulta e/ou aquisição. Estes recursos potencializam uma maior difusão do saber e possibilitam a acessibilidade ao conhecimento nas partes mais remotas do planeta. De facto, os livros digitais podem ser acedidos através de qualquer dispositivo electrónico como seja o computador, o PDA, o telemóvel, os *smartphones*, os *Iphones*, etc. e possuem alta portabilidade já que podem ser armazenados num único dispositivo. (MESQUITA & CONDE, 2008, p.3)

No mundo contemporâneo a *internet* está presente em nossa vida cotidiana. Compreendendo que os professores fazem uso da rede como *lócus* de estudo e pesquisa para construir seus planejamentos pedagógicos, o produto educacional pensado para esta pesquisa é a construção de *e-book* com objetivo principal facilitar a pesquisa de materiais que contribuam para construção de aulas e de ações que promovam práticas antirracistas no Colégio Pedro II, podendo ainda beneficiar outras Redes de Ensino.

Refletindo sobre a sociedade contemporânea a informação circula de maneira muito rápida e em muitas vezes se perdendo meio a um conglomerado de dados e percebendo essa realidade do mundo *on-line* foi identificada a necessidade de organizar materiais diversos como sugestão de: atividades pensadas a partir da lei 10.639/2003 no intuito de otimizar as

pesquisas dos professores na busca sobre o tema. A professora e pesquisadora Edmea Santos em seu *e-book* “Pesquisa e formação na Cibercultura” (2019) define o uso das redes como a cultura do contemporâneo estruturada pelas tecnologias digitais definindo-a como um fenômeno da *Cibercultura*.

O fenômeno da cibercultura que se materializam em interface com as práticas formativas presenciais e no ciberespaço mediadas por tecnologias digitais e em rede. Concebe o processo de ensinar e pesquisar a partir do compartilhamento de narrativas, imagens, sentidos e dilemas de docentes e pesquisadores pela mediação de interfaces digitais concebidas como dispositivos de pesquisa-formação. (SANTOS, 2019, p.19)

Como parte integrante desta dissertação de mestrado, o *e-book* foi idealizado como produto educacional com o objetivo de funcionar como recurso informativo e formativo para professores da Formação Profissional Tecnológica do Colégio Pedro II entendendo que o mesmo poderá contribuir para o planejamento dos regentes investigados neste estudo das áreas da Literatura, Artes e História, mas nada interfere de que o mesmo possa ser utilizado de maneira interdisciplinar.

FINALIDADE

Esta escolha se deu devido a minha experiência como Professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, encontrei dificuldades para organizar materiais no planejamento das minhas aulas com propostas antirracistas e atualmente percebo que existem muitos conteúdos disponíveis na rede, no entanto eles encontram-se dispersos o que dificulta muito a pesquisa do professor. De acordo com Santos (2002a, p. 148), “ambiente virtual é um espaço fecundo de significação onde seres humanos e objetos técnicos interagem potencializando assim, a construção de conhecimentos, logo, a aprendizagem”.

O *e-book* que se caracteriza como um livro em formato digital muito similar a um livro e poderá ser lido em qualquer lugar desde que se tenha a mão um equipamento digital como *Ipad*, *smartfone*, *notebook*, *tablet* etc. conectado a uma rede de *internet*. Neste produto o texto será disponibilizado de maneira interativa para o leitor no mais popular formato digital o PDF (Portable Documente Format).

Ao cogitar a construção de um *e-book* como produto educacional para pesquisa foi levada em consideração às vantagens oferecidas por este modelo em relação aos livros físicos, tanto no processo de o processo de criação quanto em seu uso. Entre os benefícios identificados destacam-se: facilidade de circulação do material através da rede podendo ser

compartilhado com facilidade, Possibilidade de acesso a diversos recursos por meio de atalhos através de *links* que direciona o usuário a acessar em tempo real o que ele está pesquisando, sustentabilidade por gerar menor prejuízo ao meio ambiente, pois por ser uma ferramenta digital não depende de papel e impressão para circular. Melhor custo benefício para a confecção, pois alguns programas ofertam esse serviço de maneira gratuita com ferramentas intuitivas facilitam a criação do material, Facilidade de organização e armazenamento de um acervo, pois é possível nomear o *livro* com o nome da obra, autor e data da publicação, não ocupar espaço físico e não proporcionar peso ao leitor aos transportá-lo, não precisar ser higienizado e ainda enquanto um livro digital pode ser acessado em qualquer lugar do mundo dependendo da situação não necessita do acesso a *internet*, caso o leitor tenha realizado o *download* do arquivo ele ficará acessível em seu dispositivo eletrônico sem a necessidade de conexão a uma rede.

Santos refere-se a essa nova modalidade produção de cultura na rede compreende um novo fenômeno que permeia a nossa sociedade com a seguinte reflexão:

Toda produção cultural e fenômenos sociotécnicos que emergiram da relação entre seres humanos e objetos técnicos digitalizados em conexão com a internet, rede mundial de computadores, caracterizam e dão forma a cultura como cibercultura. Essa noção tem sido cada vez mais discutida como cultura do ciberespaço e do espaço físico imbricados. O ciberespaço é a internet habitadas por seres humanos, que produzem, se autorizam e constituem comunidades e redes sociais por e com as mediações da tecnologia digitais em rede. (SANTOS.2019, p. 30).

A partir destes aspectos elencados refletimos sobre a sociedade contemporânea e a maneira que a informação circula de forma célere e frequentemente ela chega até nós *on line*, ou seja, em tempo real, e por inúmeras vezes acaba se perdendo em meio a um conglomerado de dados e percebendo essa realidade do *mundo on-line* foi identificada a necessidade de organizar materiais que acompanham essas mudanças.

O formato *e-book* foi pensado por conta fatores fundamentais: ecologicamente correto, facilita a forma de organização e armazenamento, facilidade de acesso e compartilhamento rápido e democrático para qualquer lugar do planeta desde que o pesquisador esteja conectado a rede de *internet*.

Santos reflete sobre uma das características fundamentais da *internet*, “Os ambientes virtuais agregam uma das características fundantes da internet: a convergência de mídias, ou seja, a capacidade de hibridizar e permutar num mesmo ambiente várias mídias.” (SANTOS, 2005, p.109)

Os ambientes virtuais nos oferecem a possibilidades de realizar pesquisas de qualquer lugar por meio de dispositivos móveis e a construção do *e-book* foi pensada com o objetivo de

otimizar o tempo de pesquisa e aprendizagem da comunidade escolar, pois agruparia indicações de diversos materiais em um único livro e o pesquisador iria realizar a busca de acordo com a sua área de interesse como por exemplo: Literatura, História, Artes, aulas, vídeos educativos etc.

Sabemos que existem diversos materiais semelhantes a este, no entanto é importante que ressaltar que quanto mais produções estiverem disponíveis gratuitamente na rede principalmente com enfoque em uma educação antirracista será favorável para a luta, pois além deste produto trazer dados atualizados referentes à nossa Literatura, Cultura e História ele contribuirá para o acervo que compõe a nossa História visto que estas informações sempre nos foram negadas e que muitas produções ainda hoje encontram-se veladas e precisam ser divulgadas sempre que houver qualquer possibilidade. Entendo que uma publicação na perspectiva antirracista divulgada pelo Colégio Pedro II tem uma representatividade e visibilidade significativa para diversas instituições educacionais do nosso país.

O *e-book* produzido a partir desta pesquisa será uma oportunidade de fornecer uma fonte de recursos confiáveis direcionados à temática proposta contribuindo para os trabalhos desenvolvidos em sala de aula e fora dela e ainda edificar uma rede repleta de sentidos para cada sujeito que nela estará inserido.

POR QUE APLICAR ESSE PE NA EPT

O produto educacional desenvolvido durante esta pesquisa pretende beneficiar os professores e educadores do Colégio Pedro II para que eles possuam um referencial para a pesquisa de materiais pedagógicos sobre a cultura e História Afro-brasileira atualizado. O professor através de um *click* terá acesso a diferentes tipos de recursos audiovisuais e bibliográfico para realizar seus planejamentos e aplicá-los em sala de aula.

O material foi elaborado com uma proposta dialógica apoiadas nas reflexões realizadas pelos professores após a aplicação do questionário desta pesquisa que em algumas das perguntas abertas solicitam sugestões dos professores que foram fundamentais para a elaboração do produto, pois na coleta de dados os sujeitos puderam indicar materiais que eles consideram relevantes para serem usados em sala de aula e esses apontamentos contribuíram para a escolha dos materiais.

Este *e-book* trata-se de uma colaboração entre o trabalho dos professores e pesquisadores que promovem a troca de saberes e experiências focadas no mesmo objetivo

propondo o desenvolvimento de novas práticas educativas que colaboram para uma educação que respeita a diversidade.

Esperamos que o *e-book* oriente o percurso do docente em localizar com maior facilidade diversos tipos de referências e materiais que sejam capazes de contribuir na sua *práxis* em sala de aula e com isso ele minimize as dificuldades para organizar sua rotina.

Neste material são apresentados conteúdos e informações relacionadas à Literatura, História e Cultura agrupando-as em um *e-book* que façam referência a conteúdos Afro-brasileiros, visa também a formação continuada de profissionais de educação otimizando as pesquisas sobre o tema já que ele possui um vasto referencial de obras literárias que contribuirão para a fundamentação e conhecimento do tema.

É importante ressaltar que este material não ficará restrito apenas aos educadores do CPEI a intenção é que ele alcance em diversas redes e instituições de ensino do Brasil no intuito de valorizar a História e cultura Afro-brasileira em nosso país e ainda contribuir no combate ao racismo dentro de contextos educacionais ao servir de suporte pedagógico para os educadores na construção de uma educação antirracista.

ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL

A organização dos conteúdos foi realizada em ordem alfabética no intuito de facilitar a consulta e o acesso rápido aos conteúdos por parte dos leitores. Essa disposição sistemática permite que educadores, estudantes e demais interessados possam localizar facilmente os temas e referências promovendo uma experiência de leitura ágil e intuitiva.

Além disso, a estrutura alfabética confere ao material uma organização simples e universalmente compreensível, útil especialmente em um *e-book* que será utilizado como ferramenta de pesquisa. Ao organizar os conteúdos alfabeticamente, o e-book se torna acessível a diversos públicos possibilitando uma experiência prática e objetiva.

JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DOS MATERIAIS

A seleção de materiais para o *e-book* "Entre Linhas Negras: Um Olhar Literário Afro-brasileiro" foi realizada sem seguir um parâmetro rígido de escolha, uma decisão que se justifica pela própria natureza da literatura afro-brasileira e pela pluralidade de expressões culturais que buscam atender ao propósito de uma educação antirracista. Ao optar por uma seleção variada de autores, obras literárias, músicas, filmes e figuras culturais, priorizei a

construção de um repertório que abrangesse uma ampla gama de experiências e perspectivas que possam promover reflexões críticas sobre a História e cultura Afro-brasileiro, ampliando o acervo da nossa cultura para os professores e conseqüentemente os alunos especialmente do PROEJA serão contemplados com as múltiplas formas de representação da cultura afro-brasileira.

Apresentar no e-book diversas sugestões de materiais se justifica com as reflexões de Roland Barthes defende que a literatura está longe de ser uma entidade isolada, pois é um vasto e intricado universo de significados, cujas conexões se estendem muito além das fronteiras do texto narrativo e da poesia. Em sua obra *O Grau Zero da Escrita* publicada em 1953 o autor discursa sobre uma perspectiva reveladora sobre a natureza multifacetada da literatura, destacando suas conexões intrínsecas com o mundo das artes, da poesia, da música e do cinema.

Ao explorar a interseção entre literatura e outras formas de arte, torna-se evidente que essas disciplinas compartilham uma linguagem comum, permeada por símbolos, metáforas e imagens que transcendem as barreiras do tempo e do espaço. Assim, a poesia encontra eco na prosa, a música dialoga com as palavras, e o cinema se torna uma extensão do texto literário. “No grau zero, a escrita literária é uma forma neutra e intransitiva, cuja transparência permite a interseção entre a literatura e outras formas de arte, evidenciando uma nova linguagem que transcende os limites tradicionais das disciplinas artísticas” (BARTHES, 1953, p. 23).

Reconhecer a profundidade e a complexidade da literatura é essencial para compreender suas conexões intrínsecas com outras manifestações artísticas. Ao escolher esse percurso expandimos nosso horizonte interpretativo e apreciativo, abrindo novos caminhos para a compreensão da condição humana e para a busca de significado no mundo que nos cerca.

Essa escolha por um repertório diverso e aberto reflete o objetivo maior do *e-book* ao fornecer ao professor ou educador ferramentas que possam ser adaptadas a contextos variados e que estimulem discussões sobre identidade e história afro-brasileira em sala de aula. Ao invés de impor um único caminho de ensino, o *e-book* valoriza as diversas possibilidades de cada educador moldar seu uso conforme a realidade de seus alunos, fomentando uma abordagem flexível e centrada na representatividade.

Essa justificativa destaca a intencionalidade de um repertório variado como estratégia para ampliar o alcance e a aplicabilidade do *e-book*, fundamentando-se em Barthes para explicar a abertura e a diversidade dos materiais selecionados.

A seguir teremos uma pequena amostra do material.



ESCRITORES

Sabemos o quanto é necessário e importante dar visibilidade aos escritores negros. Eles e Elas trazem reflexões a partir de suas narrativas de maneira profunda, outras emergem perspectivas críticas sobre o racismo e descrevem como é ser negro em nossa sociedade, e outras ainda possuem uma abordagem construída no contexto mais poético, trazendo suas vivências em sua escrita. Fazer com que os alunos conheçam essas personalidades é muito significativo para desconstruir o lugar da subalternidade da figura do negro e colocá-lo no campo da intelectualidade, do protagonismo e do debate.

Foi realizada uma seleção de autores e autoras negras que produzem poesias, contos, narrativas e outros textos que nos fazem refletir sobre o racismo e suas estruturas. Trazer essas personalidades é necessário para a construção de referenciais de intelectuais em nossa sociedade.

BÁRBARA CARINE



É professora de Química da UFBA e autora de livros que dialogam diretamente com a realidade de crianças e jovens negros, buscando representá-los de forma positiva. Sua produção literária inclui obras que abordam temas como identidade, ancestralidade e resistência, sempre com um olhar sensível e comprometido com a transformação social. Além de seu trabalho como escritora, Bárbara Carine também atua como influencer digital, educadora, palestrante, participando de diversos eventos e projetos que visam a disseminação da literatura afro-brasileira e a construção de uma educação mais inclusiva e igualitária.

Fonte/imagem: <https://bortonews.net/barbara-carine-lanca-novo-livro-em-salvador/>
 https://www.instagram.com/uma_intelectual_diferentona/

CIDA BENTO



Psicóloga, pesquisadora e ativista brasileira, reconhecida por seu trabalho em psicologia organizacional e combate ao racismo. Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), ela é diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Seu livro "Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e Poder nas Organizações e no Brasil" aborda o racismo estrutural e a supremacia branca nas instituições brasileiras. Bento recebeu

INDICAÇÕES PARA LEITURAS E APROFUNDAMENTO TEÓRICO DE LITERATURA NEGRA BRASILEIRA

Com o objetivo de enriquecer o entendimento sobre a história e cultura Afro-brasileira, assim como promover práticas antirracistas, apresentamos uma seleção bibliográfica de obras alinhadas com os princípios da Lei 10.639/2003. Estas leituras não apenas cumprem as exigências legais de inclusão no currículo escolar, mas também buscam instigar reflexões profundas referentes ao tema. Essas sugestões não apenas ampliam o repertório acadêmico, mas também buscam conduzir diálogos e provocar reflexões para a promoção de práticas antirracistas no contexto educacional.

Sabemos o quanto é importante trazer textos que abordem a temática do racismo e suas estruturas com propostas construídas a partir de pesquisas e dados científicos para que o professor ou educador possa fundamentar as suas colocações em sala de aula trazendo seriedade e responsabilidade ao abordar os temas.

A seguir, indicamos a listagem de obras sugeridas:

ADÃO, A. B. **Literatura Afro-brasileira Infanto-juvenil: Panorama e Discussão. Revista Porto das Letras**. Porto Nacional. Vol. 6, nº 2, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais, 2020.

CARINE, Bárbara. **A História Preta das Coisas**. Salvador: Ogum's Toques, 2021.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

RIBEIRO, Djamilá (Org.). **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CARINE, Bárbara. **Poética de resistência: literatura negra feminina contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira**. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei n.10639**. Brasília, 2003

FILMES

As propostas de filmes e documentários aqui sugeridos trarão para os alunos e docentes mais uma opção de aprendizagem e de reflexões sobre o racismo e de como ele foi construído ao longo da história. Eles farão com que os sujeitos sejam introduzidos em contextos históricos diversificados em uma linguagem de maior alcance especialmente para o público do PROEJA.

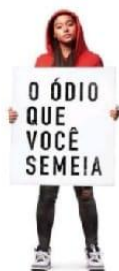


Fonte/Imagem: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-196885/>

12 Anos de Escravidão é um drama histórico lançado em 2013, dirigido por Steve McQueen. O filme narra a verdadeira história de Solomon Northup, um homem livre que é sequestrado e vendido como escravo. Ao longo de 12 anos, ele enfrenta a brutalidade da escravidão enquanto luta por sua liberdade.

Disponível em: Amazon Prime Vídeo ou Netflix.

Classificação indicativa: 14 anos



O Ódio que Você Semeia é um drama lançado em 2018, dirigido por George Tillman Jr. O filme aborda questões sociais e raciais, acompanhando a jornada de Starr Carter, uma adolescente que testemunha o assassinato de seu amigo desarmado por um policial. Ao confrontar as complexidades do sistema de justiça e as tensões em sua comunidade, Starr se encontra no centro de um debate crucial.

Disponível em: Amazon Prime Vídeo ou Netflix.

Classificação indicativa: 16 anos

Fonte/Imagem: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-257923/>



Medida Provisória é um filme brasileiro lançado em 2020, dirigido por Lázaro Ramos. A trama se passa em um futuro próximo, quando uma medida provisória autoriza a aplicação de uma nova política de controle populacional. O governo passa a impor restrições rigorosas à reprodução, levando a uma série de dilemas éticos e questionamentos sobre liberdade individual. O filme aborda temas sociais e políticos, oferecendo uma visão provocativa sobre o futuro da sociedade brasileira.

Disponível em: Globoplay Classificação: 14 anos

Fonte imagem: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Medida_Provis%C3%B3ria_\(filme\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Medida_Provis%C3%B3ria_(filme))

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos neste estudo em que o objetivo geral analisou como a Literatura Afro-brasileira é aplicada em sala de aula com os alunos do PROEJA do Colégio Pedro II compreendendo como os professores as disciplinas da Língua Portuguesa e Literaturas, Artes e História trabalham esta literatura no cotidiano escolar.

A fundamentação teórica deste estudo revelou a persistência do racismo estrutural nas instituições educacionais, reafirmando que a educação como os demais espaços sociais de produção e reprodução do conhecimento não escapa desta estrutura, sendo parte dela. As reflexões propostas pelos autores apresentadas nesta dissertação destacaram a necessidade de investimentos em práticas pedagógicas que desconstruam o silenciamento das vozes negras dentro da instituição, reforçando o quanto é urgente a construção de propostas que promovam a importância deste debate nos espaços educativos para a construção do pensamento crítico e de transformação social.

Os dados do IBGE apresentados neste estudo foram fundamentais para embasar as reflexões sobre o racismo no Brasil, pois evidenciam dados concretos sobre as expressões das desigualdades raciais que permeiam nossa sociedade. Ao relacionar os referenciais teóricos e os dados do IBGE que pontuam as desigualdades raciais, confirmamos que este é fruto de um sistema socialmente estruturado de marginalização dos negros desde os primórdios da formação nacional com consequências até os dias atuais.

A partir dos dados apresentados foi possível identificar que a instituição analisada precisa direcionar mais esforços para que a Lei 10.639/2003 seja implementada de maneira efetiva no colégio. Para que isso aconteça será necessário investir principalmente em formação continuada para os professores, diretores e comunidade escolar no intuito de desmistificar a temática da História e Cultura Afro-brasileira apresentando suas contribuições e seu legado de maneira positiva na construção cultural, social e histórica de nossa sociedade.

Nas análises elaboradas a partir dos resultados obtidos com a pesquisa ficou evidente que a Literatura Afro-brasileira, cultura e História no Colégio Pedro II enfrenta alguns desafios dentre eles: a falta de formação continuada para os professores podendo ser considerada como um dos maiores entraves para que a Lei 10.639/2003 seja considerada no intuito de promover uma educação antirracista que valorize as contribuições da cultura afro-brasileira. Os sujeitos também apontaram a carência de materiais para aprofundamento na temática. A falta de investimentos no Neabi, como a falta de pessoal para atuar neste setor, falta de incentivos dos gestores em ações que promovam propostas pedagógicas antirracistas

na instituição.

Destacamos que o ponto central identificado nesta pesquisa foi à necessidade da formação continuada para os professores em especial das disciplinas dos investigados neste estudo, pois estas são a tríade fundamental para o que propõe a lei. Investir na capacitação destes regentes precisa ser considerada é uma estratégia para a promoção de uma educação inclusiva que dialogue com a diversidade cultural existente em nosso país. É importante ressaltar que esta formação precisa ocorrer de maneira contínua, crítica e fundamentada no intuito de garantir que a Literatura afro-brasileira seja integrada no currículo de maneira transformadora. Esses professores precisam conhecer autores, obras literárias, personalidades, artistas, músicos no intuito de construir um acervo que possa contribuir para esta proposta.

É importante reforçar que as propostas de formações continuadas não podem acontecer de maneira pontual, mas sim de maneira constante dentro da instituição e necessita ofertada para todos. Os debates sobre a nossa cultura precisam ser acessíveis para os estudantes do PROEJA no intuito de desmistificar a temática da história e cultura afro-brasileira para esses educandos. E ainda apontar que partir da análise dos dados obtidos foi possível afirmar que, as maiorias dos professores respondentes consideram relevante a formação continuada em História e Cultura Afro-brasileira.

Foi observado ainda que, o investimento recursos pedagógicos são fundamentais para professores e alunos, pois ao ofertar um acervo bibliográfico robusto, investir em instrumentos musicais de origem africana e capacitar pessoas para tocá-los, Acervo com tecidos, utensílios etc. para que professores e alunos possam ter acesso. Esses recursos não devem ser promovidos individualmente pelos regentes interessados no tema, mas fazer parte do planejamento da gestão escolar, o que inclui recursos financeiros e debates coletivos sobre as escolhas prioritárias para cada unidade.

Por fim, este estudo nos alertou para a necessidade na forma das narrativas de como foi construída a história da população negra no Brasil, pois precisamos que os destaques estejam apoiados nas contribuições positivas da população negra no intuito de romper com as narrativas eurocêntricas que tradicionalmente descreveram estas vivências lamento, sofrimento e ainda demonizaram a cultura dos povos africanos. As narrativas estigmatizadas, pouco informativas que reproduzem o senso comum se apresentam como uma dificuldade para professores e alunos compreenderem a importância da legislação analisada. Ao valorizar as contribuições culturais, políticas e econômicas desta população abriremos espaços para uma prática pedagógica mais inclusiva e promotora da diversidade dentro da instituição.

Podemos concluir que para promover uma educação antirracista dentro do Colégio

Pedro II será necessário um esforço conjunto entre a instituição, docentes e comunidade escolar. Propõe-se que este empenho seja estruturado de maneira que reavalie as lacunas apontadas neste estudo sendo o ponto de partida a formação continuada, com o foco na Literatura, História e Cultura Afro-brasileira e ampliação dos recursos bibliográficos disponíveis, pois a partir destas iniciativas será possível avançar em direção a práticas que respeitem a diversidade para a promoção de uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, A. B. **Literatura Afro-brasileira Infanto-juvenil: Panorama e Discussão.** *Revista Porto das Letras*. Porto Nacional. Vol. 6, nº 2, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo Edições 70, 2015.
- BARTHES, R. **O grau zero da escrita.** São Paulo: Martins Fontes, 1953.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira.** Brasília, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei n.10639.** Brasília, 2003.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Descolonizar os Currículos: um desafio para as pesquisas que articulem a diversidade étnico racial e a formação do docente.** In. Anais do XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Porto Alegre: PUCRS, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Educação antirracista: Caminhos abertos pela lei 10.639/03 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** Brasília, 2005.
- BRASIL. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica nº 48 Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** 2. ed. IBGE, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O Pacto da Branquitude.** Companhia das Letras, 2022.
- BOTTENTUIT, J., & COUTINHO, C., LISBOA, E. (s/d). Livros digitais: **Novas oportunidades para educadores na era Web 2.0.** VI Conferência Internacional de TIC na Educação. Braga: Universidade do Minho.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Lisboa e Rio de Janeiro: Difel e Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e História literária.** 7ªEd. São Paulo: Nacional, 1985.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- CESCO, Andréa. **Cruz e Sousa: emparedado em seu poema.** *Revista Literatura em Debate*, v. 5, n. 9, p. 01- 45, ago.-dez., 2011.
- CIAVATTA, Maria. Ensino **Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: por que lutamos?** *Revista Trabalho & Educação*, 2014.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução de Tomaz Tadeu. São Paulo: Boitempo, 2019.

- CUTI, **Literatura negro-brasileira**. (coleção consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Trad. Laura Taddei Bandini. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- DEBUS, Eliane. **A Temática da Cultura Africana e Afro-brasileira na Literatura para Crianças e Jovens**. 3. ed. Cortez, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBOQ/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 18 fev. 2024.
- DOMINGUES, Petronio. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. Programa de Pós-Graduação em História – UFES. Revista Dimensões. Vol. 21, 2008.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura Afro-brasileira com Autores do Século XXI**. 2. ed. Editora Pallas, 2014.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura Afro-brasileira Abordagens na Sala de Aula**. Vol. 2. 2. ed. Editora Pallas, 2014.
- DUARTE, E. A. **Por um conceito de Literatura afro**. Revista Terceira Margem. Rio de Janeiro. Número 23, p. 113-138, 2010.
- FERNANDES, J. R. O. **Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cad. CEDES. Campinas. v. 25, n. 67, p. 378-388. 2005.
- FREIRE, Paulo. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Educar com a Mídia novos Diálogos Sobre Educação**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1975.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1996.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século**. São Paulo: Cortez, 2006.
- GADOTTI, M. (1996). **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas. São Paulo, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis. Vozes, 2019.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves. **Movimento Negro e Educação**, n. 15, Set/ out/nov/dez, p.134.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. Editora 34. Rio de Janeiro, 2002.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Educação de Jovens e Adultos: Teorias, Práticas e Propostas**. São Paulo: Cortez, 2000.

HOOLKS. Bell. **Ensinando Comunidade uma Pedagogia da Esperança**. Editora Elefante. São Paulo, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Regulamento**. [S. l.]: ProfEPT,2018. Disponível em: <https://bit.ly/3QoSPzE>. Acesso em: 12 jan. 2024.

KRAUSS, J. S., ROSA, J. C. **A importância da temática de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas**. Revista Antíteses. Londrina. vol. 3, n. 6, pp. 857-878. 2010.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MESQUITA, I.C.A; CONDE, M.G. (2008) **A evolução gráfica do livro e o surgimento dos e-books**. In **X congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. São Luís. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0645-1.pdf *Acedido a 07.02.2009*. Acesso em: 12 jan. 2024.

MÉZÁROS, István. **Educação para Além do Capital**. 2. ed. Tradução de Isa Tavares. Editora Boitempo. São Paulo 2008.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**.: Ed. Nandyala. Minas Gerais, 2008.

MOURA, D. A. **Educação profissional e tecnológica: fundamentos históricos e teóricos**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3. ed. Anita Garibaldi. São Paulo 2020. Reimpressão 2021.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**.: Editora Ática. São Paulo, 1986.

MUNANGA, K.(org.) **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental 2. ed. Brasília, 2005.

NOGUEIRA, R. **Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado**. *Revista África e Africanidades*, [s.i.], ano 3, nº 11, nov./2010.

PAIVA. Jane. **Educação Profissional integrada à educação de jovens e Adultos -PROEJA: inéditos viáveis da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica**. Editora UERJ. Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Panorama da Literatura Afro-brasileira**, v18, n.4 John Hopkins University Press, 1995.

PROENÇA FILHO, D. **A trajetória do negro na Literatura brasileira**. Estud. av. São Paulo. v. 18, n. 50, p. 161-193. 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. Instituto Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** (Série Feminismos Plurais). Editora Letramento. Belo Horizonte, 2017

SANTOS, E. **Educação on-line, Cibercultura e Pesquisa-formação na prática docente**. Tese de doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia, 2005.

SANTOS, E. **Formação de professores e cibercultura: novas práticas curriculares na educação presencial e a distância**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, v. 11, n. 17, p. 113-122, jan./jun., 2002a.

SOUZA, Maria Helena Viana. **Relações Raciais no Cotidiano Escolar: Diálogos com a Lei 10.639/2003**. 2. ed. Editora Rovel. Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA SANTOS, B. **A globalização e as ciências sociais**. Editora Cortez. São Paulo, 2002.

Programa Roda Viva transmitido no dia 06 de setembro de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/O2bxQJH-Plk?si=8udGzNUrmg0KsafX> Acesso em: 15 jan. 2024.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Questionário de Pesquisa

1. Unidade de atuação.

Centro Duque de Caxias Engenho Novo II Realengo II Tijuca II

2. Responsável pela disciplina?

Língua Portuguesa e Literatura Artes História

3. Tempo que leciona no Colégio Pedro II?

de 1 a 5 anos de 6 a 10 anos 11 a 15 anos de 16 a 20 anos

4. Formação acadêmica e titulações?

Graduação Mestrado Doutorado Pós Doutorado

5. Sexo e Gênero?

R: _____

6. Faixa Etária?

De 18 a 21 anos de 22 a 30 anos de 31 a 40 anos de 41 a 60 anos acima de 60 anos

7. Cor?

Preta Parda Branca Prefiro não identificar

8. Religião?

Cristão – Católico Cristão Protestante Espírita Umbandista Candomblecista Outras religiões afro-brasileiras, (Não tem religião

9. Mencione o nome de autores (as) negros e suas respectivas obras que você conhece.

R: _____

10. Quais deles utilizou em sala de aula?

R: _____

11. Você conhece a lei 10.639/2003?

Sim Não

12. Considera a lei 10.639/2003 importante? Por quê?

R: _____

13. Acha as propostas da lei 10.639/03 aplicáveis?

Sim Não Talvez

14. Você já participou de alguma Formação Continuada/capacitação/curso que abordasse a temática da História e Cultura Afro-brasileira?

Sim Não

15. Qual o promotor da ação de formação temática da História e Cultura Afro-brasileira do qual participou?

Não participei Exclusivamente pela unidade em que atuo como docente Pedro II

Governo municipal Governo estadual Instituições particulares.

16. Há quanto tempo participou da formação temática da História e Cultura Afro-brasileira do qual participou foi promovida?

Não participei

Menos de 1 ano

Há mais de 1 ano

Há dois anos

Há três anos

Há quatro anos

Há mais de 5 anos

Há mais de 10 anos

Há mais de 15 anos

Há mais de 20 anos

17. Já trabalhou a temática da África em sala de aula?

Sim Não

18. Descreva como foi sua experiência ao trabalhar o tema África em sala de aula.

R: _____

19. Quais as dificuldades encontradas para realizar o planejamento de suas aulas respeitando essa temática?

R: _____

20. Como você realiza pesquisas para preparar suas aulas com enfoque na História e Cultura dos povos africanos?

- Em bibliotecas físicas Em bibliotecas virtuais Em site especializados
 Com indicações de colegas/outros profissionais Com materiais disponibilizados pela unidade escolar Outros

21. Quais os recursos que você considera relevantes para desenvolver as propostas da lei 10.639/2003 em sala de aula?

- Recursos audiovisuais Referências que tratam do tema
 Histórias de personalidades que foram e são importantes em nosso contexto histórico
 Músicas Artistas e personalidades negras Sugestão de propostas didáticas Outros

22. Você costuma ler materiais em PDF em seu celular ou Epub em Kindle?

- Sim Não

23. No Currículo da Instituição existem propostas que promovam ações que levem em consideração a lei 10.639/2003?

- Sim Não Não sei informar

24. Se respondeu sim a questão anterior, descreva como foi a experiência.

R: _____

25. Precisou pesquisar na internet ou consultar outros meios para lembrar do que se trata a lei 10.639/2003?

- Sim Não

26. Como avalia a resposta dos alunos as ações promovidas após a lei 10.639/2003 na sua unidade?

R: _____

27. Como avalia a resposta dos responsáveis pelos alunos as ações promovidas após a lei 10.639/2003 na sua unidade?

R: _____

28. O que considera importante para fortalecer as ações de execução da lei 10.639/2003 na sua unidade?

- Materiais exclusivos para este fim Capacitação/educação permanente e continuada
 Apoio da direção Apoio/participação dos demais colegas
 Interesse dos alunos Outro: _____

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Exclusivamente para maiores de idade

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa **A Literatura Afro-brasileira no PROEJA para a promoção de uma Educação Antirracista**, realizada no âmbito do programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Colégio Pedro II e que diz respeito pesquisa para realização de resultados para dissertação de mestrado.

1. **OBJETIVO:** O objetivo desta pesquisa é identificar a implementação da Lei nº 10.639/2003 no PROEJA, analisando as atividades realizadas pelos docentes das disciplinas de história, literatura e arte do Colégio Pedro II.

2. **PROCEDIMENTOS:** a sua participação consistirá em responder um questionário *on line* sobre seu conhecimento sobre a Lei nº 10.639/2003 e sua aplicabilidade na sala de aula. Os dados serão utilizados exclusivamente nesta pesquisa e não serão compartilhados com outra instituição.

3. **POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS:** Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo. Os possíveis riscos que podem resultar na sua participação estarão relacionados a algum constrangimento diante das perguntas apresentados pelo questionário. Os riscos relacionados a qualquer constrangimento (como de sinais verbais, e não verbais de desconforto), pode-se solicitar a tirar dúvidas, obter alguma informação, solicitar auxílio, entre outras questões diretamente com o pesquisador. Os resultados da pesquisa contribuirão para o acúmulo do conhecimento científico tanto na área da educação como para o estudo da Temática Literatura e história afro-brasileira. A pesquisadora responsável compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconizam as Resoluções 466/12 de 12/06/2012 e a Resolução 510/16 - CNS, que tratam sobre as disposições e normas éticas de proteção aos participantes da pesquisa.

4. **GARANTIA DE SIGILO:** os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a publicizar os resultados desta pesquisa.

5. **LIBERDADE DE RECUSA:** a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. **CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO:** a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. **ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES:** você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com a pesquisadora. Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pela pesquisadora. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso a pesquisadora Fernanda da Conceição de Queiroz dos Santos responsável pela pesquisa pelo telefone (21) 98772-8943 ou pelo e-mail: fediemr25@hotmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CP II), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

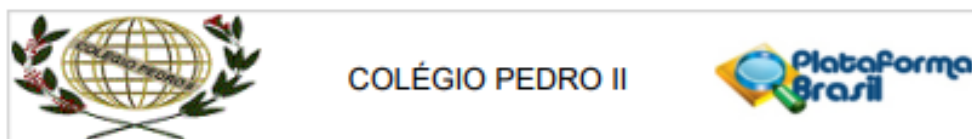
Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante	Data: ___/___/___
-------------------------------	-------------------

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: ___/___/___
---------------------------------	-------------------

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NO PROEJA PARA A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Pesquisador: FERNANDA DA CONCEICAO DE QUEIROZ DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 75818223.2.0000.9047

Instituição Proponente: COLEGIO PEDRO II

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.635.496

Apresentação do Projeto:

As informações colocadas nos campos denominados "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento intitulado PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2231577.pdf POSTADO EM 18/01/2024

INTRODUÇÃO:

O tema de uma pesquisa é sempre uma escolha permeada de acúmulos de leitura, experiências acadêmicas e profissionais e perspectivas ideológicas que são formadas em nossa trajetória. A motivação para esta pesquisa surgiu há alguns anos ao ingressar na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e concomitantemente no movimento de mulheres negras Aqualtune, pois neste período passei a refletir e indagar-me sobre as dificuldades e anseios sobre o que é ser mulher parda em nosso país compreendendo quais os caminhos precisariam ser atravessados para conquistar o que almejava, porque desde a minha infância recebia "nãos" como respostas sem entender os porquês. A partir do momento em que me dei conta de que o meu fenótipo eram elementos de exclusão em nossa sociedade por conta da questão racial comecei a entender o porquê das coisas sempre serem mais difícil. Percebi a grande responsabilidade

Endereço: Campo de São Cristóvão 177

Bairro: São Cristóvão

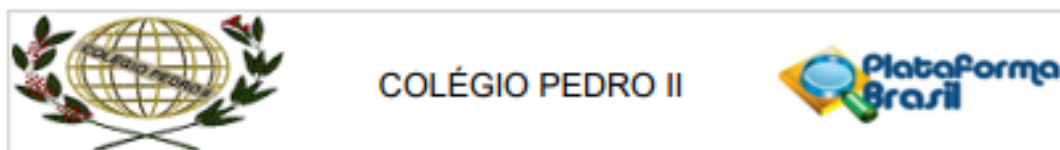
CEP: 20.921-903

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2163-5730

E-mail: cep@cp2.g12.br



Continuação do Parecer: 6.635.496

Justificativa de Ausência	TCLEPROFESSORES.pdf	29/10/2023 08:14:11	QUEIROZ DOS SANTOS	Aceito
Outros	LATTESPESQUISADOR.pdf	29/10/2023 07:41:08	FERNANDA DA CONCEICAO DE QUEIROZ DOS SANTOS	Aceito
Outros	LATTESORIENTADORA.pdf	29/10/2023 07:40:08	FERNANDA DA CONCEICAO DE QUEIROZ DOS SANTOS	Aceito
Outros	Carta_do_Pesquisador_assinado.pdf	27/10/2023 20:46:48	FERNANDA DA CONCEICAO DE QUEIROZ DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	27/10/2023 19:28:23	FERNANDA DA CONCEICAO DE QUEIROZ DOS SANTOS	Aceito
Outros	Instrumento.pdf	27/10/2023 19:20:54	FERNANDA DA CONCEICAO DE QUEIROZ DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	Orcamento_ok_assinado.pdf	27/10/2023 18:45:41	FERNANDA DA CONCEICAO DE QUEIROZ DOS SANTOS	Aceito
Outros	DECLARACAO_DE_CUSTOS_assinado.pdf	27/10/2023 17:47:56	FERNANDA DA CONCEICAO DE QUEIROZ DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 05 de Fevereiro de 2024

Assinado por:
ROGERIO MENDES DE LIMA
(Coordenador(a))

Endereço: Campo de São Cristóvão 177
 Bairro: São Cristóvão CEP: 20.921-903
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2163-5730 E-mail: cep@cp2.g12.br